

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SEPLAN/CNPU - COMISSÃO NACIONAL DE REGIÕES METROPOLITANAS E POLÍTICA URBANA
PREFEITURAS MUNICIPAIS DA GRANDE VITÓRIA

PATRIMÔNIO AMBIENTAL URBANO E
NATURAL DA GRANDE VITÓRIA

FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES

71-00130

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SEPLAN/CNPU - COMISSÃO NACIONAL DE REGIÕES METROPOLITANAS E POLÍTICA URBANA
PREFEITURAS MUNICIPAIS DA GRANDE VITÓRIA
FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES

PATRIMÔNIO AMBIENTAL URBANO E
NATURAL DA GRANDE VITÓRIA

AGOSTO/78

GOVERNADOR DO ESTADO

Elcio Alvares

FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES

Stélio Dias - Diretor Superintendente

Arlindo Villaschi Filho - Diretor Técnico

EQUIPE TÉCNICA**AUTORIA**

Arquiteta Helena Maria Gomes

TÉCNICOS COLABORADORES

Ecólogo Paulo de Mello Freitas Júnior

Arquiteto André Tomoyuki Abe

Arqueólogo Celso Perota

AUXILIARES DE DESENHO

Elizabeth Fiorio Checon

Paulo Sérgio Vargas

Renato Luiz de Oliveira

Sandra Marta Gaburro Bortolon

Wilson Fernando Teixeira da Silva

EQUIPE AUXILIAR

Eni de Fátima Dezan

Maria Osória Bernardo Pires

AGRADECEMOS A

Carlos Maximiliano Fayet

Benedito Lima de Toledo

Carlos Lemos

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO

2. METODOLOGIA

3. SINÓPSE

- 3.1. Edificações a preservar em Vitória
- 3.2. Edificações a preservar em Vila Velha
- 3.3. Edificações a preservar na Serra
- 3.4. Edificações a preservar em Viana
- 3.5. Patrimônio Natural de Vitória
- 3.6. Patrimônio Natural de Vila Velha
- 3.7. Patrimônio Natural da Serra

4. VITÓRIA

- 4.1. Evolução Urbana
- 4.2. Intervenção no Espaço Edificado
 - 4.2.1. Edificações de Preservação Integral - Grau 1
 - 4.2.2. Edificações de Preservação Integral - Grau 2
 - 4.2.3. Edificações de Preservação Ambiental
 - 4.2.4. Locais de Vivência Social
 - 4.2.5. Áreas edificadas localizadas próximas a Bens Culturais
 - 4.2.6. Áreas Edificadas localizadas nos Morros e Encostas
- 4.3. Intervenção nos Espaços Abertos
 - 4.3.1. Conceituação
 - 4.3.2. Vias e Passeios
 - 4.3.3. Escadarias e Largos
 - 4.3.4. Praças

5. VILA VELHA

- 5.1. Evolução Urbana
- 5.2. Intervenção no Espaço Edificado
 - 5.2.1. Edificações de Preservação Integral - Grau 1
 - 5.2.2. Edificações de Preservação Integral - Grau 2
 - 5.2.3. Edificações de Preservação Ambiental
 - 5.2.4. Áreas localizadas próximas a Bens Culturais
- 5.3. Intervenção nos Espaços Abertos
 - 5.3.1. Espaços Abertos Inseridos na Malha Urbana
 - 5.3.2. Espaços Abertos Naturais
 - 5.3.3. Sistema Viário

6. SERRA

- 6.1. Evolução Urbana
 - 6.1.1. Serra
 - 6.1.2. Planalto de Carapina
 - 6.1.3. Nova Almeida
 - 6.1.4. Queimado
- 6.2. Intervenção no Espaço Edificado
 - 6.2.1. Edificações de Preservação Integral - Grau 1
 - 6.2.2. Edificações de Preservação Integral - Grau 2
 - 6.2.3. Edificações de Preservação de Ambiência
 - 6.2.4. Edificações localizadas próximas de Bens Culturais
- 6.3. Intervenção nos Espaços Abertos
 - 6.3.1. Espaços Abertos Inseridos na Malha Urbana

7. VIANA

7.1. Evolução Urbana

7.2. Intervenção no Espaço Edificado

7.2.1. Edificações de Preservação Integral - Grau 1

7.2.2. Edificações de Preservação Integral - Grau 2

7.2.3. Áreas Edificadas próximas a Bens Culturais

7.3. Intervenção nos Espaços Abertos

7.3.1. Espaços Abertos Inseridos na Malha Urbana

7.3.2. Espaços Abertos Naturais

7.3.3. Igreja Matriz de Viana

7.3.4. Araçatiba

7.3.5. Belém

8. PATRIMÔNIO NATURAL

8.1. Afloramentos Rochosos e Morros

8.1.1. Ocupação dos Morros

8.1.2. Maciço Central

8.1.3. Mestre Álvaro

8.1.4. Penedo

8.1.5. Outeiro da Penha

8.1.6. Morro Jaburuna

8.1.7. Morro do Moreno

8.2. Lagoas

8.2.1. Lagoas Capuba e Jacunên

8.2.2. Lagoa Carapebus

8.2.3. Lagoa Jabaeté

8.2.4. Lagoas do Município de Vila Velha

8.3. Ilhas

8.4. Áreas Costeiras e Manguesais

LISTA DE MAPAS

INTRODUÇÃO

- Patrimônio Histórico da Grande Vitória
- Patrimônio Natural da Grande Vitória

VITÓRIA

- Planta da cidade de Vitória - 1776
- Planta da cidade de Vitória - 1909/1911
- Evolução Urbana da Área Central
- Edificações a serem Preservadas 1
- Gabaritos de Altura e Áreas de Preservação 2
- Espaços Abertos de Uso Coletivo 3
- Sistema Viário 4

VILA VELHA

- Edificações a serem Preservadas 1
- Gabaritos de Altura e Áreas de Preservação 2
- Espaços Abertos de Uso Coletivo 3
- Sistema Viário 4

SERRA

- Sítios Arqueológicos
- Edificações a serem Preservadas 1
- Edificações e Zonas de Preservação 2
- Vias e Espaços Abertos 3
- Áreas de Preservação e Gabaritos de Altura - Nova Almeida 4

VIANA

- Edificações a serem Preservadas 1
- Gabaritos de Altura 2

PATRIMÔNIO NATURAL

- Parque Ponta da Fruta
- Parque Maciço Central

1.

INTRODUÇÃO

O presente plano surgiu da necessidade de intervenção no espaço físico-social e cultural da região de Vitória, devido ao impacto ambiental causado pela urbanização e industrialização nestas duas últimas décadas. O legado dos bens culturais, históricos e artísticos e o potencial de recursos naturais encontra-se ameaçado devido ao rápido processo de urbanização e industrialização, que tem comprometido o patrimônio ambiental urbano, mais suscetível à renovação urbana, e o potencial de recursos naturais, pelo fato de ser explorado de forma exaustiva, sem que hajam programas de proteção, recuperação ou correta avaliação do potencial existente e de seu papel na manutenção das condições ambientais.

O trabalho visa o enquadramento da região de Vitória no Programa de Cidades Históricas, através de subsídios para a elaboração de programas de restauração, revitalização e utilização do patrimônio existente, além da formação de um arquivo que auxilie em futuros projetos de intervenção, e da possibilidade de despertar a consciência da existência de um patrimônio cultural e natural local, através de programas de divulgação junto à população. Constitui-se também num alerta às autoridades municipais, estaduais e federais, para a problemática que está sendo vivida pela Grande Vitória, principalmente quanto aos riscos de destruição irreversível a que está sujeito o patrimônio em curto espaço de tempo, devido a rapidez das transformações físico-espaciais e sócio-econômicas que têm ocorrido.

A conceituação inicial do patrimônio abrangia somente os elementos com significativo valor histórico ou artístico e de valor excepcional, considerados isoladamente. O conceito sofreu ampliações no tempo, adquirindo um caráter mais abrangente, chegando a atingir diversas manifestações culturais. Mais recentemente, organismos estrangeiros e nacionais têm reformulado o conceito de bem cultural, que vem perdendo seu caráter de excepcionalidade pela representatividade. Esta nova

abordagem não exclui, em hipótese alguma, os bens culturais excepcionais, mas, transcende a obra isolada abrangendo também os espaços da cidade com destaque representativo nos aspectos históricos, culturais, formais, sociais, técnicos e afetivos.

A conceituação do Prof. Hugues Varine Bohan, parece-nos a mais abrangente, definindo o patrimônio como o conjunto de elementos que pode ser classificado em três grandes grupos: *O primeiro, compõe-se dos elementos da natureza, do meio em que vive o homem. O segundo ao contrário, é constituído por elementos não tangíveis: os conhecimentos técnicos e científicos do homem. E o terceiro grupo, é formado pelos artefatos do homem, isto é, tudo aquilo que ele faz com base na sua tecnologia e com o material fornecido pela natureza: desde uma flecha ou cerâmica primitiva até suas mais modernas cidades.*

Na cidade, esta visão de conjunto deve orientar a preservação dos bens culturais e arquitetônicos, cujo relacionamento determina a inteligibilidade do espaço urbano, isto é, a leitura da cidade. O correto seria preservar manchas arquitetônicas de várias épocas, ciclos econômicos e classes sociais da cidade.

Devem, portanto, ser objeto de preservação, as áreas caracterizadoras de uma cidade com especial destaque para sua leitura, independente de uma avaliação rigorosa em termos estético-históricos. Desta forma, o presente plano se preocupa, não somente com a mera preservação de edificações, mas, também, com a trama de interações que lhe confere vitalidade e importância, transformando-o num patrimônio vivo. Estão incluídas como objeto de preservação, determinadas ruas, praças, parques, jardins, bairros, praias e espaços culturais ou de afetividade para a população da cidade, bem como o potencial mais significativo de recursos naturais existentes na região, ou sejam, os recursos hídri

cos, a cobertura vegetal de determinadas áreas, os morros, afloramentos rochosos, ilhas e manguezais.

O legado de bens culturais existentes na região, remonta ao ano de 1535, data de fundação da Capitania do Espírito Santo. A região possuía expressivo patrimônio natural, apresentando um dos ecotipos mais ricos do Brasil. Apresentou crescimento extremamente lento até fins do século passado, devido a instabilidade político-institucional e a deficiência de comunicações a que esteve confinada. Dos municípios levantados, é a capital, Vitória, a que apresenta legado mais significativo. Fundada em meados do século XVI, com implantação típica lusitana, em sítio elevado dominando o mar, apresentou seu desenvolvimento intimamente ligado as condições físico-espaciais do sítio, cuja expansão se fez através da conquista sucessiva de zonas alagadiças, baixios, manguezais e aterros de áreas de mar. Na passagem do século com o processo imigratório e consequente desenvolvimento da hinterlândia do rio Santa Maria da Vitória, a função portuária ganha novo impulso, constituindo-se até os dias atuais numa das principais atividades econômicas da cidade. A cultura do café e o desenvolvimento das comunicações marítimas, fluviais e ferroviárias do início do século, geraram transformações significativas na economia regional, tendo reflexo nas cidades através da ampliação da malha urbana e remodelação dos setores mais antigos com a abertura e retificação de vias e demolição de grande parte do casario existente. Porém, é a partir da década de 60, com a erradicação do café e subsequente migração maciça do campo, que começam a se processar as alterações mais significativas na região, agravando-se a partir dos anos 70, devido o impacto ambiental causado pelo contingente populacional que afluiu para a região, e pela industrialização, através da implantação dos Grandes Projetos.

Dos bens culturais e arquitetônicos remanescentes dos períodos anteriores de urbanização, encontram-se mais ameaçados aqueles localizados nos centros das cidades, por constituírem-se nas áreas mais dinâmicas e,

portanto, os primeiros setores sujeitos à renovação urbana.

A grande concentração nas áreas centrais obriga altos investimentos em infra-estrutura por parte do poder público, o que contribui para aumentos sucessivos do valor do solo nestas áreas. Isso acaba criando pressões no sentido de ocupar toda e qualquer parcela de espaço vago e tirar o máximo rendimento possível através do aumento das áreas construídas para a revenda.

A especulação imobiliária sem controle, as pressões advindas da imposição de um sistema viário que comporte número crescente de automóveis e a falta de tradição no que concerne ao uso e preservação dos bens culturais, configurou a destruição paulatina e gradativa do patrimônio histórico e ambiental urbano.

Os mecanismos para garantir a preservação do patrimônio ambiental urbano não poderão se restringir somente ao tombamento, que não proporciona a deficiência na abordagem de amplas superfícies de transformação, porém é necessário serem acionados outros instrumentos, como a auto-preservação-estimulada por parte dos próprios usuários, através de incentivos fiscais o controle da urbanização e renovação urbanas; o uso de leis mais amplas em planejamento urbano e a participação da sociedade civil nas decisões de projetos de desenvolvimento urbano.

Coloca-se ainda a questão de como compatibilizar crescimento econômico e qualidade de vida, ou seja, o desenvolvimento urbano de forma que não contribua para a destruição dos componentes mais substanciais da cultura de qualquer povo: seus elementos construtivos e suas maneiras de ser. Sob o ponto de vista sociológico parece haver um consenso de que o meio-ambiente será mais rico quanto mais diversificação contiver, seja pelo acúmulo histórico, seja pelas criações contemporâneas.

neas - daí então, valorizar-se-á com maior ênfase aquilo que não poderá mais ser reproduzido, visando salvar o pouco remanescente, a fim de se evitar a formação de uma cidade sem história, de um povo despojado de seu mais alto valor de identidade nacional - seu patrimônio cultural.

Quanto ao patrimônio natural, o Estado do Espírito Santo possuía 91% de sua área primitiva em matas tropicais atlânticas, matas altas da restingas e matas dos tabuleiros terciários; hoje em dia o total dessas formações vegetais, as quais demoraram milhares de anos para se formar, não atinge 2% de sua área atual. Observa-se uma transformação do meio ambiente até há poucas décadas inimaginável e que poderá ter caráter sombrio para as gerações futuras que aqui tenham de viver. Proteger o patrimônio natural não significa apenas preservacionismo utópico e dissociado do crescimento humano, mas tomar medidas que possam evitar tragédias futuras para o meio ambiente ao qual o homem se encontra irreversivelmente ligado.

A implantação de monoculturas exóticas de eucaliptos e café em áreas primitivas de matas tropicais pode deslocar abruptamente os delicados equilíbrios homeostáticos dos ecossistemas, de forma tal que eles não consigam mais retornar ao seu antigo ponto de equilíbrio, mesmo se abandonados por dezenas de anos. A tendência à savanização, laterização dos solos e desertificação das terras gastas por técnicas predatórias de exploração e pela erosão pode ser constatada em muitas pastagens abandonadas no norte do Estado e em áreas de eucaliptais cortados e abandonados.

Na parte que toca à preservação do patrimônio natural é urgente a conscientização da população e do poder constituído no sentido de evitar novas interferências no ambiente e tentar minimizar as interferências já realizadas.

Destruídas as matas de maneira insensata por ganância imediatista do lucro da madeira, depois explorada a terra com plantações esgotantes e sistemas fundiários antinaturais, hoje em dia o solo não consegue fornecer mais suporte para as populações do campo que migram para as cidades, causando uma desequilibrada inchação das mesmas.

Os problemas do meio ambiente urbano na região de Vitória chegam em certos aspectos a serem bem graves e a debilitação das condições mínimas para uma vida sadia do agrupamento humano podem ser alarmantes. A super concentração populacional de uma cidade requer gastos imensos de energia para sustentar tantas pessoas em reduzida área e os insumos de energia de fora (petróleo, alimentos importados, eletricidade, materiais importados) são insuficientes e muitas vezes tem circulação não equitativa. Aparece a miséria urbana, os problemas sanitários se agigantam, as relações entre os grupos humanos se aviltam.

Combater os problemas ambientais básicos é meta urgente, mas que não pode resolver o problema na sua raiz. Deve-se conseguir normas de ocupação das cidades que possam solucionar realmente o problema básico do êxodo rural. Planejar as soluções para os meios urbanos não se pode dissociar de um planejamento social e político do território, pois de pouco adianta colocar cada vez mais redes de serviços urbanos para populações cada vez maiores e mais pobres.

O campo deveria ter condições de sustento para maior número de pessoas. Para tal é necessário aumento da sua capacidade de produtividade ecológica e uma equitativa distribuição do solo entre os grupos humanos. Só assim ve-se uma alternativa para atacar de vez os inúmeros problemas ambientais urbanos e rurais.

O trabalho visou apenas dar um enfoque mais abrangente a alguns problemas ecológicos da região da Grande Vitória; não é ele de forma alguma esgotante e deixou inclusive de focalizar muitos aspectos dos problemas ambientais.

Procurou-se dar ênfase a alguns elementos básicos do patrimônio natural, como áreas costeiras e manguezais, ilhas e morros.

Que ele valha pelo menos como um alerta e que possa servir de ajuda a quem possa querer desenvolver algumas de suas abordagens, esta foi a intenção.

2.

METODOLOGIA

Foram adotadas, para a realização do trabalho, três diretrizes básicas para levantamento do espaço urbano e natural:

- . Levantamento de espaços edificados;
- . Levantamento de espaços abertos e
- . Levantamento de elementos do patrimônio natural.

Após o levantamento da história local da cidade, uma primeira abordagem de evolução urbana, elaborou-se uma listagem das edificações e dos principais espaços edificados a serem preservados, classificados segundo os graus de historicidade, caracterização, conservação, representatividade, raridade e valores culturais e paisagísticos. As principais edificações a serem preservadas possuem levantamentos arquitetônicos detalhados, na Biblioteca da Fundação Jones dos Santos Neves.

Também, uma listagem dos principais espaços abertos de uso coletivo dos centros urbanos, compreendendo ruas, praças, largos, parques, etc, com recomendações de revalorização e integração entre os diversos espaços.

Para os espaços edificados a serem preservados, é necessária a continuidade, através de programas de restauração, conservação e utilização adequadas.

Para alguns espaços abertos e edificações, traçou-se, em anexo, algumas recomendações de tratamento e revalorização, que deverão ser detalhadas, junto com demais elementos integrantes da listagem, em etapas futuras de trabalho.

Para os sítios naturais, de destacado interesse paisagístico, ecológico, geológico e arqueológico, adotou-se critérios diferentes, tornando-se necessário, não um inventário detalhado de cada área específica, mas um plano global que garanta, de forma mais direta e dinâmica, a sua preservação, através de legislação e fiscalização eficientes e adequada utilização.

2.1.

ESPAÇOS EDIFICADOS

Foram consideradas edificações de interesse sócio-cultural, que devem ser preservadas pelos municípios, as edificações que apresentarem um ou mais dos seguintes critérios:

1. Historicidade: relação da edificação com a história social local;
2. Caracterização arquitetônica: qualidade arquitetônica representativa de determinado período histórico;
3. Conservação: situação em que se encontra a edificação com relação aos elementos construtivos originais e grau de conservação que apresentam;
4. Representatividade: exemplares significativos representantes dos diversos períodos de urbanização;
5. Raridade arquitetônica: edificações que apresentam elementos arquitetônicos com forma valorizadas e de ocorrência rara.
6. Valor cultural: qualidade que confere a edificação permanência na memória coletiva.
7. Valor ambiental-relação que apresentam com as demais edificações, e

e cuja demolição viria a descaracterizar determinado conjunto ou espaço urbano.

Além dos critérios acima especificados, dar-se-á preferência na identificação das edificações de interesse sócio-cultural, àquelas cuja localização na estrutura possibilite a sua utilização para finalidades públicas, comunitárias ou de importância de equipamentos urbanos. As edificações foram classificadas com diferentes graus de proteção, segundo os critérios acima descritos.

Grau I - preservação integral primária, para as edificações que apresentam importância histórica e sócio-cultural e possuem características originais, ou com pequenas alterações, porém sem que haja descaracterização significativa. e que devem ter preservação integral do exterior e do interior.

Grau II - preservação integral secundária, para as edificações que, embora tenham sido descaracterizadas, pela sua importância histórica e sócio-cultural, devem ser preservadas, o seu exterior de forma integral, podendo haver modificações no interior em função da adaptação ao uso;

Neste grupo podemos citar em Vitória, trechos das ruas José Marcelino e Muniz Freire, e conjunto do Palácio Anchieta e Assembleia Legislativa. Na cidade da Serra, um quarteirão no centro urbano apresenta-se como conjunto ainda não totalmente descaracterizado.

- EDIFICAÇÕES DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

Constituem-se nas edificações adjacentes a prédios ou conjuntos edificados de interesse cultural, ou mesmo sítios de valor paisagístico, que podem ser demolidas ficando suas reedificações sujeitas às restrições que impeçam a descaracterização ou causem obstrução visual dos bens que se pretende proteger. Exemplo: a Escola Técnica de Comércio, ao lado da Escadaria do Palácio, cuja demolição poderia acarretar no comprometimento do conjunto Escadaria-Palácio.

- ÁREAS EDIFICADAS LOCALIZADAS PRÓXIMAS DE BENS CULTURAIS

Constituem-se em áreas edificadas, localizadas próximas a monumentos edificados ou naturais, que devem ter seus gabaritos de altura limitados, evitando, em caso de renovação urbana, a alteração das condições paisagísticas e o comprometimento visual dos bens que se deseja preservar. Constituem-se principalmente nas áreas edificadas nos centros urbanos de Vitória, Vila Velha, Serra e Nova Almeida e junto da Avenida Nossa Senhora da Penha (Reta da Penha) e Aterro do Suã, em Vitória.

- ÁREAS EDIFICADAS LOCALIZADAS NOS MORROS E ENCOSTAS

Devido a configuração físico-espacial, que apresenta a região de Vitória, e a carência de espaços para expansão da malha urbana é muito frequente a ocupação de morros e encostas. Alguns locais apresentam características paisagísticas peculiares, observando-se riqueza na apropriação do espaço, quer pela tipologia das habitações, quer pela cir

culação ou zonas verdes que ainda conservam. Estes locais deveriam ser preservados através do controle de densidade e manutenção da estrutura física existente. Além de determinar áreas de preservação dos morros, é necessário o controle da ocupação, visando preservar as características ecológicas, ou seja, a flora, a fauna e as características paisagísticas, bem como evitar futuros desequilíbrios ecológicos, em consequência da ocupação.

2.2.

ESPAÇOS ABERTOS

Os espaços abertos foram classificados em duas categorias:

- . espaços abertos inseridos na malha urbana e
- . espaços abertos naturais.

O primeiro grupo compreende espaços inseridos na malha urbana, constituído pelas vias de circulação, praças, largos, escadarias e parques. O segundo grupo é composto por praias, lagoas, ilhas e morros.

Os espaços abertos inseridos na malha urbana são de uso da comunidade, porém estão sujeitos a modificações e a descaracterização, devido ao processo de renovação urbana, que em maior ou menor grau tem acontecido nas cidades. As ruas, que se constituem nos principais espaços abertos de uma cidade, rasgam cada vez mais as áreas urbanas visando atender a demanda sempre crescente de veículos que nelas transitam. Elas são abordadas no presente trabalho, visando a preservação do traçado e a reapropriação, pelo pedestre, dos espaços de circulação nos centros urbanos, através da criação de calçadas adequadas e vias exclusivas ao pedestre, apresentando sugestões de ordenação do tráfego nas demais vias de circulação.

Para as praças, parques e largos, foram feitas algumas considerações no sentido de recuperar determinados ambientes e características paisagísticas, gradativamente suprimidas em função de novos desenhos, nem sempre os mais adequados. As propostas constituem-se em ampliações,

reconstituições e recomendações de tratamento paisagístico.

Para os espaços naturais foram feitas recomendações de preservação e sugestões para usos adequados.

PATRIMÔNIO NATURAL

O levantamento dos principais elementos do patrimônio natural não teve abordagem por municípios visto a interdependência dos diversos sistemas ecológicos da região.

Detectou-se os principais componentes do patrimônio natural e ambiental e traçou-se algumas recomendações para a realização de estudos específicos, recomendações de preservação e utilização compatível com as potencialidades dos diversos elementos levantados.

Adotou-se o critério de classificação que compreende os seguintes grupos de elementos:

- . Afloramentos rochosos e morros;
- . Lagoas;
- . Ilhas;
- . Áreas costeiras e manguezais

O levantamento do patrimônio natural constituiu-se de uma primeira abordagem que deve ser aprofundada sucessivamente através de estudos ecológicos da aglomeração como um todo, haja vista a interdependência que apresentam os diversos sistemas.

Para o patrimônio natural somente o tombamento ou a legislação de proteção são ineficientes. Faz-se necessário uma fiscalização eficiente e contínua, que assegure as medidas tomadas por lei, e a inclusão das recomendações e propostas esboçadas nos Planos Diretores Urbanos, Planos de Saneamento e projetos de proteção ambiental.

3.

SINOPSE

- SINOPSE DAS EDIFICAÇÕES A PRESERVAR - VITÓRIA -

Nº	MONUMENTO	PERÍODO (Século)	PROTEÇÃO EXISTENTE	UTILIZAÇÃO ATUAL	GRAU DE CONSERVAÇÃO	RECOMENDAÇÕES
01	PALÁCIO ANCHIETA (Praça João Clímaco)	Século XVI profundas alterações em fins do século XIX e início do século XX.	Nenhuma	Palácio do Governo	Em bom estado de con <u>serva</u> ção, porém suas características ori <u>gin</u> ais foram comple <u>t</u> amente alteradas.	Tombamento, grau 2. Ampliação da Praça João Clímaco, ao lado.
02	ESCOLA MARIA ORTIZ (D. Pedro II) Rua Francisco Araújo s/nº	Século XIX (1892)	Nenhuma	Estabelecimento de Ensino.	Restaurada recentemen <u>te</u> .	Restauração da edifi <u>ca</u> ção. Tombamento, grau 1.
03	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA (Palácio Domingos Martins) Praça João Clímaco	Século XX	Nenhuma	Congresso Legislativo	A edificação está em bom estado de conser <u>va</u> ção, porém o inte <u>ri</u> or foi alterado.	Tombamento, grau 2.

Nº	MONUMENTO	PERÍODO (Século)	PROTEÇÃO EXISTENTE	UTILIZAÇÃO ATUAL	GRAU DE CONSERVAÇÃO	RECOMENDAÇÕES
04	IGREJA DE SÃO GONÇALO (Largo São Gonçalo)	Século XVIII (1710)	Tombada e restaurada pelo IPHAN	É utilizada esporadica- mente para culto reli- gioso, permanecendo a maior parte do tempo fechada.	Estado regular de conservação.	Restauração da cober- tura devido infiltra- ção de água, tratamen- to do entorno e da escadaria de acesso ao Largo São Gonçalo.
05	IGREJA SANTA LUZIA (Rua José Marcelino, s/nº)	Século XVI Reformas século XVIII	Tombada e restaurada pelo IPHAN	Galeria de Arte, aos cuidados da UFES.	Em bom estado de conservação.	Controle dos gabari- tos de altura das edificações do entor- no, visando a preser- vação das visuais. Restrições na reedi- ficação da residência ao lado.

Nº	MONUMENTO	PERÍODO (Século)	PROTEÇÃO EXISTENTE	UTILIZAÇÃO ATUAL	GRAU DE CONSERVAÇÃO	RECOMENDAÇÕES
06	RESIDÊNCIA CERQUEIRA LIMA (Rua Dionísio Rosendo, 120)	Século XIX (1889)	Nenhuma	No pavimento superior uso residencial e comércio e serviços no pavimento inferior.	Em estado regular de conservação. Foram executadas algumas alterações no pavimento inferior (térreo).	Tombamento, grau 2. Tratamento do entorno, integrando-o ao Largo da Catedral e à Escadaria Cerqueira Lima.
07	RESIDÊNCIAS NA RUA JOSÉ MARCELINO Nºs. 197 e 203/205.	Séculos XVIII e XIX	Tombadas e restauradas pelo IPHAN.	Uso Residencial	A de nº 197, encontra-se em bom estado de conservação, a de nº 203/205 necessita reparos.	Restauração parcial da residência de nº 203/205.
08	HOTEL EUROPA (Rua Duque de Caxias, 228)	Século XIX (1832)	Nenhuma	Hotel	Em estado regular de conservação.	Tombamento, grau 2. Restauração do interior.
09	TEATRO CARLOS GOMES (Praça Costa Pereira)	Século XX	Nenhuma	Teatro	Em bom estado de conservação.	Tombamento, grau 1.

Nº	MONUMENTO	PERÍODO (Século)	PROTEÇÃO EXISTENTE	UTILIZAÇÃO ATUAL	GRAU DE CONSERVAÇÃO	RECOMENDAÇÕES
10	IGREJA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO (Escadaria do Rosário)	Século XVIII (1765)	Tombada e restaurada pelo IPHAN	Fechada	Em bom estado de conservação.	Recomenda-se a abertura e utilização da igreja. A existência de diversos espaços na lateral da nave e corpo posterior da igreja, podem sugerir a utilização para outras atividades.
11	CONVENTO SÃO FRANCISCO Frontispício e Capela Nossa Senhora das Neves (Rua Padre Nóbrega e Adão Nazareth)	Século XVI e século XVIII (1744)	Nenhuma	A Capela Nossa Senhora das Neves encontra-se fechada.	Tanto o frontispício quanto a capela apresentam estado precário de conservação. Da mesma forma o entorno do frontispício, que carece de tratamento paisagístico.	Restauração do frontispício e tratamento do Largo em Frente. Restauração da Capela e criação de um Museu de Arte Sacra.

Nº	MONUMENTO	PERÍODO (Século)	PROTEÇÃO EXISTENTE	UTILIZAÇÃO ATUAL	GRAU DE CONSERVAÇÃO	RECOMENDAÇÕES
12	CONVENTO DO CARMO (Coronel Mascarenhas s/nº)	Século XVII (1610)	Nenhuma	Secretaria de Estado da Educação e Cultura.	Em estado regular de conservação.	Tombamento, grau 2.
13	CLÍNICA SANTA ANGÉLICA (Rua 23 de maio, 273)	Século XX (1915)	Nenhuma	Clínica Psiquiátrica Feminina.	Em bom estado de conservação.	Tombamento, grau 2. Restauração da varanda.
14	Edificações na Rua Muniz Freire, nºs. 23, 29, 53, 71 / 75, 81, 93 e 103.	Séculos XIX e XX	Nenhuma	As edificações da Rua Muniz Freire são utilizadas como residências ou estão desabitadas, com exceção da sede da Sociedade Maçônica e do Colégio São Vicente de Paula.	Algumas encontram-se em bom estado de conservação, outras em estado precário, necessitando de intervenção urgente.	Tombamento do conjunto arquitetônico que compreende as edificações desta rua e estabelecimento de programas de restauração e conservação, conforme a prioridade de intervenção.
15	Edificações na Rua Henrique Coutinho, nºs. 1 e 7.	Século XX	Nenhuma	Uma está sendo utilizada para residência no andar superior, e no térreo, p/serviço. A outra para Escritório.	Em bom estado de conservação.	Tombamento, grau 2. Preservação das características paisagísticas do Morro Santa Clara.

Nº	MONUMENTO	PERÍODO (Século)	PROTEÇÃO EXISTENTE	UTILIZAÇÃO ATUAL	GRAU DE CONSERVAÇÃO	RECOMENDAÇÕES
16	MERCADO PÚBLICO DA CAPIXA BA. (Ocupa o quarteirão formado pelas Avenidas Jerônimo Monteiro, Princesa Isabel, Araribóia e Desembargador O'Reilly de Souza)	Século XX (1924/28)	Nenhuma	No pavimento térreo estabelecimentos comerciais, no pavimento superior, funciona Secretaria da Fundação Cultural do Espírito Santo.	Em precário estado de conservação.	Tombamento, grau 2. Restauração da edificação e utilização do pátio interno do mercado para atividades culturais.
17	BAR BRITZ	Século XX	Nenhuma	A edificação é utilizada como Bar.	Apresenta bom estado de conservação.	Tombamento, grau 2. Preservação do local como ponto de encontro.
18	CATEDRAL (Largo da Catedral, Ruas Dionísio Rosendo e José Marcelino)	Século XX início:1910	Nenhuma	Culto religioso	Em bom estado de conservação.	Tombamento, grau 2. Tratamento do entorno com a criação de uma Praça no atual Largo, e integração com as Escadarias existentes.

Nº	MONUMENTO	PERÍODO (Século)	PROTEÇÃO EXISTENTE	UTILIZAÇÃO ATUAL	GRAU DE CONSERVAÇÃO	RECOMENDAÇÕES
19	Edificações na Rua Pedro Palácios, nºs. 36, 54/60 e 76.	Séculos XIX e XX	Nenhuma	A de nº 36 está desabitada; a de nº 54/60 uso residencial; a de nº 76 funciona com a biblioteca e o arquivo público.	A de nº 36 e 54/60 (no pavimento superior) encontram-se em precário estado de conservação. A de nº 76 está em bom estado.	Tombamento, grau 2. Restauração das edificações de nºs. 36 e 54/60.
20	BAR SANTOS	Século XX	Nenhuma	Pavimento superior uso residencial, pavimento inferior estabelecimento comercial e bar.	Estado regular de conservação.	Preservação do aspecto interno do bar, como ponto de convivência social e pelo fato de ser um dos bares mais antigos e peculiares da cidade.
21	AEROPORTO DE HIDROAVIÕES (Rua D. Benedito, s/nº)	Século XX (1939)	Nenhuma	Uso residencial	A edificação apresenta bom estado de conservação.	Tombamento, grau 2.

- SINOPSE DAS EDIFICAÇÕES A PRESERVAR - VILA VELHA -

Nº	MONUMENTO	PERÍODO (Século)	PROTEÇÃO EXISTENTE	UTILIZAÇÃO ATUAL	GRAU DE CONSERVAÇÃO	RECOMENDAÇÕES
01	CONVENTO DA PENHA Rua Luíza Grimalda s/nº	Início: s <u>e</u> culo XVI Reformas: XVIII e XIX	Tombado pe <u>lo</u> IPHAN.	Culto Religioso e Tu <u>ris</u> mo.	Bom estado de conser <u>va</u> ção.	Limitação dos gabaritos da área pr <u>ó</u> xima do Con- vento conforme propos- ta detalhada neste pla <u>n</u> o.
02	IGREJA DO ROSÁRIO Praça da Bandeira	Início S <u>e</u> culo XVI. Alterações XVIII	Tombada pe <u>lo</u> IPHAN.	Culto Religioso.	Restaurada recentemen <u>te</u> .	Tratamento da praça onde está implantada a Igreja, vide proposta Prainha.
03	FORTALEZA DE PIRATININGA (Forte S. Francisco Xavier da Barra) Área do 38 BI	Século XVII	Patrimônio da União.	Sem utilização; exis <u>t</u> e proposta de cria <u>ç</u> ão de museu militar.	A conservação é boa, porém a última restau <u>ra</u> ção da cobertura es <u>t</u> á descaracterizada.	Agilização na criação do Museu Militar de Piratininga.

Nº	MONUMENTO	PERÍODO (Século)	PROTEÇÃO EXISTENTE	UTILIZAÇÃO ATUAL	GRAU DE CONSERVAÇÃO	RECOMENDAÇÕES
22	FORTE SÃO JOÃO (Av. Beira Mar)	Século XVII (1648)	Nenhuma	Do Forte, resta somente parte da muralha, portada e 11 canhões.	No local do Forte está implantado o Clube Saldanha da Gama.	Tombamento da muralha, canhões e tratamento do entorno, afastamento da cerca de tela do Clube Saldanha da Gama.
23	CASA E CHÁCARA DO BARÃO MONJARDIM. (Av. Paulino Muller, s/nº)	Século XVI. Alterações século XIX.	Tombado e restaurado pelo IPHAN	Fechado a espera da viabilização do Museu previsto para o local.	A edificação está em bom estado de conservação, o entorno em estado precário, necessitando de tratamento paisagístico.	Agilização na criação do Museu e tratamento do entorno e acessos. Criação de um Parque no morro onde está implantado o solar.
24	GRUPO ESCOLAR MARIA ERCELI NIA SANTOS					

Nº	MONUMENTO	PERÍODO (Século)	PROTEÇÃO EXISTENTE	UTILIZAÇÃO ATUAL	GRAU DE CONSERVAÇÃO	RECOMENDAÇÕES
04	FAROL SANTA LUZIA Ponta de Santa Luzia	Século XIX (1871)	Nenhuma.	Apoio a Navegação.	A edificação está em bom estado de funcionamento e conservação.	Tombamento. Grau de proteção 2, tratamento e ambientação dos espaços do entorno.
05	IGREJA DA BARRA DO JUCU Barra do Jucu - Centro	Século XX (1900/1913)	Nenhuma.	Culto Religioso.	Em bom estado de conservação. A restauração descaracterizou as condições originais, principalmente no interior da edificação, ocasião em que foi destruído o retábulo da igreja.	Tombamento, Grau de proteção 2. Tratamento do entorno e integração com a praça.
06	IGREJA DE PONTA DA FRUTA Morro de Ponta da Fruta	Século XX	Nenhuma.	Culto Religioso.	Estado de conservação regular.	Tombamento. Grau 2. Recomenda-se o tombamento e tratamento do morro em que está implantada. Restauração do interior e cobertura da Igreja.

- SINOPSE DAS EDIFICAÇÕES A PRESERVAR - SERRA -

Nº	MONUMENTO	PERÍODO (Século)	PROTEÇÃO EXISTENTE	UTILIZAÇÃO ATUAL	GRAU DE CONSERVAÇÃO	RECOMENDAÇÕES
01	IGREJA SÃO BENEDITO Matriz de Serra	Século	Nenhuma.	Culto Religioso	Em bom estado de <u>con</u> <u>servação</u> .	Tombamento.Grau 1. Criação de um Museu de História e Arte na parte posterior da Igreja.
02	RESIDÊNCIA LEÃO BORGES Centro da Serra	Séculos XVIII e XIX	Nenhuma	Uso residencial	Em precário estado de conservação.	Tombamento.Grau 1. Recomenda-se a restau ração da residência visto tratar-se de uma das mais expressi vas residências do século XVIII/XIX. No centro da cidade. A edificação poderá ser utilizada para fins so ciais e culturais.

Nº	MONUMENTO	PERÍODO (Século)	PROTEÇÃO EXISTENTE	UTILIZAÇÃO ATUAL	GRAU DE CONSERVAÇÃO	RECOMENDAÇÕES
03	SOBRADO E RESIDÊNCIA NA PRAÇA JOÃO MIGUEL Centro da Serra	Sobrado século XX; residência século XIX	Nenhuma.	O sobrado tem utilização comercial e residencial, a residência está desabitada.	O primeiro foi restaurado recentemente; a residência está em precário estado de conservação.	Tombamento. Grau 2. Restauração da residência térrea.
04	EDIFICAÇÕES NA RUA CASSIA NO CASTELO Centro da Serra	Século XIX	Nenhuma.	O sobrado de nº 22 tem uso comercial; as demais edificações uso residencial.	As edificações encontram-se em estado regular de conservação.	Tombamento. Grau 2. Recomenda-se a restauração da edificação 54/60.
05	RES. MAJOR PISSARA Nº 83 Centro da Serra	Século XIX	Nenhuma.	Uso residencial.	Em regular estado de conservação.	Tombamento. Grau 2.
06	RES. GETÚLIO VARGAS Nº 308 Centro da Serra	Século XIX	Nenhuma.	Uso residencial.	Em precário estado de conservação.	Tombamento. Grau 2. Recomenda-se restauração.

Nº	MONUMENTO	PERÍODO (Século)	PROTEÇÃO EXISTENTE	UTILIZAÇÃO ATUAL	GRAU DE CONSERVAÇÃO	RECOMENDAÇÕES
07	RES. RUA DOMINGOS MARTINS Centro da Serra	Século XIX	Nenhuma.	Uso residencial.	Em precário estado de conservação.	Tombamento. Grau 2. Recomenda-se restau ração.
08	IGREJA DE SÃO JOÃO DE CARAPINA Distrito de Carapina zona rural	Século XVIII (1746)	Nenhuma.	Culto Religioso.	Em estado regular de conservação.	Tombamento. Grau 1. Restauração das partes deterioradas, princi palmente nas fachadas lateral esquerda e pos terior. Tratamento do entorno e melhoria dos acessos.
09	CASA DE FAZENDA Distrito de Carapina zona rural	Século XVIII	Nenhuma.	Utilização eventual como residência.	Em precário estado de conservação.	Tombamento. Grau 2. Restauração da edifi cação e tratamento do entorno.

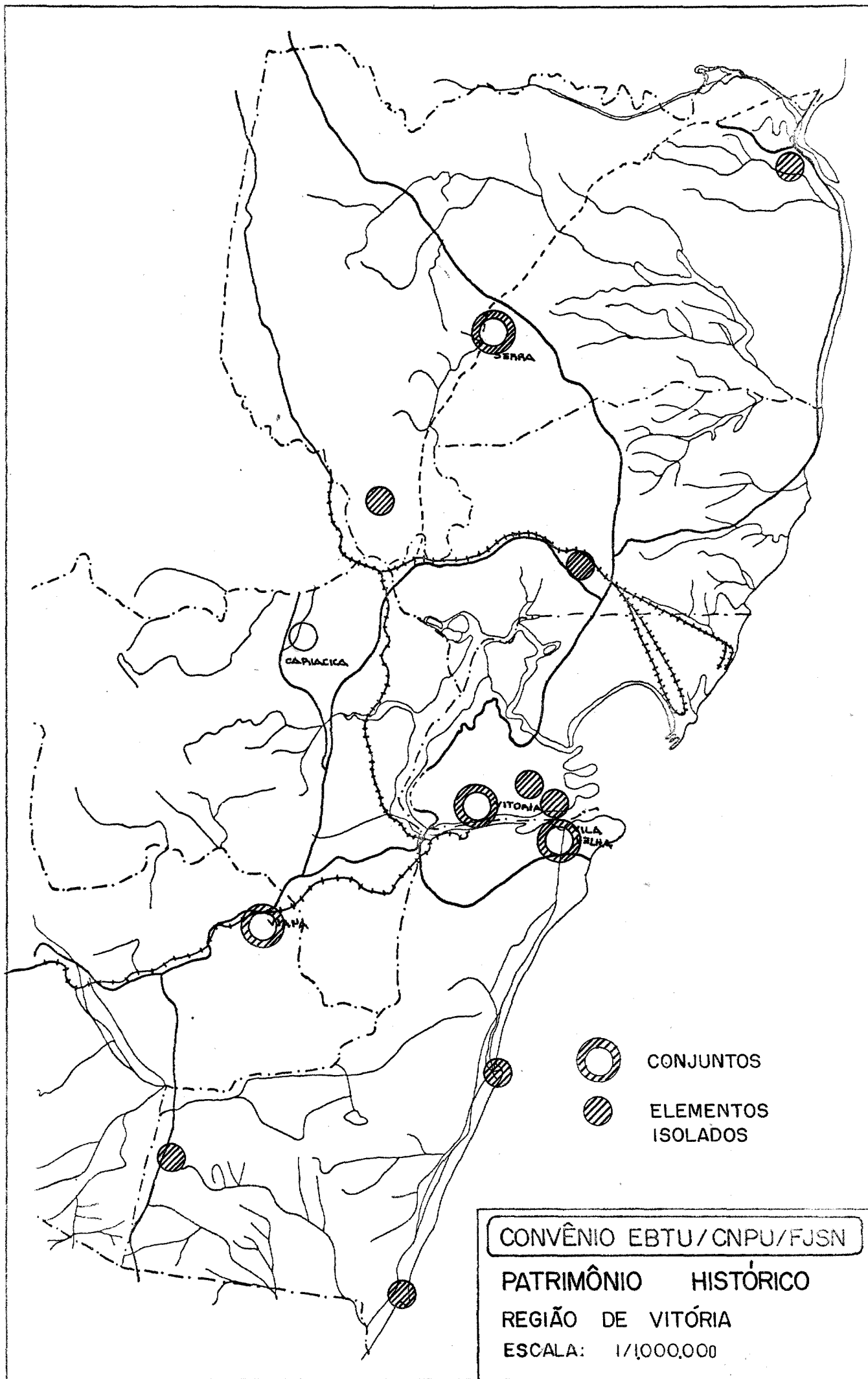
Nº	MONUMENTO	PERÍODO (Século)	PROTEÇÃO EXISTENTE	UTILIZAÇÃO ATUAL	GRAU DE CONSERVAÇÃO	RECOMENDAÇÕES
10	IGREJA S. J. QUEIMADO Distrito de Queimado zona rural	Século XIX (1848)	Nenhuma.	Nenhuma.	Em ruínas	Tombamento. Grau I. Estudo da viabilidade de restauração do mo- numento.
11	CONJUNTO DOS REIS MAGOS Nova Almeida	Século XVI (1580)	Tombado pe- lo IPHAN.	Nenhuma.	Em bom estado de con- servação, após a res- taurção realizada pe- lo IPHAN.	Agilização na criação do museu proposto pa- ra o local, complemen- tação da restauração da Igreja (retábulo e nave).

- SINOPSE DAS EDIFICAÇÕES A PRESERVAR - VIANA -

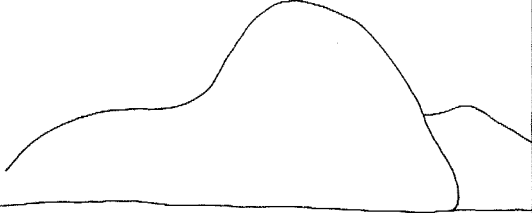
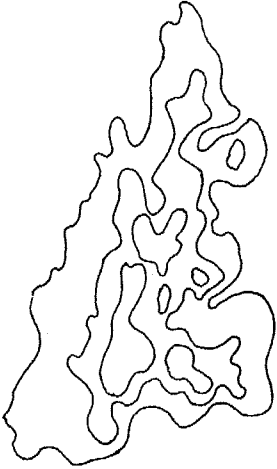
Nº	MONUMENTO	PERÍODO (Século)	PROTEÇÃO EXISTENTE	UTILIZAÇÃO ATUAL	GRAU DE CONSERVAÇÃO	RECOMENDAÇÕES
01	IGREJA MATRIZ DE VIANA Praça Soldado Apolinário	Século XIX (1815)	Nenhuma	Culto Religioso.	Em bom estado de con- servação.	Tombamento. Grau 1. . .
02	RESIDÊNCIA FAMÍLIA BALES- TRERO Centro de Viana	Século XIX (1894)	Nenhuma	Uso Residencial.	Em bom estado de con- servação.	Tombamento. Grau 1. . .
03	SOBRADO JOÃO FRANCISCO PI- MENTEL Centro de Viana	Século XIX (1850/1860)	Nenhuma	Uso residencial e co- mercial.	Em bom estado de con- servação. Apresenta modificações signifi- cativas principalmen- te no interior que foi completamente alterado.	Tombamento. Grau 2. . . Tratamento do exterior com ampliação do pas- seio para pedestre.

Nº	MONUMENTO	PERÍODO (Século)	PROTEÇÃO EXISTENTE	UTILIZAÇÃO ATUAL	GRAU DE CONSERVAÇÃO	RECOMENDAÇÕES
04	ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE VIANA	Século XX (início)	Nenhuma	Estação Ferroviária.	Em bom estado de conservação.	Tombamento. Grau 2. Tratamento do entorno e criação de pequena praça em área próxima.
05	IGREJA NOSSA SENHORA DA AJUDA Distrito de Araçatiba	Século XVIII Reformas século XIX	Tombada pelo IPHAN.	Culto Religioso.	Em bom estado de conservação, frequentemente atacada por cupins.	Combate aos cupins, tratamento do espaço em frente à igreja. Reedificação da praça que existia na época da fazenda de Araçatiba.
06	IGREJA DE BELÉM Distrito de Araçatiba, junto da BR 101	Século XIX (1780)	Nenhuma	Nenhuma.	Em ruínas	Tombamento. Grau 1. Estudo da viabilidade de restauração da edificação.

Nº	MONUMENTO	PERÍODO (Século)	PROTEÇÃO EXISTENTE	UTILIZAÇÃO ATUAL	GRAU DE CONSERVAÇÃO	RECOMENDAÇÕES
07	CASA COLONIAL (Sobrado do Capitão Freitas Lyra) Distrito de Bonito	Século XIX	Nenhuma	Uso residencial.	Estado regular de con- servação, mantém as características origi- nais com pequenas al- terações.	Tombamento, Grau I. por constituir-se em significativo exem- plo de arquitetura rural.



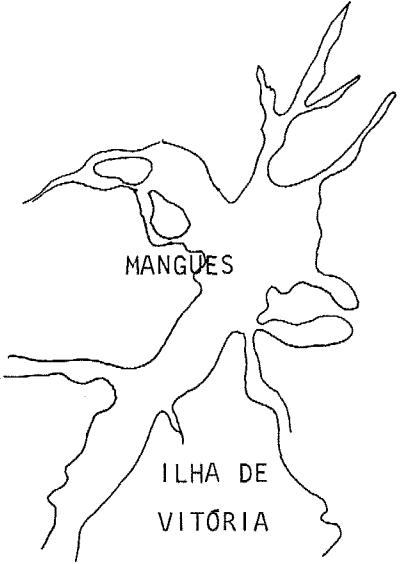
PATRIMÔNIO NATURAL - VITÓRIA

LOCALIZAÇÃO	CONFIGURAÇÃO (CROQUIS)	ESTADO ATUAL	LEVANTAMENTOS	RECOMENDAÇÕES
<p>1) PENEDO</p> <p>Baía de Vitória</p> <p>Um dos mais característicos e imponente marco visual e paisagístico de Vitória.</p>		<p>Retirada de material da face Leste e Sul do morro, devido a construção do porto de Capuaba.</p>	<p>Levantamento da situação fundiária do morro.</p>	<p>Recomenda-se a paralisação urgente da retirada de material no local; legislação e fiscalização eficiente p/que a medida não se repita. Deverá ser preservado integralmente.</p>
<p>2) MACIÇO CENTRAL</p> <p>Ilha de Vitória</p> <p>Emoldura a cidade com suas matas, constituindo-se na Rua Principal reserva de área verde.</p>		<p>Em processo de ocupação, principalmente na face sul e parte da face oeste; devastação da cobertura vegetal existente com exceção da parte norte do morro, porém existem loteamentos no local.</p>	<p>Demarcação dos limites do parque, de acordo com a ocupação atual.</p> <p>Levantamento da situação fundiária; levantamento da flora e da fauna existentes.</p>	<p>Recomenda-se o tombamento da área e criação do parque Maciço Central conforme plano de lazer p/Grande Vitória. Fiscalização eficiente para controle as invasões e destruição da cobertura vegetal. Em zonas não habitadas fixação de cota máxima de ocupação 50 e declividades superiores a 30% non edificantes. Recuperação da cobertura vegetal conforme indicação mapa.</p>

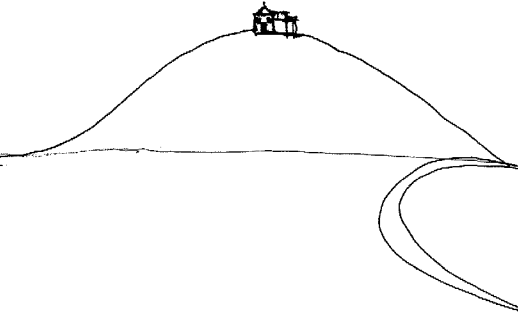
PATRIMÔNIO NATURAL - VITÓRIA

continuação

.2.

LOCALIZAÇÃO	CONFIGURAÇÃO (CROQUIS)	ESTADO ATUAL	LEVANTAMENTOS	RECOMENDAÇÕES
<p>3) AFLORAMENTOS ROCHOSOS INSERIDOS NA MALHA URBANA</p> <p>São elementos visuais que proporcionam identidade aos bairros e estão sendo ocupados e ocultados pelos edifícios.</p>	<p>Apresentam as mais variadas configurações, alguns de composição rochosa, parcial ou integral, formam <i>ilhas na malha urbana</i>. Apresentam variações na ocupação e conservação da cobertura vegetal.</p>	<p>Em processo de ocupação, além da cota 50, cota máxima permitida por lei p/ocupação. Destruição gradativa da cobertura vegetal, o que poderá acarretar em graves problemas de erosão e deslocamento de massa.</p>		<p>Controle da ocupação indiscriminada destes morros. Sugere-se um estudo ecológico de ocupação.</p>
<p>4) MANGUES</p> <p>Baía norte de Vitória</p> <p>Mais importante sistema ecológico da baía de Vitória, além de ser a baía e foz do rio Sta. Maria da Vitória.</p>		<p>Em processo de ocupação esta sujeito a profundas alterações no sistema ecológico que faz parte, devido a aterros que começam a ser executados na área (estrada do contorno).</p>	<p>Levantamento detalhado das condições de flora e fauna; levantamento fundiário da área, levantamento pedológico, etc.</p>	<p>Reavaliação da legislação existente (PEE). Diretrizes gerais de preservação e ocupação. Tombamento das jazidas e sítios arqueológicos localizados nas áreas dos mangues, além da demarcação das áreas de preservação recomenda-se o estudo da produtividade dos mangues.</p>


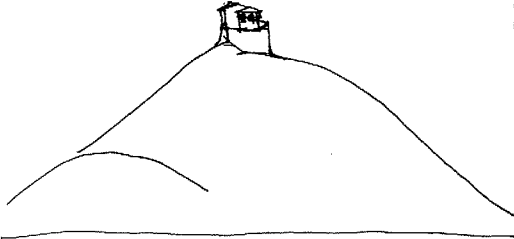
PATRIMÔNIO NATURAL - VILA VELHA

LOCALIZAÇÃO	CONFIGURAÇÃO (CROQUIS)	ESTADO ATUAL	LEVANTAMENTOS	RECOMENDAÇÕES
<p>1) MORRO PONTA DA FRUTA</p> <p>Ponta da Fruta</p>		<p>Cobertura vegetal devastada, predominância de vegetação rasteira, com a igreja no topo e algumas edificações próximas ao mar.</p>	<p>Levantamento da situação fundiária do morro, delimitação da poligonal de tombamento.</p>	<p>Tombamento da área do morro, melhoria do acesso à igreja, arborização e paisagismo.</p>
<p>2) MANGUE DE ARIBIRI</p> <p>Junto ao rio Marinho e do Aribiri, estendendo-se além da rodovia Carlos Lindemberg.</p>	<p>Configuração longitudinal e em alguns pontos em forma de mancha; ao longo dos Rios Marinho e Aribiri.</p>	<p>Em processo de ocupação sofrendo sucessivos aterros. Apresenta elevado índice de poluição principalmente junto das zonas ocupadas.</p>	<p>Levantamento da flora e fauna características dos mangues, localização dos terminais de esgoto.</p>	<p>Preservação através da contenção dos aterros, controle dos detritos sólidos e líquidos que são lançados nos mangues.</p>

PATRIMÔNIO NATURAL - VILA VELHA

continuação

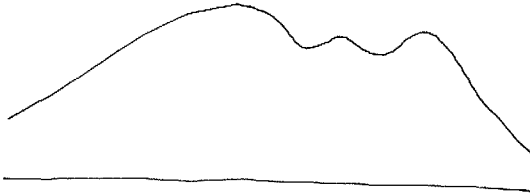
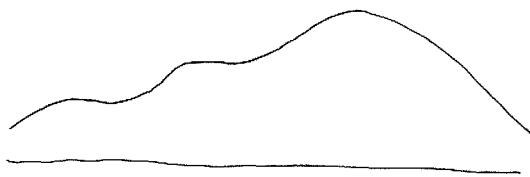
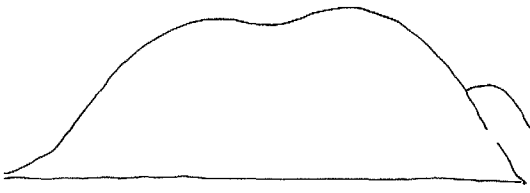
.2.

LOCALIZAÇÃO	CONFIGURAÇÃO (CROQUIS)	ESTADO ATUAL	LEVANTAMENTOS	RECOMENDAÇÕES
<p>3) MANGUE DE VILA VELHA Praia da Costa</p>	<p>A configuração do mangue de Vila Velha reduziu-se a um canal, localizado entre o outeiro da Penha e o Morro do Moreno, estendendo-se em dois braços, um junto do outeiro e outro ao longo da praia da Costa.</p>	<p>Os sucessivos aterros reduziram o mangue a um canal, a vegetação foi praticamente destruída.</p>		<p>Preservação do mangue existente e controle no lançamento de dejetos sólidos e líquidos. Recomenda-se um estudo sanitário mais detalhado para o município.</p>
<p>4) LAGOA DE JABAETÉ Acesso pela ES 388</p>			<p>Situação fundiária das áreas do entorno e levantamento da flora e fauna existentes para fins de proteção.</p>	<p>Preservação da lagoa e das áreas do entorno visando a manutenção da flora e fauna.</p>
<p>5) OUTEIRO DA PENHA Centro, próximo da Prainha.</p>		<p>Cobertura vegetal reconstituída na década de 50, em bom estado de conservação. Tombado pelo IPHAN.</p>		<p>Controle das edificações no entorno do outeiro visando a preservação de visuais; tratamento dos acessos externos ao outeiro.</p>

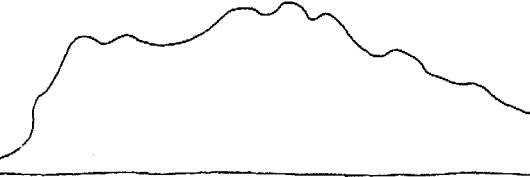

PATRIMÔNIO NATURAL - VILA VELHA

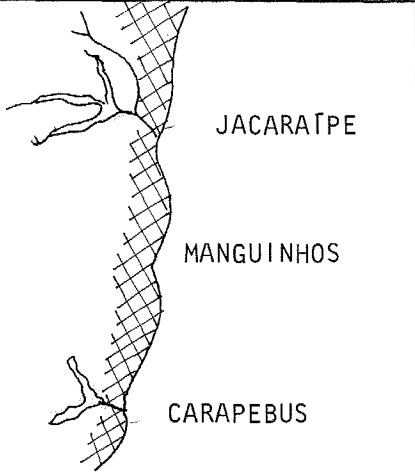
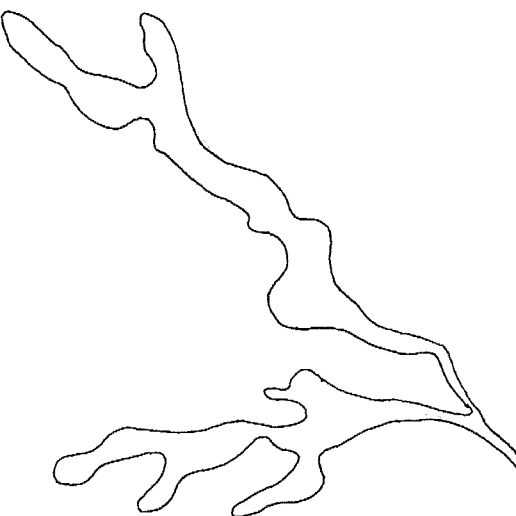
continuação

.3.

LOCALIZAÇÃO	CONFIGURAÇÃO (CROQUIS)	ESTADO ATUAL	LEVANTAMENTOS	RECOMENDAÇÕES
<p>6) MORRO MORENO Praia da Costa</p>		<p>Sem ocupação. Mantém parcialmente a cobertura vegetal, encontrando-se loteado.</p>	<p>Levantamento da flora e fauna existentes; demarcação das zonas com declividade superior a 50% e dos afloramentos rochosos.</p>	<p>Demarcação das áreas que deverão ser consideradas áreas não edificantes.</p>
<p>7) MORRO JABURUNA Centro, junto da Baía de Vitória</p>		<p>Parte da face oeste e sul apresenta ocupação, o restante conserva as condições originais.</p>	<p>Levantamento da flora e fauna existentes; demarcação das zonas com declividade superior a 50% e dos afloramentos rochosos.</p>	<p>As mesmas recomendações do Morro Moreno.</p>
<p>8) MORRO DO JUCU Barra do Jucu, junto da foz do rio Jucu.</p>		<p>Vegetação predominante de pequeno porte. Composição rochosa.</p>	<p>Demarcação dos limites do parque que deverá ser criado no local estendendo-se ao longo do rio.</p>	<p>Regulamentação da situação fundiária; e projeto de criação de um parque público. Tombamento da área conforme mapa anexo.</p>

PATRIMÔNIO NATURAL - SERRA

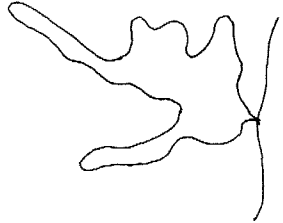
LOCALIZAÇÃO	CONFIGURAÇÃO (CROQUIS)	ESTADO ATUAL	LEVANTAMENTOS	RECOMENDAÇÕES
<p>1) MESTRE ALVO/ÁLVARO (próximo da BR-101 - Serra)</p> <p>Constituiu-se em reserva biológica estadual pelo Decreto Lei nº de 1975.</p>		<p>Cobertura vegetal devastada (principalmente nas faces Norte e Leste).</p>	<p>Levantamento da Flora e fauna existentes; demarcação dos limites da reserva biológica; recuperação da cobertura vegetal nas áreas mais devastadas.</p>	<p>Fiscalização eficiente na reserva biológica, criação de um parque junto do morro, conforme proposta do Plano de Lazer para a Região de Vitória.</p>
<p>2) MORRO DOS REIS MAGOS (Nova Almeida)</p> <p>Constituiu-se na única aldeia jesuítica brasileira que conserva o traçado original.</p>		<p>As habitações existentes no entorno da Praça, são áreas, apresentando expansão de novas edificações ao longo do acesso, e junto da Praça.</p>	<p>Demarcação da poligonal de tratamento ambiental.</p>	<p>Controle das edificações junto da Praça e ao longo do acesso. Controle dos gabaritos das edificações próximas ao Morro. Estudo da tipologia das habitações junto da praça. Recomenda-se que o gabarito de todas as edificações do morro seja de 1 pavimento somente.</p>

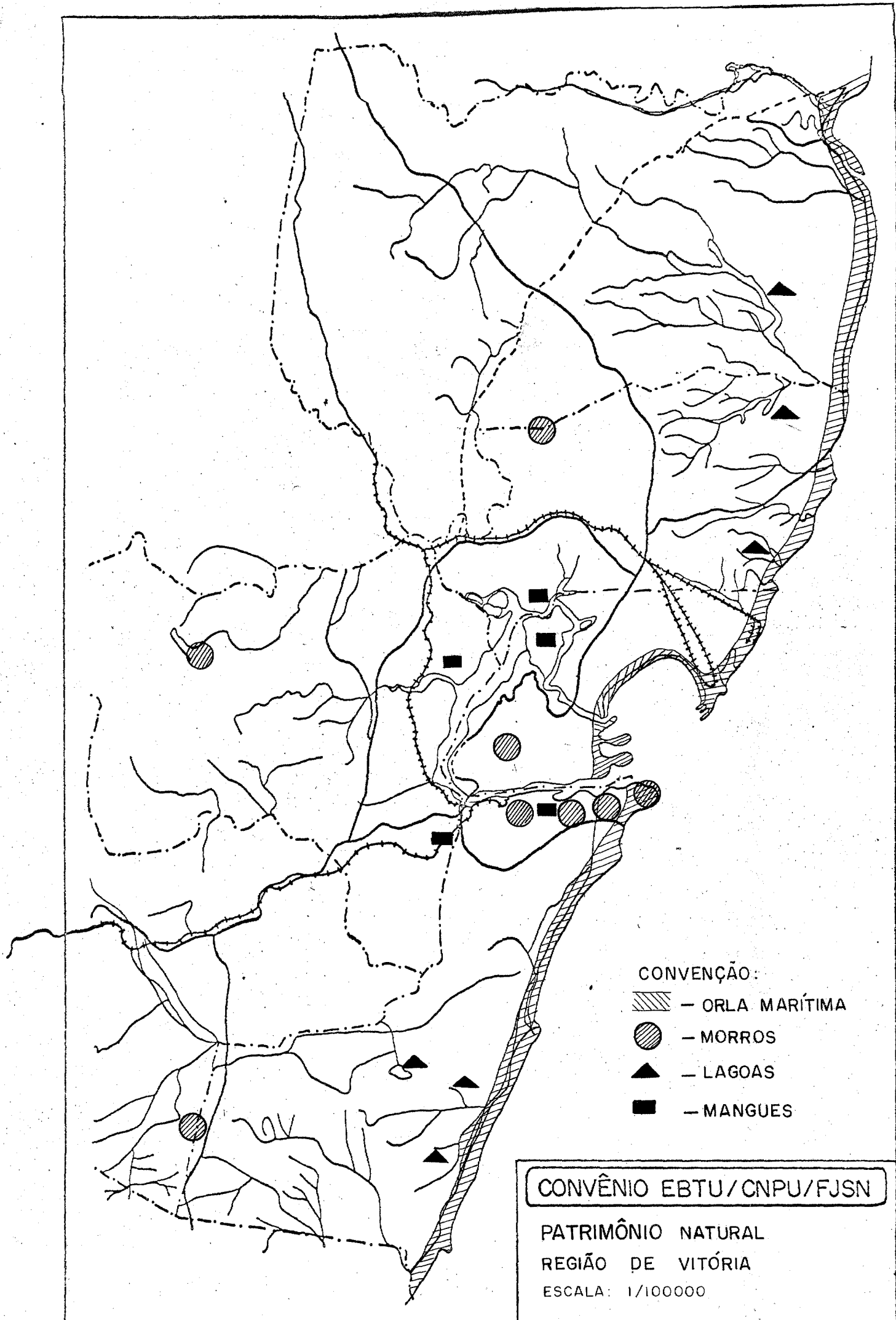
LOCALIZAÇÃO	CONFIGURAÇÃO (CROQUIS)	ESTADO ATUAL	LEVANTAMENTOS	RECOMENDAÇÕES
<p>3) ORLA MARÍTIMA</p> <ul style="list-style-type: none"> . Nova Almeida . Jacaraípe . Manguinhos . Carapebus 		<p>Em processo de ocupação através da densificação de áreas já ocupadas e dos novos loteamentos</p>		<p>Plano para a orla, proteção dos recursos potenciais p/o turismo e lazer; controle dos loteamentos e preservação dos recursos hídricos da região.</p>
<p>4) LAGOAS CAPUBA E JACUNÉM</p> <p>Balneário de Jacaraípe</p>		<p>Ligadas ao mar através do rio Cacu, encontram-se ameaçadas devido a tomada de 2.000 l/s de água p/abastecer o porto de Tubarão</p>	<p>Levantamento da flora e fauna existentes, demarcação dos limites da área de preservação restrita ao uso p/turismo e lazer.</p>	<p>Paralisação urgente da tomada de água; utilização da área do entorno e das lagoas p/turismo e lazer; controle na implantação de equipamentos e novos loteamentos e fiscalização que controle o lançamento de dejetos sólidos e líquidos</p>

PATRIMÔNIO NATURAL - SERRA





continuação

.3.

LOCALIZAÇÃO	CONFIRMAÇÃO (CROQUIS)	ESTADO ATUAL	LEVANTAMENTOS	RECOMENDAÇÕES
5) LAGOA CARAPEBUS		<p>Teve seu acesso ao mar fechado através de aterro; existem loteamentos no entorno que poderão alterar o vale úmido da lagoa.</p>	<p>Levantamento da flora e fauna da lagoa e entorno; delimitação do parque de Carapebus conforme plano de Lazer</p>	<p>Criação do Parque de Carapebus, integrado a lagoa; densificação da vegetação existente ao norte com espécimes de grande porte; delimitação de áreas não edificantes em cotas inferiores a 10.</p>

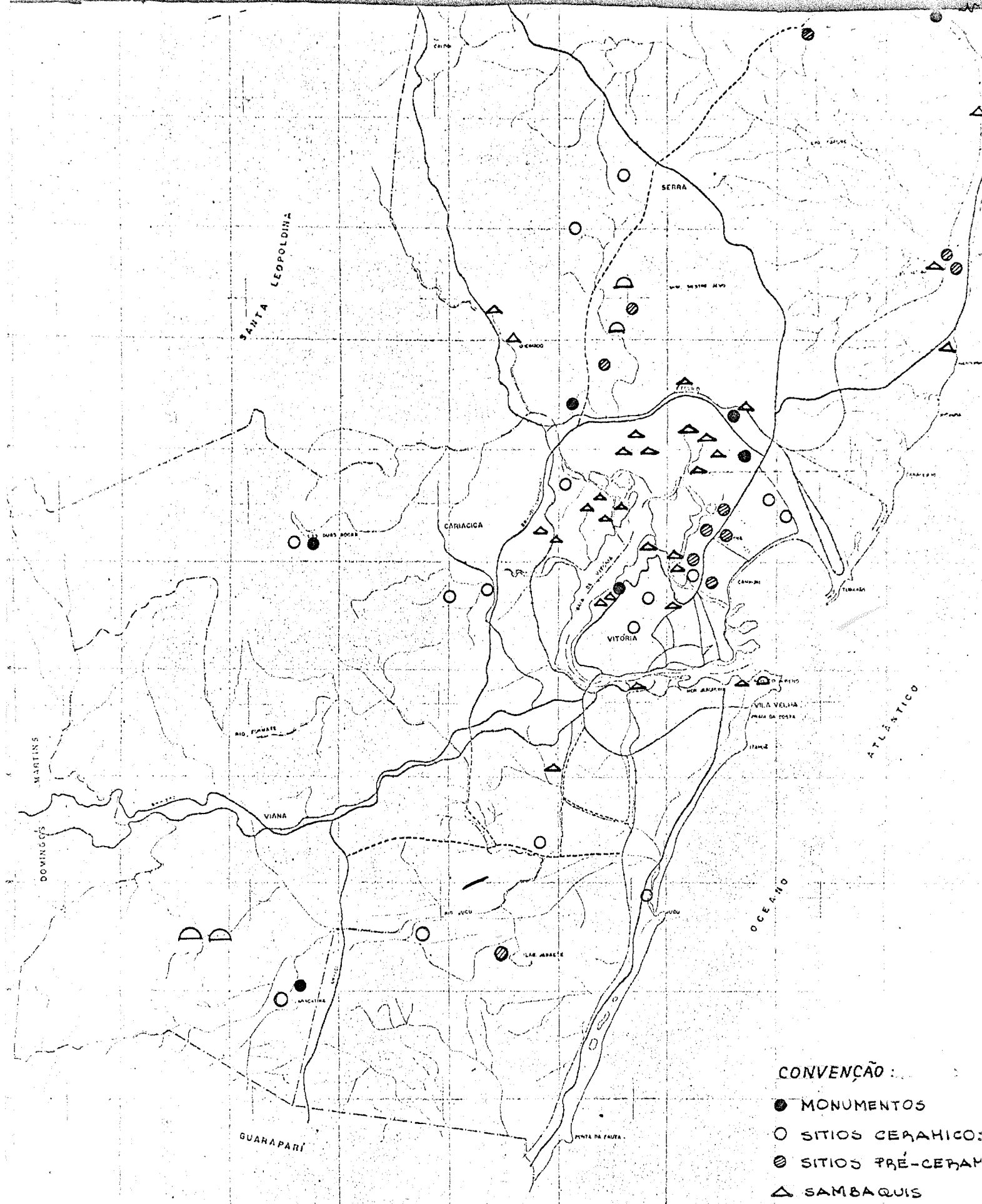


CONVENÇÃO:

-  - ORLA MARÍTIMA
-  - MORROS
-  - LAGOAS
-  - MANGUES

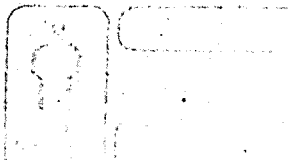
CONVÊNIO EBTU/CNPU/FJSN

PATRIMÔNIO NATURAL
REGIÃO DE VITÓRIA
ESCALA: 1/100000



CONVENÇÃO:

- MONUMENTOS
- SITIOS CERAMICOS
- ◐ SITIOS PRÉ-CERAMICOS
- △ SAMBAQUIS



4.

VITÓRIA

4.1.

EVOLUÇÃO URBANA

FUNDAÇÃO DE VITÓRIA E INÍCIO DO POVOAMENTO

Em 23 de maio de 1535, Vasco Fernandes Coutinho aportou na costa do Espírito Santo acompanhado de 60 pessoas, numa pequena praia entre os morros da Penha e Jaburuna, na entrada da baía de Vitória. No local edificaram pequena aldeia de casas cobertas de palha, que passou a ser conhecida como Vila do Espírito Santo. As sucessivas lutas com os indígenas ocasionou a mudança da vila para um local que oferecesse maior proteção.

Junto a extensa montanha da ilha de Vitória, um curto espigão na face sul, com a parte alta a 20/25m acima do nível do mar, mais ou menos ondulada com extensão pouco superior a 80.000m² cercado de encostas fortemente inclinadas e limitado por manguezais distando mais de uma légua da entrada da baía de Vitória, pareceu o local adequado para a mudança da vila do Espírito Santo.

A ilha pertencia a Duarte Lemos e na carta de doação estava vetada a faculdade de fundar vila ou povoado em Vitória e portanto, não tendo origem legal¹, não recebeu as léguas de terra para seu patrimônio, ficando sem foros e arrendamento, tendo sua expansão sido feita por doação, compra ou desapropriação. Da fazenda de Duarte Lemos na ilha de Vitória supõe-se que faça parte, a Capela de Santa Luzia, hoje restaurada e transformada em galeria de arte. (é nítida a influência barroca do frontão, possivelmente alterado no século XVIII, e também a ala lateral nave da Capela).

¹Fonte: biografia de uma ilha, Serafim Derenzi.

A data de fundação da cidade de Vitória não é exata, porém ocorreu no período 1549/51, variando segundo alguns autores. A nova vila recebeu o nome de Vitória após a derrota dos indígenas em 08 de setembro de 1551. No mesmo ano aportaram na ilha o Padre Jesuíta Afonso Brás e o irmão leigo Simão Gonçalves, iniciando o trabalho de catequese que teria destaque no decorrer do século até 1759, quando são expulsos do Brasil os jesuítas.

Até meados de setecentos, a Companhia de Jesus tem papel destacado na Fundação de aldeias e na catequese dos indígenas. Iniciaram, ainda na primeira década de fundação da Vila, a construção do Colégio de Vitória a que estariam subordinadas todas as aldeias e fazendas. Em 1558 fundam as aldeias de Nossa Senhora da Conceição (Serra) e Nossa Senhora de Guaraparim, a primeira perto da cidade de Vitória e próxima do maciço gnássico denominado Mestre Álvaro e Nossa Senhora de Guaraparim ao sul. Datam também de 58, as primeiras referências de Itapemirim. Em 1580, fundaram, às margens do rio Reis Magos, a aldeia de Santo Inácio dos Reis Magos *em lugar alto que goza de lindo panorama* (S. Leite, 243). No mesmo ano já era citada a aldeia de Reritiba *a mais famosa do Espírito Santo* (S. Leite, 247, 8).

As fazendas eram especializadas em atividades específicas e serviam para abastecer a sede de Vitória. Na de Muribeca, hoje Presidente Kennedy, existia próspera criação de gado bovino, que além da capitania do Espírito Santo abastecia a do Rio de Janeiro.

Na fazenda de Araçatiba, hoje distrito de Viana, os jesuítas exploravam o plantio e beneficiamento do açúcar. Implantada junto da montanha de Araçatiba, possuía amplas extensões de terra e comunicava-se com Vitória pelos rios Jucu e Marinho, ligados por um canal construído pelos jesuítas.

A fazenda de Itapoca, que era especializada na fabricação da farinha, localizava-se no planalto de Carapina. Hoje existem somente vestígios da fazenda junto a uma antiga casa colonial. Em Cariacica encontram-se ruínas da fazenda da Maricarã, especializada na fabricação do açúcar.

As aldeias fundadas no século XVI, hoje transformaram-se nas cidades de Itapemirim, Guarapari, Anchieta (Reritiba) e Nova Almeida (Reis Magos). Em Anchieta ainda existe a igreja e a residência, hoje transformada em museu. A aldeia de Reis Magos é a única do Estado que conserva o traçado urbanístico das aldeias jesuítas.

Em Vitória, o colégio foi implantado numa pequena elevação próxima à baía. Possuía planta quadrada e linhas sóbrias com amplo pátio interno. Constituíam-se na edificação de maior área construída da cidade. Ligava-se ao Cais dos Padres por escadaria de linhas retas. Posteriormente foi construída, em anexo, a igreja de S. Tiago, com influência barroca, onde sobressaíam duas torres de dimensões e alturas desiguais com formas ricas de ornatos que contrastavam com o sóbrio frontão triangular. O conjunto era guarnecido de jardins e possuía a fachada principal voltada para o largo Afonso Brás (atual praça João Clímaco) em terreno de aclive, que se constituía na principal praça da cidade. O colégio foi completamente descaracterizado no início do século XX, ocasião em que foi demolida a igreja e anexada esta área ao palácio.

A CIDADE DE VITÓRIA

Vitória se desenvolveu segundo modelo medieval de cidade, com ruas tortuosas e estreitas, seguindo a topografia do terreno. Na paisagem se destacava o colégio Jesuíta, pelas dimensões e pelo local de implantação;

em frente à igreja de Misericórdia, edificada no início do século XVII, ligada por viela estreita e tortuosa à Igreja Matriz de Nossa Senhora da Vitória. Construção pesada em estilo colonial, destacava-se na paisagem pelos enormes planos inclinados do telhado e pelas torres laterais. Em pequena elevação, na periferia da vila, foi edificado o Convento S. Francisco, compreendendo a igreja, o convento, com amplo pátio interno; o Convento do Carmo com Capela da Ordem Terceira que, segundo Saint-Hilaire¹ pertencia a uma belíssima fazenda. Ambos os conventos possuíam extensos pomares.

Enquanto a arquitetura religiosa construía sólidas edificações para a posteridade, a arquitetura civil caracterizava-se pela transitoriedade e simplicidade, que poderia ser descrita da seguinte forma:

- . as casas, na maioria térreas, possuíam pouquíssimas aberturas; as janelas, de guilhotina, possuíam escuros sem venezianas e eram fechadas por trameças de madeira;
- . o cômodo da frente era utilizado para receber, no corpo central as alcovas, e nos fundos, a sala de jantar, normalmente avarandada; e
- . a cozinha e o banheiro ficavam separados do corpo da casa.

Os lotes eram estreitos e compridos, e a residência era implantada junto a rua; os quintais eram desprovidos de verde, constituíam-se em depósitos de lixo. A população abastecia-se de água nas fontes Grande, da Lapa e Capixaba. Os dejetos eram transportados por escravos, nos *tigres*, espécie de tonel, e despejados na baía de Vitória. Devido às condições de salubridade a cidade foi assolada diversas vezes por surtos epidêmicos de febre amarela, febre tifóide, malária, varíola, ocasionando grande perda de população.

¹SAINT HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, 1974, 121 p.

Sobressaindo-se o elemento natural em detrimento ao edificado, a linha divisória entre a água e a terra permanecia irregular, com a água avançando em direção à terra através dos mangues e baixios.

Na parte leste da ilha, localizava-se a fazenda de Jucutuquara e as roças onde eram cultivadas a cana-de-açúcar, a mandioca e o milho. O solar da fazenda ainda existe, porém apresenta alterações executadas durante o século XVIII.

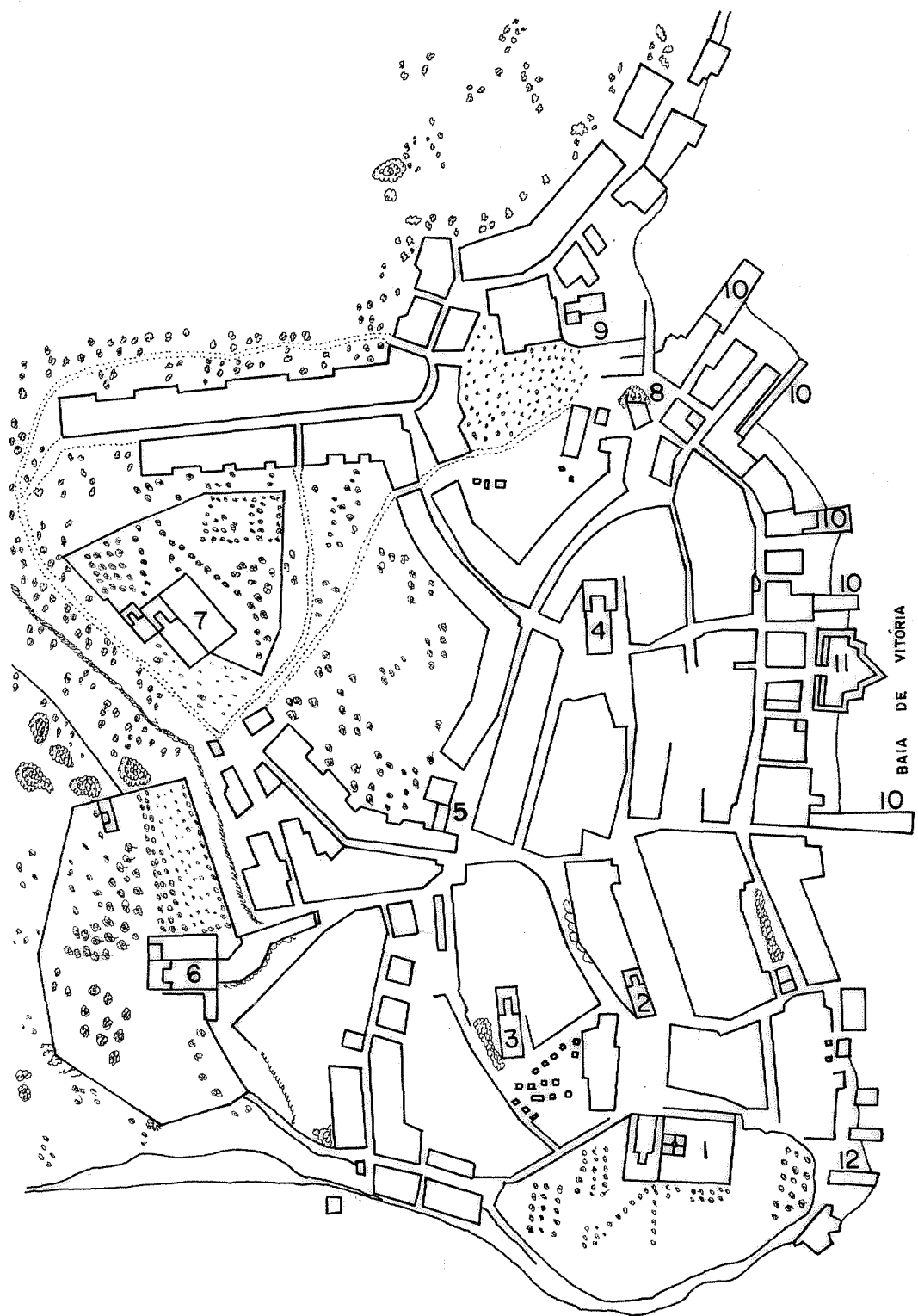
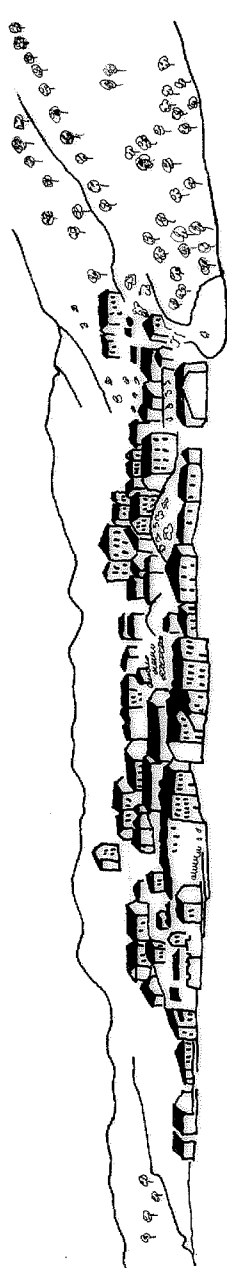
O século XVIII se caracterizou, na Província, pelo isolamento, pelo lento desenvolvimento e pelo militarismo. Com a descoberta de ouro na Capitania de Minas Gerais, a Corôa tomou medidas de proteção à região aurífera proibindo, no Espírito Santo, o comércio com o exterior e outras capitanias, e a construção de estradas de penetração ao interior. A cidade de Vitória foi fortificada por se constituir em ponto estratégico de penetração. Esta situação de decadência agravou-se em meados do século, com a expulsão dos jesuítas e a desativação das aldeias e fazendas.

Até fins do século XVIII, o povoamento da província se reduziu à faixa litorânea e Vitória permaneceu sem expansão, ocupando o núcleo inicial de formação. Durante o século, recebeu intenso aparato militar. Numa extensão pouco superior a 1Km foram construídas e reaparelhadas as seguintes fortalezas: a de São João no estreitamento da baía de frente o Penedo; o fortim S. Diogo, na prainha junto ao Largo da Conceição; a de Nossa Senhora do Monte Carmo, próxima da Av. Jerônimo Monteiro, na altura dos Correios, a de S. Inácio ou S. Maurício, próximo do Cais dos Padres na confluência das ruas General Osório e Nestor Gomes; e o fortim da Ilha do Boi, na entrada da baía. Das fortalezas restou somente parte da muralha do forte S. João e onze canhões.

No último quartel do século a economia foi ativada com a abertura das relações comerciais, através do restabelecimento das ligações marítimas com o Rio de Janeiro, Bahia e outros portos menores. Exportava-se madeira, açúcar, panos de algodão e importava-se vinhos, azeite, lⁱnhas e sedas.

A Capitania possuía então uma população de 15.660 habitantes, Vitória, com 7.225 habitantes, dos quais 4.898 habitantes, eram negros, e Viⁱla Velha 1.888 habitantes.

(Ver mapa, a seguir).



PLANTA DA CIDADE
DE VITÓRIA — 1776

- 01 - Palácio Anchieta e Igreja de S.Thiago
- 02 - Igreja da Misericórdia (Assembleia Legislativa)
- 03 - Igreja S. Gonçalo
- 04 - Igreja Matriz (Catedral)
- 05 - Igreja Sta. Luzia
- 06 - Convento S. Francisco
- 07 - Convento do Carmo
- 08 - Capela da Conceição (Costa Pereira)
- 09 - Igreja do Rosário
- 10 - Cais para atracar embarcações
- 11 - Forte S. Monte Carmo
- 12 - Fortim de S.Thiago

A EXPANSÃO URBANA DE VITÓRIA

O advento do café, as imigrações e outras transformações que se processaram no Estado, no decorrer do século XIX¹, possibilitaram uma série de transformações na Capital, que resultaram na modificação da estrutura urbana colonial existente. Se num primeiro momento a cidade oferecia condições desejáveis de segurança aos habitantes, no futuro, apresentaria condicionantes bastante graves em relação à necessidade de transferência de sítio, como opinavam Inglês de Souza e Milnor Roberts, que viam *a impraticabilidade de um desenvolvimento em futuro próximo*.

A dificuldade de áreas urbanizáveis para expansão fez com que a cidade crescesse sobre si mesma, resultando na sobreposição dos tecidos urbanos, de diferentes épocas, e na expansão em terras conquistadas dos baixios, mangues e mar.

Em 1820, foi instalada a Alfândega, no Fortim de Nossa Senhora do Carmo, e, posteriormente, transferida para o Convento do Carmo, ocupando o pavimento térreo. Em meados do século surgiu a imprensa em Vitória, através da circulação do *Correio de Vitória*.

Em 1824, a população em Vitória era de 13.038 hab., e no Estado 35.353 habitantes.

Em 1828, existiam em Vitória 889 edificações com elevado número de sobrados. As casas comerciais somavam mais de 80, as ruas eram esburacadas, enlameadas e mal iluminadas e o transporte era feito por car

¹ Para maiores esclarecimentos sobre o desenvolvimento do Estado durante o século XIX poderão ser consultados os livros indicados na Bibliografia em anexo.

ros de boi.

Até fins do século XIX a cidade teve crescimento extremamente lento, não passando do núcleo inicial de povoamento, limitada a oeste pelo mangue do Campinho e a leste pelo Largo da Conceição. Do mangue do Campinho ao Largo da Conceição encontravam-se os seguintes cais:

- . o de S. Francisco, espécie de canal junto ao mangue e próximo da atual Avenida República, onde as embarcações passavam por baixo de pontes elevadas que se comunicavam com os baixios do Campinho;
- . o dos Padres, entre as Avenidas República e General Osório;
- . o da Batalha, na atual praça 8, que foi palco do combate aos holandeses em 1625 e
- . o do Santíssimo, no atual Cine Glória.

As ruas eram mal calçadas e frequentemente enlameadas pelas águas servidas. A rua do Reguinho, atual rua 7 de setembro, era constituída pelos fundos das chácaras Mululu, Vintém e Nascimento. No largo da Conceição existia a Capelinha da Conceição, demolida em 1894 para dar lugar ao Teatro Melphômene, construído todo em pinho de riga, com frontão em estilo neo-clássico sustentado por colunas jônicas; nas fachadas laterais existiam contraventamentos em diagonal. A construção assemelhava-se às edificações do oeste americano, na época da corrida do ouro.

Os principais melhoramentos executados a partir de 1892, por Muniz Freire, constituíram-se no início dos aterros do Campinho, do Largo da Conceição, e na retificação parcial da área junto ao Porto. Estas obras foram concluídas na década seguinte onde foram edificadas na área do aterro do Campinho, o Parque Moscoso, e no aterro da Conceição a Praça Costa Pereira, ambos c/projeto de Paulo Mota.

Além do início das obras de aterros a cidade recebeu rede de abastecimento de água com tomada do manancial de Duas Bocas, rede do esgoto pluvial na área central, iluminação elétrica e a implantação da linha de bonde a tração animal, ligando o bairro São João à Vila Rubim. Na época, o engenheiro Saturnino de Brito realizou o Plano de Urbanização do Novo Arrabalde com abertura das vias Vitória e Avenida Nossa Senhora da Penha, esta última com traçado orientado para o Convento da Penha, em Vila Velha, ligando-se à Ponte da Passagem sobre o canal da baía, ao norte.

No Paul, junto ao aterro do Campinho, foi edificada a Santa Casa de Misericórdia, com cinco pavilhões, constituindo-se no primeiro hospital de porte completamente equipado da cidade. A Vila Rubim, principalmente no morro de Santa Clara, era ocupada por pequenas habitações de madeira e palha e ficou conhecida, durante muitos anos, como a *Cidade de Palha*.

Através da atividade comercial, mantida com as Colônias e com outros Estados, a cidade se dinamizou e o Porto começou a adquirir vida. Nele podia ser observado intenso movimento de barcos e barcaças, onde eram comercializados café, madeira, frutas, cereais e lenha.

Se durante todo o período colonial a cidade esteve voltada sobre si mesma, onde as relações se desenvolviam em caráter local, praticamente sem a participação das populações externas, na passagem do século, devido ao intercâmbio com as demais cidades e colônias, houve consolidação do comércio e da atividade portuária, a cidade abriu-se para os espaços externos, e a rua, antes mero elemento de ligação entre espaços fechados, assume novo significado, constituindo-se, além de elemento de circulação, em ponto de permanência, de contato e de discussão.

A praça surgiu como um elemento necessário na vida urbana, possibilitando a ampliação das relações e intensificando a vida cultural.

A área mais dinâmica da cidade, que se localizava na parte alta, deslocou-se para a parte baixa, junto ao porto.

As principais casas de comércio localizavam-se na rua 1ª de Março, na rua do Comércio e na rua da Alfândega, que era a principal da cidade, central, plana, com a praça Santos Dumont dividindo-se ao meio. Possuía também um coreto onde se apresentava a banda da Polícia Militar.

Proliferavam os bares e cafês localizados na rua da Alfândega, rua do Comércio, rua Duque de Caxias e praça Santos Dumont.

Dentre os principais destacavam-se o café Globo, o dos Irmãos Trinxet, o Rio Branco, com as mesas avançando sobre a calçada. O Édem Parque (no atual Cine Glória) era um dos locais mais movimentados da cidade. No local existia o ancoradouro das barcas, que faziam a linha Vitória-Paul-São Torquato-Vila Velha. Ao longo do Posto existiam diversos pequenos quiosques de madeira de forma quadrada ou circular.

Significativas mudanças ocorreram também na implantação das edificações, com o surgimento dos pátios laterais, pequenos jardins, maiores áreas de iluminação e aeração e maior liberdade do partido arquitetônico, e o emprego de técnicas construtivas mais aprimoradas em função da mão-de-obra especializada do imigrante. A cidade vestiu nova roupa, através de novas edificações ou reformas nos prédios existentes, em que foram adotados cada vez mais, os vidros coloridos, os balcões com gradis de ferro forjado importados da Inglaterra, substituindo as antigas reixas de madeira, as telhas tipo canal desaparecem com o surgimento da tipo Marselha ou Francesa, surgem as platibandas, as louças e os coruchêus, que substituem os beirais. O Conselho Municipal criou o Código de Posturas visando melhoramentos nas condições de salubridade das habitações; foi instalado o serviço de limpeza pública, coleta de lixo, saneamento de valas e banhados. Havia, na época, preocupação

com a preservação das matas do maciço central, que possuía diversas nascentes, constituindo-se em ótimo manancial para abastecimento de água potável.

Até o início do século XX, a imagem da cidade conservava suas características paisagísticas e culturais sem grandes alterações. Dando prosseguimento às obras de *melhoramentos urbanos*, houve renovação no núcleo antigo da cidade através da retificação e ampliação das vias, o que resultou na demolição de grande parte do casario existente, e na transformação do traçado colonial.

A ampliação e remodelação do aparelho político-institucional ocasionou: a remodelação/descaracterização do Palácio Anchieta, com a demolição da Igreja de São Tiago, e reconstrução da estrutura interna da edificação e revestimento das fachadas com motivos neo-clássicos e neo-barrocos e a construção do pântico e do acesso principal na fachada Sul; a demolição da Igreja da Misericórdia para ser edificado o Palácio Domingos Martins (Assembléia Legislativa); a Catedral em estilo neo-gótico substituiu a velha Igreja Matriz; o Mercado Público foi demolido e o Edem Parque cortado ao meio para a implantação da Avenida Capixaba, atual Jerônimo Monteiro.

Da mesma forma que as edificações, os espaços de uso social, as ruas, as praças, largos e escadarias foram transformados. As linhas simples do colonial foram substituídas pela sinuosidade do neo-barroco e do art-nouveau. Assim, a escadaria do Palácio, de linhas retas e simples, recebeu traço neo-barroco de linhas curvas. A praça João Clímaco, principal espaço cívico da cidade, foi remodelada, recebendo traçado art-nouveau, ocasião em que foi demolido o coreto, local onde aconteciam concertos musicais e outras atividades sociais.

As obras de melhoramentos, iniciadas em fins do século passado e que tiveram continuidade até fins da década de 20, transformaram radicalmente a cidade de Vitória.

Com a transformação do traçado colonial através da ampliação e remodelação das vias, quarteirões inteiros de edificações, na cidade alta, foram demolidos, desaparecendo assim inúmeros exemplares das edificações de taipa. Hoje é possível encontrar-se alguns remanescentes destas edificações na rua Muniz Freire, visto ter sido conservado o traçado desta rua. As transformações dos prédios existentes, através de obras de remodelação, constituíram-se, na realidade, em obras de descaracterização, ocasionando a perda de inúmeros exemplares de arquitetura brasileira com 400 anos de história, em benefício de uma cultura baseada em modelos importados.

Nos anos 20, foram retomadas as obras de melhoramentos que compreenderam os aterros do bairro São João, da Ilha de Santa Maria e de Jucutuquara. Foram melhoradas as estradas suburbanas de Jucuquara, Maruípe, Bombas e Goiabeiras. Consolidou-se a ocupação dos bairros Santo Antônio, Caratoíra e Jucutuquara, que nasceram com os grupos habitacionais da Av. 15 de novembro, Paulino Muller e Augusto Calmon. Os melhoramentos urbanos deram margem ao surgimento da valorização imobiliária, principalmente na zona comercial, com o fortalecimento da propriedade privada.

Foram retomadas as obras de saneamento e serviços urbanos iniciadas na década de 1900/1910. Foi dada continuidade a demolição maciça de casas velhas e insalubres, retificação de ruas, ampliação dos serviços de água, esgotos pluviais, limpeza pública. Foram construídas escadarias na parte alta da cidade, substituindo as ladeiras mais íngremes.

O transporte passou a ser elétrico e a linha do bonde foi ampliada, com a ligação do bairro Santo Antônio ao arrabalde da Praia do Suã; foi implantada uma linha circular ligando a cidade alta à baixa.

Foi construída uma ponte ligando Vitória a Ilha do Príncipe e ao continente. De ferro, pré-moldada, foi importada da Alemanha no período 1924/1928.

Foram abertas estradas ao norte, ligando Vitória às Praias de Camburi, Carapebus e Jacaraípe.

Com o crescimento da cidade em direção ao mar, manguezais e baixios, a paisagem se modificou sensivelmente. Devido aos aterros foram alterados os limites da cidade, eliminando inúmeras praias e ligando ilhas e afloramentos rochosos, que, na parte central, se tornaram mais lineares, diminuindo assim a integração entre a água e a terra.

A malha urbana tornou-se mais regular com a ocupação intersticial dos bairros entre os morros, que nesta época predominam em relação ao elemento edificado.

Os serviços urbanos propiciaram melhorias na qualidade de vida dos habitantes numa cidade que até então era marcada pela falta de condições sanitárias. Florentino Avidos, Presidente da Província no período 24/28, assim se referiu a respeito dos melhoramentos: *O plano geral de melhoramentos visou, não somente a ampliação da cidade com a criação de obras de salubridade, como também a trabalhos de embelezamento e conforto, que viessem dar à cidade aspecto compatível com sua beleza natural.*

O Código de Posturas Municipais traçou princípios de segurança e higiene, que foram sendo impostos gradativamente. Os sanitários ganha

ram destaque na edificação, os ladrilhos e azulejos impermeabilizavam paredes e pisos. O perímetro retangular foi quebrado permitindo reentrâncias que possibilitassem melhores condições de aeração e iluminação. As casas de comércio maiores começaram a ser construídas separadas das habitações.

No setor da educação, houve a ampliação da rede escolar, treinamento de professores, reaparelhamento e ampliação dos estabelecimentos existentes, e a criação da Biblioteca Pública e Escola de Artes.

Na economia do Estado o café continuou como o principal produto, alcançando 80% do PIB do Estado. No sul, as indústrias de Cachoeiro de Itapemirim, de beneficiamento de café, têxteis, de cimento e de óleos, prosperaram. Neste município, localizavam-se importantes fazendas, como a Monte Líbano e Monte Alegre que produziam até 12.000 arrobas anuais de café.

A queda da bolsa de valores de Nova Iorque, em 1929, e a conseqüente baixa do preço do café, refletiu-se em Vitória com a estagnação das obras de melhoramentos urbanos. Assim, no período de 30 a 50 o crescimento urbano é lento, em que a cidade apresentou crescimento populacional de 2,9% e o município 1,9% ao ano.

Com a descoberta das minas do cauê, em Itabira, foi construído o Cais Eumenes Guimarães próximo à cidade, em 1940.

Em 1941, foram construídos os diques guias que ligavam as ilhas do Boi, do Sururu e do Bode (linha do atual aterro); e em 1946, começou a funcionar o Cais Comercial para navios de grande calado, com a dragagem do canal de acesso.

Com o material retirado do canal foram aterradas as áreas de mangue, desde a Avenida Capixaba até a Praia Bento Ferreira, abrangendo os baixios do Teatro Glória à Pedra Branca, próxima do Saldanha da Gama, anexando-se, assim, à área urbanizada cerca de 90.000².

As ruas transformaram-se em amplas avenidas para receber o fluxo cada vez mais intenso de veículos. E nos anos 40, já se observava mais a turba de colonos, a andar pelas ruas da Alfândega e Jerônimo Monteiro, as mulheres à frente com sombrinhas e lenço à mão e os homens atrás, com chapéu de abas largas e botinão, Vitória transformara-se na cidade do café, do minério, do cacau e das últimas toras de madeira de lei.

Em 1952, com a conclusão do aterro da Esplanada, transformou-se de maneira definitiva o perfil do centro urbano. Da curva do Saldanha da Gama à Ilha do Príncipe, as avenidas, os armazéns e os cais do Porto romperam a integração direta da cidade com a baía.

Nos anos 50, os edifícios eram esparsos, restringindo-se ao centro da cidade, e a tal ponto desejáveis que *a inauguração de um novo prédio constituía evento social da cidade*. Mudanças mais significativas ocorrem a partir dos anos 60 e, principalmente, na década de 70.

Os principais fatores que contribuíram para as transformações sociais e urbanas no Estado foram:

O quadro populacional abaixo, fornece uma imagem do crescimento demográfico, a partir da década de 40.

ANO	ESPÍRITO SANTO (hab)	MICRORREGIÃO DE VITÓRIA (hab)	ESPÍRITO SANTO (%)	MICRORREGIÃO DE VITÓRIA (%)	ES/RV (%)
1940	790.149	91.570	-	-	-
1950	957.238	110.931	1,9	1,9	11,6
1960	1.418.348	198.265	4,0	6,0	14,9
1970	1.599.333	385.998	1,2	6,9	24,1
1980	-	628.821	1,8	5,0	32,9

O grande aumento populacional, na região de Vitória, teve como principal causa a erradicação do café a partir de 1965. A crise do café, na década, gerou o desemprego de milhares de trabalhadores rurais, que migraram para as áreas urbanas, sendo a região de Vitória a mais procurada. Em 1968, migraram para a área da capital grande contingente populacional.

As relações entre o campo e a cidade se transformaram. No campo, houve mudança na estrutura de propriedade e distribuição de terras e na cidade, houve expansão da malha urbana e densificação/renovação dos setores já ocupados. A saturação na estrutura urbana ocasionou uma série de problemas principalmente nas áreas de saneamento, transporte, habitação e saúde.

As transformações na cidade foram relevantes, uma vez que a infra-estrutura existente era deficiente para atender a um contingente populacional tão significativo. As populações de baixa renda desde então procuram as áreas periféricas, onde os preços dos terrenos são menores. Os morros existentes na ilha começam a ser ocupados pelas favelas que crescem dia-a-dia.

Em 1975, foi concluído o aterro da Praia do Suã, alterando completamente a entrada da baía de Vitória, modificando-lhe a borda com o desaparecimento das praias Comprida, Santa Helena, do Canto e do Suã, locais antigamente muito procurados pelos pescadores e pela população da ilha. Hoje em dia estas praias são frequentadas, principalmente, pelos moradores dos bairros próximos e a atividade pesqueira reduziu-se a uma pequena colônia de pescadores junto ao morro do suã.

O norte da cidade apresenta unidades funcionais importantes a nível de aglomeração, como o Campus Universitário e o Aeroporto.

Dos diversos setores da área central da cidade é a parte alta, o núcleo histórico, que apresenta maior número de edificações dos períodos anteriores de urbanização.

Neste setor existem ainda, do século XVI, a Igreja Santa Luzia, o Palácio Anchieta e o Convento São Francisco. Do século XVII, o Convento do Carmo e do século XVIII, a Igreja São Gonçalo, e a Igreja do Rosário. Algumas edificações de arquitetura popular, próximas a Catedral e na rua Muniz Freire, últimos remanescentes das edificações de taipa do século XVIII e XIX. Com exceção das igrejas, a maior parte dessas edificações encontra-se descaracterizada pelas diversas obras de remodelação que foram executadas. Os dois exemplos mais nítidos de descaracterização são o Convento São Francisco, alterado pelas demolições, e inserção de um volume desarmônico ao conjunto (a Rádio Capixaba) e o Palácio Anchieta que do antigo Colégio Jesuíta possui somente as gros

sas paredes de alvenaria de pedra.

No Palácio Anchieta a alteração da fachada colonial para a atual representa o reflexo de um determinado período histórico em que predominaram valores culturais calcados em modelos europeus. Neste período proliferaram em Vitória as edificações ecléticas, com sobreposição de estilos, onde foram desaparecendo as velhas fachadas coloniais para dar lugar aos novos elementos construtivos. As edificações da década de 20 e 30 também devem ser objeto de preservação por se constituírem em remanescentes de determinado período histórico.

O levantamento ambiental do centro urbano nos permitiu elaborar uma listagem das edificações mais representativas a serem preservadas e dos principais espaços abertos de uso coletivo, bem como os principais elementos do patrimônio natural. Constatou-se que uma das principais ameaças ao acervo existente é o comprometimento dos monumentos devido à inserção de edifícios altos no entorno, obstruindo visuais ou mesmo rompendo com a relação de conjuntos que apresentam determinadas edificações.

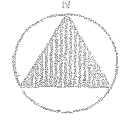
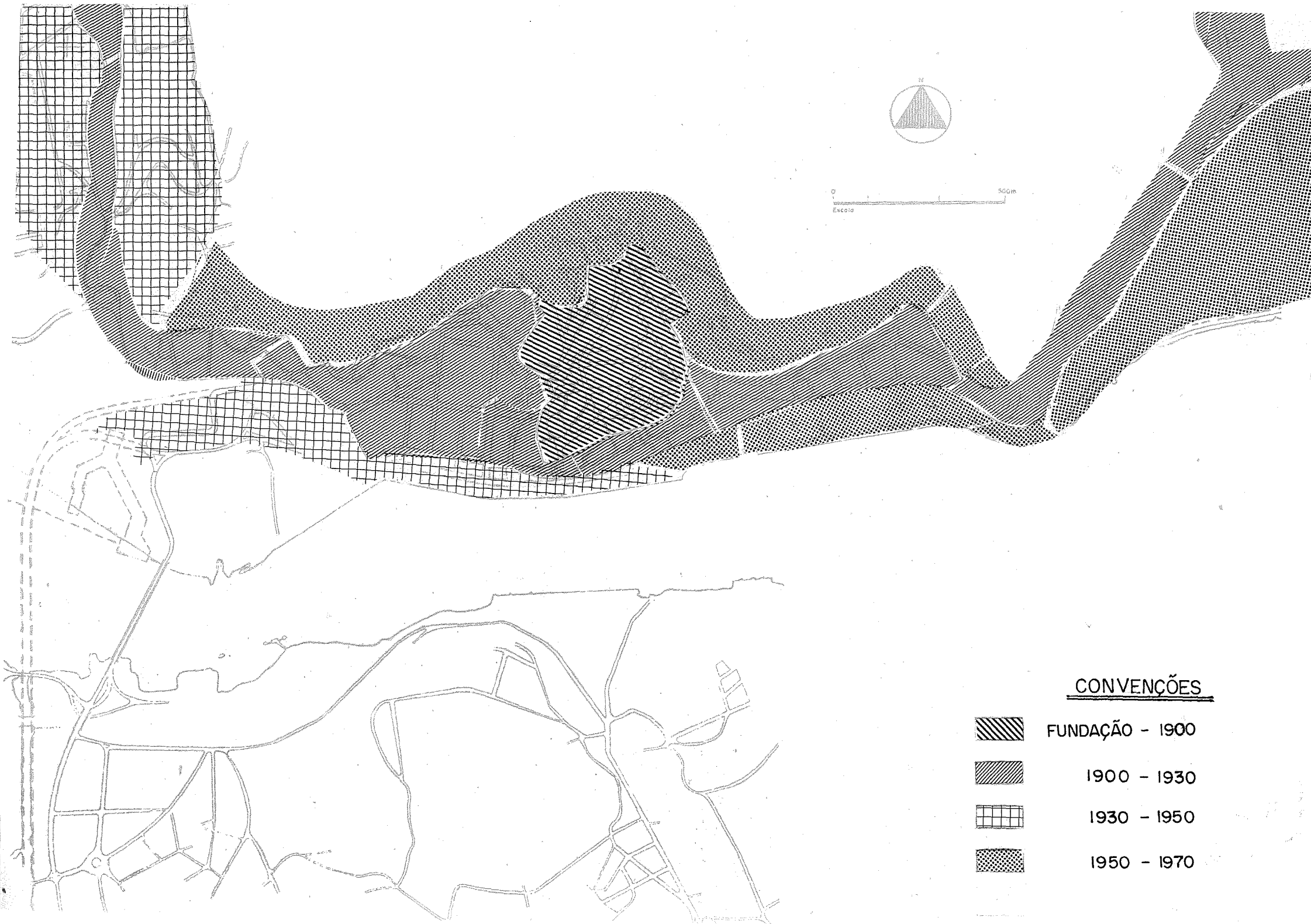
Outro fator importante que ameaça o patrimônio são as demolições e, neste caso, as mais atingidas são as residências, últimos remanescentes de arquitetura popular.

Também o desuso pode se constituir em ameaça às edificações, que quando são abandonadas ou sub-habitadas, deterioram-se em curto espaço de tempo. Pode-se observar este fato também nos exemplares de arquitetura religiosa, que passam a maior parte do tempo fechados, o que não contribui para sua conservação.

No que se refere aos aspectos históricos mais significativos o principal acervo do patrimônio da cidade localiza-se na área central, que

se apresenta atualmente como a mais dinâmica. A renovação urbana de diversos setores vem sendo feita sem um plano urbanístico adequado que vise ordenar o antigo traçado e edificações, com as novas edificações e vias circulação. Desta forma o acervo do patrimônio histórico, cultural e ambiental da cidade está sujeito a desaparecer definitivamente.

A ocupação do restante da ilha é relativamente recente e apresenta-se pouco significativa em elementos de patrimônio histórico e artístico, porém sua maior contribuição é ao patrimônio natural devido as condições paisagísticas e ecológicas de excepcional valor que apresenta a ilha de Vitória.



0 800m
Escala

CONVENÇÕES



FUNDAÇÃO - 1900



1900 - 1930



1930 - 1950



1950 - 1970

4.2.

INTERVENÇÃO NO ESPAÇO EDIFICADO

4.2.1. EDIFICAÇÕES DE PRESERVAÇÃO INTEGRAL - Grau 1

Estas edificações deverão ser objeto de preservação integral, sem que haja alterações no exterior e interior das edificações. Algumas já estão tombadas pelo IPHAN, para as outras, recomenda-se o tombamento visando a preservação e intervenções que se fizerem necessárias.

- EDIFICAÇÕES ISOLADAS Grau 1

- . Igreja do Rosário (tombada);
- . Igreja Santa Luzia (tombada);
- . Teatro Carlos Gomes;
- . Frontispício do Convento São Francisco e Capela Nossa Senhora das Ne
ves e
- . Casa e Chácara do Barão Monjardim.

- EDIFICAÇÕES INTEGRANTES DE CONJUNTOS ARQUITETÔNICOS - Grau 1

- . Igreja de São Gonçalo (tombada);
- . Escola Maria Ortiz e
- . Residências na rua José Marcelino n^{os} 197, 203/205.

EDIFICAÇÕES A PRESERVAR: CENTRO URBANO DE VITÓRIA

- 01 - PALÁCIO ANCHIETA
- 02 - ESCOLA MARIA ORTIZ
- 03 - ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA (PALÁCIO DOMINGOS MARTINS)
- 04 - IGREJA SÃO GONÇALO
- 05 - IGREJA SANTA LUZIA
- 06 - RESIDÊNCIA CERQUEIRA LIMA
- 07 - RESIDÊNCIAS NA RUA JOSÉ MARCELINO N^{os} 197 e 203/205
- 08 - HOTEL EUROPA (NA RUA DUQUE DE CAXIAS N^o 228)
- 09 - TEATRO CARLOS GOMES
- 10 - IGREJA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO
- 11 - CONVENTO DO CARMO
- 12 - CONVENTO SÃO FRANCISCO E CAPELA NOSSA SENHORA DAS NEVES
- 13 - CLÍNICA SANTA ANGÉLICA
- 14 - CONJUNTO DE EDIFICAÇÕES NA RUA MUNIZ FREIRE
- 15 - RESIDÊNCIAS GEMINADAS NA RUA HENRIQUE COUTINHO N^{os} 1 e 7
- 16 - MERCADO PÚBLICO DA CAPIXABA
- 17 - BAR BRITZ
- 18 - CATEDRAL
- 19 - CONJUNTO DE EDIFICAÇÕES NA RUA PEDRO PALÁCIOS

- A1 - CONJUNTO DE EDIFICAÇÕES NA RUA EROTHILDES ROSENDO
- A2 - EDIFICAÇÕES NA RUA JOSÉ MARCELINO
- A3 - ESCOLA TÉCNICA DE COMÉRCIO CAPIXABA
- A4 - EDIFICAÇÕES NA PRAÇA JOÃO CLÍMACO
- A5 - PENSIONATO SÃO LUIZ (MORRO SANTA CLARA)
- A6 - HOTEL IMPÉRIO, COSTA PEREIRA Nº 140
- A7 - EDIFICAÇÕES NA COSTA PEREIRA

4.2.2. EDIFICAÇÕES DE PRESERVAÇÃO INTEGRAL Grau 2

Constituem-se em edificações que, apesar de apresentarem alguma descaracterização do exterior e/ou interior, devido o valor histórico e cultural que possuem deverão ser objeto de preservação. Recomenda-se a preservação integral dos volumes externos, podendo haver alterações do interior em função da adaptação ao uso.

- EDIFICAÇÕES ISOLADAS Grau 2

- . Edificação na rua Duque de Caxias, nº 228 (Hotel Europa);
- . Convento do Carmo, na rua Coronel Mascarenhas, s/nº;
- . Clínica Santa Angélica, na rua 23 de Maio, nº 273;
- . Mercado Público da Capixaba, na avenida Florentino Avidos e
- . Hidro-Porto, na rua D. Benedito, s/nº.

- EDIFICAÇÕES INTEGRANTES DE CONJUNTOS ARQUITETÔNICOS Grau 2

- . Palácio Anchieta, na praça João Clímaco;
- . Assembléia Legislativa, na praça João Clímaco;
- . Catedral Metropolitana de Vitória ;
- . Residência Cerqueira Lima, na rua Dionísio Rosendo;
- . Edificações na rua Muniz Freire, nºs 23, 29, 55, 63, 71/75, 81, 97, e 103;
- . Edificações na rua Pedro Palácios, nºs 36, 54/60 e 76 e
- . Edificações na rua Henrique Coutinho, nºs 1 e 7.

4.2.3. EDIFICAÇÕES DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

São as edificações integradas a conjuntos arquitetônicos ou naturais cuja reedificação está sujeita a restrições que visem manter as características ambientais existentes.

- . Escola Técnica de Comércio Capixaba, na rua Jerônimo Monteiro, nº 23 e Nestor Gomes;
- . Edificações na rua Pedro Palácios, nºs 30/32, 40, 50 e 88;
- . Edificações na rua Muniz Freire, nºs 43, 51, 117 e 133;
- . Edificações na rua Erothildes Rosendo, nºs 46, 52, 58, 68/78;
- . Edificações na praça João Clímaco, nºs 26, 38 e 44;
- . Academia Espírito Santense de Letras, na praça João Clímaco, s/nº;
- . Edificações na rua José Marcelino, nºs 185 e 193;
- . Hotel Império, praça Costa Pereira, nº 150; e
- . Edificações na Costa Pereira, nºs 214, 222 e 230.

4.2.4. LOCAIS DE VIVÊNCIA SOCIAL

Existem locais tradicionais como pontos de encontro e de vivência social que deverão ser preservados, para os quais recomenda-se a preservação integral Grau 2. A preservação estende-se principalmente aos espaços internos, e ao local como ponto.

- . Bar Santos, na Avenida Marcos de Azevedo, nº 187; e
- . Bar Britz, na rua Gama Rosa.

4.2.5. ÁREAS EDIFICADAS LOCALIZADAS PRÓXIMAS DE BENS CULTURAIS

A limitação dos gabaritos de altura em algumas áreas edificadas no centro da cidade de Vitória visa preservar as características paisagísticas do núcleo histórico e algumas visuais dos principais monumentos. Recomenda-se a restrição dos gabaritos para as áreas identificadas no mapa nº 2.

GABARITOS DE ALTURA

H1 - altura máxima permitida 7m (sete metros) ou 2 pavimentos;

H2 - altura máxima permitida 12m (doze metros) ou 4 pavimentos; e

H3 - altura máxima permitida 21m (vinte e um metros) ou 7 pavimentos.

4.2.6. ÁREAS LOCALIZADAS NOS MORROS E ENCOSTAS

Recomenda-se a preservação das condições ecológicas das encostas da montanha através da limitação dos gabaritos de altura, de densidade, orientação no desenho do traçado viário e conservação parcial da cobertura vegetal existente.

(Áreas identificadas no mapa nº 2).

4.3.

INTERVENÇÃO NOS ESPAÇOS ABERTOS

4.3.1. CONCEITUAÇÃO

Podem ser considerados espaços sociais numa cidade as ruas, as praças, os largos, as edificações e os pontos de encontro.

A cidade modifica-se no tempo e, conseqüentemente, a apropriação do espaço urbano pelo homem. A cidade medieval era desenhada para ser vista e compreendida à escala do movimento do pedestre (característica da cidade de Vitória durante mais de três séculos). As cidades renascentista e a barroca eram desenhadas para serem vistas e compreendidas a pé e em movimento - pedestre e carro de boi (Vitória na passagem do século quando é utilizado o carro de boi e, posteriormente, quando é implantada a linha de bonde movida a tração animal).

Na década de 20, o bonde elétrico ganha as ruas da cidade ampliando suas redes que passam a servir aos bairros.

O automóvel, introduzido na primeira década do século, ganha impulso a partir da década de 40.

A estrutura urbana de Vitória, na década de 20, começa a ser transformada através da abertura, ampliação e retificação das vias. O automóvel abre rasgos na cidade de forma que desaparecem significativos espaços urbanos. A relação da escala homem x cidade se transforma, havendo alteração na apropriação, integração e observação do espaço urbano, que adquire um desenho mais grotesco, desprovido de detalhes e

ambientes que se constituíam em verdadeiras *odaras urbanas*. O homem se desensibiliza cada vez mais para a riqueza e variabilidade que a cidade pode apresentar. O movimento possui velocidade de tal ordem que lhe fogem os detalhes, os ambientes, as relações, a parada momentânea, o olhar e ver a cidade.

Em contrapartida, os detalhes e os ambientes tendem a desaparecer, na medida em que as vias se ampliam para receber o fluxo de veículos cada vez mais intenso. Os espaços vagos utilizados para estacionamento de veículos frequentemente competem com o precário espaço do passeio do pedestre.

A configuração físico-espacial de Vitória, acrescida da concentração de atividades do centro da aglomeração, faz com que o Sistema Viário seja um dos pontos críticos a serem solucionados. As vias do centro possuem um fluxo superior à sua capacidade. Apresentam-se como pontos mais conflituados as Av. Jerônimo Monteiro, Princesa Isabel e Av. Beira Mar, próxima ao bairro São João. A cidade Alta também apresenta difícil escoamento de tráfego devido suas ruas estreitas e tortuosas. A cidade de Vitória apresenta condicionantes e características que induzem soluções específicas na abordagem da problemática urbana, em que deverá ser buscado um caminho mais harmonioso voltado cada vez mais para o transporte coletivo. A implantação do sistema aquaviário ligando pontos da cidade de Vila Velha com Vitória é a primeira medida nesse sentido. É importante observar que essa não é uma solução inovadora, uma vez que, no início do século, a ligação entre as duas cidades já era feita por barcos. Além do sistema aquaviário está sendo pensada a implantação de terminais urbanos fora do centro, uma na ilha do Príncipe e outro na Avenida Dom Bosco conectado através de linhas circular, ou medida similar. A desativação do automóvel na área central per

mite a recuperação de espaços de circulação prioritários aos pedestres, ampliação das calçadas, atualmente subdimensionadas e congestionadas e a melhoria dos pontos de ônibus. A maior fluidez dos coletivos poderá ser obtida com a criação de pista exclusiva. As demais vias devem ser dimensionadas de acordo com o tipo de frequência e de fluxo.

(Ver mapa - trânsito).

Os passeios, ruas, largos e praças, antes de serem meros canais de ligação entre elementos urbanos, devem constituir-se, por natureza, em espaços sociais para o pedestre. A apropriação destes canais de circulação mudou, no tempo, em função do desenvolvimento das cidades e de tecnologia, chegando aos dias atuais a ser pensada como de apropriação exclusiva ao automóvel e a circulação do pedestre relegada a um 2º plano. Observa-se que as pessoas de modo geral desabituarão-se a fazer determinados percursos a pé, por estarem condicionadas à utilização do automóvel mesmo para distância curtas, e por outro lado as ruas cada vez mais áridas e desagradáveis, não incentivam estes percursos. A situação de Vitória apresenta-se mais grave devido à permanência de hábitos coloniais onde as calçadas eram estreitas e as ruas não eram arborizadas. Observa-se que, nos bairros de urbanização recente este hábito tem-se mantido, principalmente nos bairros de mais baixa renda, em que grande parte das ruas não estão calçadas. Mesmo nos centros urbanos, observa-se que o fluxo de pedestres é intenso e que tende a aumentar. Portanto, a ampliação dos passeios, proporcionando condições mínimas de circulação, é uma necessidade imediata a ser atendida

4.3.2. VIAS E PASSEIOS

Traçaram-se algumas propostas na prancha nº 4 hierarquizando as principais vias do centro da cidade, e, que deverá ser submetida à apreciação dos programas de transporte e trânsito. A medida visa uma maior fluidez do trânsito no centro urbano, recuperação de vias para

uso exclusivo do pedestre, principalmente no setor antigo da cidade e integração dos espaços de circulação com as escadarias, largos e praças.

Propõe-se como ruas para uso exclusivo do pedestre as seguintes ruas que deverão ser ambientadas com tratamento paisagístico adequado.

- . Rua João Caetano;
- . Rua Quintino Bocaiúva;
- . Rua Gonçalves Lêdo;
- . Rua Duque de Caixas;
- . Rua da Alfândega;
- . Rua Luiz Antonio;
- . Rua Nestor Gomes;
- . Rua São Diogo;
- . Ampliação do Calçadão da Rua 7 de Setembro;
- . Rua Prof. Baltazar;
- . Escadaria São Bento;
- . Rua Carlos Gomes, fechamento parcial;
- . Rua Prof. Azambuja, fechamento parcial;
- . Rua Presidente Pedreira; e
- . Rua do Pietrângelo Debiase.

As maiores densidades de pedestres localizam-se nas ruas de comércio e serviço, e geralmente com tráfego intenso de veículos como na Jerônimo Monteiro, Av. República, Cleto Nunes, General Osório e outras que constituem-se nos pontos mais críticos exigindo prioridades na intervenção.

Recomenda-se como prioritária a ampliação dos passeios das seguintes vias comerciais:

- . Jerônimo Monteiro;
- . Graciano Neves;
- . General Osório;
- . Av. República;
- . Cleto Nunes;
- . Av. Governador Bley e Princesa Isabel;
- . Gama Rosa; e
- . Thiers Veloso.

(Ver mapa, a seguir).

4.3.3. ESCADARIAS E LARGOS

As escadarias estão, na sua maior parte, integradas às vias propostas para uso exclusivo do pedestre. A ambientação dessas vias deve estender-se também às escadarias as quais deverão receber melhorias na pavimentação, pintura e tratamento paisagístico:

- . Escadaria da Igreja do Rosário;
- . Escadaria São Diogo;
- . Escadaria São Bento;
- . Escadaria Cerqueira Lima;
- . Escadaria Maria Ortiz;
- . Escadaria da Misericórdia;
- . Escadaria Cleto Nunes;

- . Escadaria Santa Clara e
- . Escadaria Santa Cecília.

Propõe-se aos largos tratamento paisagístico, integrando-os aos espaços do entorno, ou mesmo ampliação e transformação em praças:

- . Largo São Gonçalo;
- . Largo da Praça João Clímaco (Palácio Anchieta);
- . Largo da Catedral;
- . Largo do Bar Britz;
- . Largo do Convento São Francisco;
- . Largo do Terminal Misael Pena; e
- . Largo do Forte São João.

4.3.4. PRAÇAS

Quanto às praças, propõe-se tratamento paisagístico visto a maior parte delas ter um inadequado tratamento ambiental, podendo-se considerar como um exemplo de desenho satisfatório a praça Costa Pereira. Recomenda-se a ampliação das seguintes praças, através do fechamento do espaço urbano do entorno:

- . Praça Costa Pereira;
- . Praça João Clímaco e
- . Remodelação do tratamento paisagístico da Praça 8.

Em relação ao Parque Moscoso, a proposta é de que sejam derrubados os muros, visando sua integração ao espaço do entorno, proporcionando melhoria de qualidade da paisagem urbana, recuperação da função de circulação que deve ter um parque quando inserido na malha urbana, e sua

integração social, através do livre acesso à população.

Propõe-se, para a borda marítima da Av. Beira Mar do centro até Bento Ferreira, a reintegração da cidade com a baía através da criação de pontos de convívio social como mirantes, quiosques, trapiches para atracação de pequenos barcos, pequenas plataformas para pesca amadora, tratamento paisagístico e arborização ao longo de toda a avenida.

5.

VILA VELHA

5.1.

EVOLUÇÃO URBANA

A Fundação da capitania do Espírito Santo deu-se no ano de 1535, quando os portugueses aportaram numa pequena prainha, na baía de Vitória, entre os morros da Penha e Jaburuna. Fundaram no local uma pequena vila, com aproximadamente quarenta casas de palha e uma capela.

Devido as constantes lutas com indígenas e outros colonizadores a vila foi transferida para a ilha de Vitória.

Conta a história e a lenda que, por volta de 1558, aportou, em Vila Velha, o frei franciscano Pedro Palácios, trazendo consigo um painel de Nossa Senhora. O desaparecimento do painel de Nossa Senhora, que estava na capela edificada num pequeno platô do outeiro, foi, posteriormente, encontrada no cume do outeiro, motivando o frei a construir no local uma ermida, dedicada à Nossa Senhora. Da ermida, foi construída a capela, a Igreja e posteriormente o convento, fundado em 1650.

Ainda em início do século XVII, foi construído na entrada da baía de Vitória, o forte S. Francisco Xavier, de planta circular, junto ao morro da Penha. O forte servia de proteção à entrada da baía de Vitória. Durante o século XIX, foi alterada a planta, passando a ser denominada Fortaleza de Piratininga. Ainda no século XIX, foi fundada a Santa Casa de Misericórdia de Vila Velha e a hospedaria de Imigrantes, durante o processo imigratório. Na ponta de Santa Luzia foi edificado em 1871, o Farol de Santa Luzia, para apoio à navegação.

Até o início do século, Vila Velha apresentou crescimento extremamente lento. A cidade não se estendia muito além do núcleo imediato de fundação de povoação, restringindo-se a ocupação ao núcleo inicial de fundação da cidade, e pequenos povoados nos distritos de Camboapina, Juçu e Porto de Argolas. Este último em frente a baía de Vitória, onde foram implantados os terminais da estrada de ferro Leopoldina e a Vitória-Minas. No início do século foi construída a linha de bonde ligando os bairros de Paul, Vila Batista, Vila Garrido, Ataíde, Aribiri e Glória. A ligação do centro de Vila Velha com Vitória era feita através da linha de barcos, fazendo o percurso: Vitória, Paul, São Torquato e Vila Velha. O transporte típico era constituído por *botes de Tostão*, pequenos barcos a remo. Na época, o comércio em Vila Velha era muito pobre, praticamente nulo, o município possuía terras férteis, produzindo cereais e frutas que eram comercializados diretamente no porto de Vitória, transportados por canoas através do rio Marinho.

Em 1910, a cidade possuía 210 casas térreas em estilo colonial ou neo-clássico, implantadas em malha xadrez regular, com baixa densidade e apresentando liberdade de partido arquitetônico. Possuíam jardins laterais e lotes arborizados. Junto a prainha (também denominada Praia de Vila Velha) a praça estendia-se até a beira d'água ornada por castanheiras e palmeiras, possuindo aspecto agreste, com vegetação e pedras junto d'água. Destacava-se, em primeiro lugar, a Fortaleza de Piratininga, na época utilizada como Escola de Aprendizes de Marinheiros, com número de alunos superior a 100. A igreja do Rosário era o principal templo da cidade, o Convento da Penha já atraía inúmeros visitantes, vindos das mais variadas regiões.

Na década de 30, com a construção da estrada de Vila Velha, após a ligação de Vitória com o continente, através da Ponte Florentino Avi

dos em 1928, surgiu novo eixo de expansão urbana com ampliação dos bairros Vila Garrido, Atafde e Glória e os novos bairros de Santa Inês, Santa Rita, Cobi e Alecrim.

O desenvolvimento da cidade se manteve extremamente lento até a década de 50, apresentando malha reticulada intersticial com densidade baixa nos bairros, apresentando predominância do elemento verde em relação ao edificado.

O centro urbano não se estendia muito além da atual Av. Champanhat. A Praia da Costa era desabitada e coberta com vegetação de restinga. A construção da rodovia Carlos Lindemberg nos anos 50, induziu outro eixo de expansão urbana com o surgimento dos bairros de Cobilândia e Ibes e a expansão do bairro da Glória, no outro lado da rodovia.

As transformações mais significativas se processaram na cidade somente a partir dos anos 60. As mudanças sócio-econômicas que ocorreram no Estado no período, ocasionaram a migração de grande contingente populacional da zona rural e das pequenas cidades para a região de Vitória, localizando-se a maior parte em Vila Velha, que abrigou maior contingente de migrantes.

A partir de 1960, o centro urbano expandiu-se na direção oeste, na continuação da rua Luciano das Neves, atual rodovia do Sol e ao longo da Av. Carlos Lindemberg, e apresentou densificação dos bairros existentes. Surgiram, na década de 70, os bairros Santa Mônica, Novo México, Jardim Guadalajara, Jardim Asteca, Vale Encantado, Jardim Colorado e outros conjuntos do INOCOOP-ES e BNH.

Consolidou-se a ocupação da Praia da Costa (uma das mais procuradas pela população, no continente sul), através do surgimento de um bairro

de residências de alto padrão e implantação de equipamentos de apoio ao turismo e lazer. Mais recentemente surgiram os novos loteamentos avançados na direção das praias do sul: Itaparica, Itapoã, Barra do Jucu e Ponta da Fruta.

A cidade de Vila Velha apresenta topografia acidentada somente junto à baía de Vitória, onde destacam-se os morros do Moreno, da Penha, Jaburuna e Penedo. O restante da área possui topografia plana em toda a extensão, apresentando malha reticulada intersticial, destacando-se os canais de circulação das Av. Carlos Lindemberg, estrada velha de Vila Velha e Rodovia do Sol. A configuração espacial descontínua e a densidade relativamente baixa conferem uma textura irregular, apresentando maior variação ao longo da Praia da Costa e Av. Champanhat, que apresentam alguns edifícios altos. O elemento verde é presente junto da área urbanizada nos morros e áreas periféricas. Com exceção do centro de Vila Velha, local de maior concentração de atividades, os bairros são predominantemente residenciais. Apresentam poucas variações quanto ao padrão econômico e tipologia das habitações. Junto aos rios Marinho, Aribiri e mangues há concentração de subhabitações. Com exceção do bairro do Ibes, que possui traçado radiocêntrico, o restante apresenta traçado em forma de malha regular descontínua. Na maior parte, os bairros apresentam deficiências de serviços e equipamentos urbanos.

Vila Velha caracteriza-se como centro secundário, dependendo em alto grau do comércio, serviço especializado e da oferta de empregos que oferece Vitória, caracterizando-se como cidade predominantemente residencial. O setor secundário não é muito desenvolvido, destacando-se as indústrias alimentícias como as mais importantes. A dependência do centro urbano de Vitória resulta no deslocamento diário de considerável número de pessoas, agravado pelas condições deficitárias da estrutura viária e de transporte.

A principal borda da cidade é a orla marítima compreendendo as praias da Costa, Itapoã e Itaparica.

Os distritos da Barra do Jucu e Ponta da Fruta caracterizam-se como aldeias de pescadores em processo de transformação através da expansão dos novos loteamentos. A vila da Barra do Jucu, junto da foz do rio, apresenta característica bucólica e baixa densidade. Faz-se presente a natureza através da vegetação, da água e dos afloramentos rochosos, destacando-se o morro junto da foz do rio. Em Ponta da Fruta destaca-se o morro e a igreja como ponto mirante e marco visual. A vila expande-se na direção sul, ao longo da praia, e possui baixa densidade, apresentando crescimento menos acelerado que os demais bairros. A vegetação é abundante junto das habitações, assim como à beira da praia.

A orla marítima, na extensão da praia de Itaparica até além do distrito de Ponta da Fruta, apresenta biótipo riquíssimo, com vegetação de restinga e diversas pequenas lagoas. Nesta extensão destaca-se a bacia do rio Jucu, os afloramentos rochosos de Barra do Jucu e Ponta da Fruta e a vegetação da praia variadíssima, apresentando pequenas dunas. A expansão dos novos loteamentos está devastando grande extensão da orla, com a derrubada da vegetação, aterros ou retificação das lagoas existentes. A tônica da ocupação efetuada na área é a devastação do meio-ambiente.

No município de Vila Velha, destaca-se com maior ênfase o patrimônio natural. Quanto ao Patrimônio Histórico, não apresenta expressivo legado histórico e arquitetônico em número de obras, destacando-se dentre as poucas edificações existentes, como principais, o Convento da Penha e a Igreja do Rosário.

O núcleo histórico da cidade já passou por um processo de renovação, porém sem grandes alterações da estrutura física, visto ter sido mantida a mesma tipologia de ocupação. Conservam-se na malha urbana diversas edificações anteriores a 1930, porém constituem-se exemplos isolados, não chegando a formar conjuntos ou manchas, devido a renovação das edificações da área, e que, pela descaracterização que apresentam, não se justificam sua preservação. É importante ser preservado o núcleo histórico da cidade, como ambiência aos monumentos existentes, e dar ênfase ao Patrimônio Natural através de planos que visem a ocupação ordenada, com parâmetros compatíveis com a qualidade ecológica e paisagística que possuem e traçar recomendações de proteção à orla marítima, que se constitui num dos principais potenciais p/o uso de turismo e lazer.

5.2.

INTERVENÇÃO NO ESPAÇO EDIFICADO

5.2.1. EDIFICAÇÕES DE PRESERVAÇÃO INTEGRAL - Grau 1

Os dois principais monumentos existentes já estão tombados pelo IPHAN, e são considerados como monumentos de preservação integral - Grau 1

- . Convento da Penha (tombada)
- . Igreja do Rosário (tombada)

5.2.2. EDIFICAÇÕES DE PRESERVAÇÃO INTEGRAL - Grau 2

São edificações que apresentam descaracterização do interior e/ou exterior. Devem ter os volumes exteriores preservados e recomenda-se o tombamento:

- . Igreja da Barra do Jucu, na praça da Barra do Jucu
- . Igreja de Ponta da Fruta, no morro da Ponta da Fruta
- . Fortaleza de Piratininga, na área do 38º BI
- . Farol Santa Luzia, na ponta de Santa Luzia

5.2.3. EDIFICAÇÕES DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

Recomenda-se o tombamento pelas condições de ambiência que apresenta a edificação.

- . Escola de Aprendiz de Marinheiros (Ver mapa nº 1, a seguir).

5.2.4. ÁREAS EDIFICADAS LOCALIZADAS PRÓXIMAS A BENS CULTURAIS

A limitação dos gabaritos de altura visa preservar as características paisagísticas do núcleo de fundação histórica da cidade, junto à baía de Vitória, entre os morros da Penha e Jaburuna e preservar os visuais do Convento da Penha e da Igreja do Rosário. A rodovia do Sol e Av. Carlos Lindemberg possuem traçado orientado para o convento e portanto foram considerados como dois importantes cones visuais, a partir dos quais se traçou limites máximos de altura, visando não comprometer as visuais que se deseja preservar.

Recomenda-se a seguinte limitação dos gabaritos de altura:

H1 - altura máxima permitida 2 pavimentos ou 7m (sete metros).

Esta zona abrange o núcleo de fundação da cidade e a área das encostas dos morros, variando segundo o caso a dimensão dos lotes, taxa de ocupação e índice de aproveitamento.

H2 - altura máxima permitida 4 pavimentos ou 12m (doze metros).

H3 - altura máxima permitida 6 pavimentos (7 se o térreo for sob pilotis) ou 21m (vinte e um metros).

H4 - gabarito de altura liberado.

ZE1 - Zona Especial de Preservação

Esta zona compreende as ilhas, mangues e os cumes dos morros, áreas com cota superior a 50m e declividade acentuadas (acima de 30%), e as áreas com destacado valor paisagístico. Nela estão incluídos os morros da Penha, já tombado pelo IPHAN, o do Moreno, o Jaburuna e o Penedo.

OBS: Recomenda-se para a zona ZE1 a recuperação da cobertura vegetal em áreas devastadas, restrição ao parcelamento do solo e abertura de novas vias de acesso, para as quais recomenda-se somente a manutenção das já existentes.

ZE2 - Áreas Institucionais

São as áreas do domínio da união compreendendo: Fortaleza de Piratininga e área do 38º BR; Farol de Santa Luzia e Escola de Aprendizes de Marinheiros. (Ver mapa nº 2, a seguir).

5.3.

INTERVENÇÃO NOS ESPAÇOS ABERTOS

5.3.1. ESPAÇOS ABERTOS INSERIDOS NA MALHA URBANA

Um dos pontos mais dinâmicos da cidade é a Praça da Prefeitura e a Av. Champanhat, que integram o principal centro de comércio, serviços e equipamentos de Vila Velha. Próxima a este núcleo, ligada pela Av. Luciano das Neves, encontra-se a Praça de Vila Velha, onde está implantada a Igreja do Rosário. É a mais antiga praça da cidade, constituindo-se no marco de povoamento do Estado. Está sujeita a profundas alterações devido a implantação do terminal de transporte aquaviário, onde afluirão número considerável de coletivos, automóveis particulares e pedestres, gerando a necessidade de espaços adequados p/circulação e estacionamento.

O segundo ponto dinâmico, a Praia da Costa, uma das principais bordas da cidade, possui raio de influência a nível de aglomeração, caracteriza-se como centro de turismo e lazer. Possui densidade variável segundo as horas do dia e época do ano intensificando-se no período de novembro a março.

Há tendências de densificação em altura junto a praia, o que não é desejável devido às condições paisagísticas do local. O aumento de densidade poderá gerar saturação da estrutura existente, além de comprometer qualitativamente a melhor praia da cidade. É interessante que neste setor os gabaritos das edificações mantenham-se baixos e que a via ao longo da praia seja de uso exclusivo ao pedestre, com adequado

tratamento paisagístico em toda sua extensão.

A outra borda significativa da cidade é a entrada da baía de Vitória, compreendendo os morros do Moreno, da Penha, Jaburuna e Penedo. Constituem-se em marcos naturais de orientação, pontos mirantes e áreas verdes pulmão. Devido à altitude, declividade acentuada e afloramentos rochosos que apresentam, não são adequados à ocupação, podendo haver problemas ambientais graves se não forem submetidos a um controle eficaz de preservação.

Na cidade, os equipamentos culturais são mínimos notando-se deficiência de espaços que promovam o encontro e as relações entre as pessoas. A circulação do automóvel se sobrepõe à do pedestre, que é relegada a um segundo plano.

Os espaços abertos da malha urbana são deficientes, apresentando o município, um índice de área verde de $0,5\text{m}^2/\text{hab}^1$, quando o mínimo recomendado pela ONU é de $12\text{m}^2/\text{hab}$. Nos bairros residenciais as áreas verdes são mínimas e a maior parte sem tratamento paisagístico. O centro urbano da cidade, a área mais dinâmica, possui somente duas praças, uma junto à Av. Champagnat, a Praça da Prefeitura Municipal e outra, a da Bandeira, próxima da prainha. A primeira, pela localização, possui maior frequência de uso, tanto diurno como noturno. A segunda, pode vir a ser ativada com a implantação de um terminal de transporte aquaviário, na prainha.

A região de Vitória apresenta intensa insolação durante todo o ano, com clima quente e forte luminosidade, o que torna indispensável o elemento verde nas vias urbanas, nas praças, nos jardins e nos quintais, como amenizador do calor e purificador do ar.

¹FONTE: Maurício Roberto, PDI.

Para a área central de Vila Velha recomenda-se:

- . Transformação da rua Luciano das Neves em via exclusiva ao pedestre, interligando a praça da Prefeitura com a praça da Bandeira. Tratamento da Praça da Bandeira, com ampliação da área até a praia, visando valorizar a Igreja do Rosário e criar espaços que propiciem permanência mais prolongada, através de arborização mais intensa, bancos, quiosques e outros equipamentos. A instalação de bares, restaurantes e outros equipamentos culturais é adequada à área, proporcionando maior integração com a Igreja do Rosário e o Convento da Penha, principal ponto de atração turística.

Recomenda-se a criação de um parque urbano próximo ao Colégio Salesiano, em área que apresenta pequena elevação, cobertura vegetal natural limitada pelo mangue, por se localizar próxima ao centro mais dinâmico e em zona residencial. Este parque viria suprir em parte a carência de espaços urbanos tratados.

5.3.2. ESPAÇOS ABERTOS NATURAIS

A cidade possui situação privilegiada no que tange a espaços abertos naturais, destacando-se a orla com as praias da Costa, Itapoã, Itaparica, Barra do Jucu e Ponta da Fruta; as ilhas da Baía de Vitória e da Praia da Costa, e os morros, que além de marcos de paisagem, constituem-se em áreas verdes potenciais para a utilização de atividades de lazer e turismo.

Considerou-se como espaços naturais prioritários a serem preservados, as ilhas da baía de Vitória e da Praia da Costa, os morros e afloramentos rochosos, os mangues e a orla marítima. Os critérios utilizados para eleição destes espaços foram:

- . Constituem-se em elementos que possuem sistemas ecológicos específicos, que necessitam ser preservados;
- . Localizam-se em zonas de atração turística;
- . Não são adequados à ocupação devido a topografia, condições do solo e vegetação; e
- . Pelo elevado valor paisagístico que apresentam.

- AS ILHAS

As ilhas de Vila Velha, localizadas na baía de Vitória e praia da Costa apresentam pequenas dimensões, configuração rochosa e vegetação esparsa. Recomenda-se que permaneçam sem ocupação e que as concessões feitas a particulares passem ao município, que deverá fiscalizá-las e preservá-las. Algumas poderão ser incluídas em planos de turismo e recreação através da integração c/as atividades desenvolvidas na orla.

- MANGUES

Recomenda-se a preservação dos manguesais do rio Marinho, do rio Aribiri e de Vila Velha, já parcialmente canalizado. (Vide mapa nº2).

- MORROS E AFLORAMENTOS ROCHOSOS

Recomenda-se a preservação das áreas de morros com cota acima de 50m e em declividades superiores a 30%. Preservação de afloramentos rochosos e áreas de destacado valor paisagístico. (Vide mapa nº 2).

- PRINCIPAIS ELEMENTOS DO PATRIMÔNIO NATURAL

- . Penedo, na baía de Vitória, em frente ao bairro São João;
- . Morro Jaburuna, na baía de Vitória;
- . Morro da Penha, junto da prainha de Vila Velha;
- . Morro do Moreno, na entrada da baía de Vitória;
- . Orla Marítima compreendendo as praias: da Costa, Itapoã e Itaparica;
- . Morro da Ponta da Fruta;
- . Morro da Barra do Jucu;
- . Praias da Barra do Jucu e Ponta da Fruta e
- . Ilhas nas praias da Costa, Itaparica, e na baía de Vitória as ilhas das Pombas, das Cabras, da Baleia e do Tati.

- PRINCIPAIS MARCOS NATURAIS

- . Penedo;
- . Morros Jaburuna, da Penha e Moreno, junto da baía de Vitória;
- . Morro da Ponta da Fruta e
- . Morro da Barra do Jucu.

- PRINCIPAIS MIRANTES

- . Morro e Convento da Penha;
- . Morros Jaburuna e Moreno;
- . Morro da Barra do Jucu e
- . Morro da Ponta da Fruta.

OBS: Vide mapa nº 3.

5.3.3. SISTEMA VIÁRIO

A implantação do sistema aquaviário, ligando Vitória à Vila Velha, ocasionará mudanças significativas na estrutura social atual de transportes e trânsito e, com a viabilização da 3ª ponte, ligando o centro de Vila Velha com o Aterro do Suã, em Vitória, haverá uma profunda transformação no sistema viário da cidade.

Prevendo-se uma adequada ambientação dos monumentos existentes no centro urbano e a criação de espaços de circulação exclusiva aos pedestres propôs-se o fechamento de duas vias e a hierarquização das demais. Esta proposta deverá ser checada com o plano de transporte e trânsito da Grande Vitória. (Ver mapa nº 4, a seguir).

6.

SERRA

6.1.

EVOLUÇÃO URBANA

O município da Serra localiza-se ao norte da região de Vitória, com povoamento datando do século XVI. Compreende, atualmente, os distritos da sede, Nova Almeida, Carapina, Calogi e Queimado.

Além destes distritos destaca-se a orla marítima com os balneários de Carapebus, Manguinhos e Jacaraípe, com ocupação posterior a 1920.

As transformações mais significativas se processaram no município a partir do século XX, principalmente após os anos 50.

Na década de 70, consolidou-se a ocupação do planalto de Carapina e o desenvolvimento dos balneários, chegando a uma taxa de crescimento populacional que, em sete anos, chegou a duplicar a população do município.

A sede do município possui função político-administrativa e apresenta crescimento muito lento o que lhe permitiu manter características urbanas do século passado e início deste praticamente sem alterações.

A orla marítima caracteriza-se pela predominância da atividade turística e de lazer, enquanto a atividade, residencial transitória, tende a assumir caráter de permanência.

Próximo à Serra, destaca-se o Mestre Álvaro, a principal montanha da região, que se constitui num importante marco de orientação e de paisagem, apresentando biótipo muito raro, devido a altitude e proximidade de do mar.

6.1.1. SERRA

A sede do município, denominada aldeia de Nossa Senhora da Conceição, foi fundada pelos jesuítas, no ano de 1558, junto a montanha Mestre Álvaro, apresentando crescimento extremamente lento. O centro urbano conserva edificações do século anterior, algumas implantadas em lotes elevados em relação à rua, com acesso através de escadarias, proporcionando riqueza à paisagem urbana.

A configuração da cidade colonial é mantida pela conservação do traço do ainda existente e pela transmissão das técnicas construtivas empregadas, como o adobe e a taipa de mão. Esse tipo de edificação forma o perfil de algumas como a rua Jones dos Santos Neves e a Major Pisara, onde são encontradas em maior quantidade.

O sítio, onde está implantada a cidade, é praticamente plano, destacando-se ao fundo o morro Mestre Álvaro, apresentando predominância de linhas horizontais, com a maioria das edificações térreas. Destaca-se, na cidade a Igreja Matriz, edificada possivelmente no século XVII, porém completamente descaracterizada pela inserção de volumes anexos e elementos decorativos.

A cidade conserva muito de seu aspecto bucólico, podendo-se passear tranquilamente pelas ruas sem ser perturbado pelos raros automóveis que nelas transitam. Nas esquinas, os bares ou armazéns de secos e molhados geralmente localizam-se. As vias estreitas possuem poucas árvores, com elementos verdes restringindo-se aos quintais e fundos de lotes.

Os novos loteamentos, que norteiam a expansão da cidade estão situados ao lado direito da BR-101, que tangencia o perímetro urbano da cidade, o que poderá gerar dificuldades na expansão da rede de serviços urbanos e de comunicação com o núcleo.

Próximas ao centro, existem áreas tributárias ao Incra que, não sendo loteadas, têm dificultado a expansão da malha urbana, ocasionando uma rede intersticial, geralmente de implantação mais onerosa ao poder público.

A maior contribuição para o patrimônio histórico são as edificações de arquitetura popular, remanescentes dos períodos anteriores de urbanização, que se apresentam com poucas alterações.

6.1.2. O PLANALTO DE CARAPINA

Foi palco de diversos aldeamentos indígenas que povoavam a região a partir de Goiabeiras, estendendo-se em todo o planalto, onde encontram-se inúmeros sítios arqueológicos.

Os jesuítas possuíam fazendas no planalto, hoje reduzidas a ruínas ou desaparecidas. Encontra-se ainda, a igrejinha de São João da Carapina (1746) e uma casa de fazenda, ao lado das ruínas de uma antiga residência. O planalto de Carapina possui topografia levemente ondulada, destacando-se a bacia hidrográfica do rio Jacaraípe com as lagoas de Carapebus, Capuba e Jacuném, configurando a área, destacado valor paisagístico e ambiental. Na orla marítima encontram-se os balneários de Carapebus, junto a lagoa de mesmo nome, apresentando crescimento lento e caracterizado pela existência de diversas colônias de férias que, por serem praticamente autosuficientes, não contribuem para o desenvolvimento de um comércio local ou mesmo implantação de outros tipos de equipamentos. O balneário de Bicanga com baixíssima densidade, apresenta-se completamente loteado. O balneário de Manguinhos, com ocupação posterior a década de 50, apresenta densidade relativamente baixa, e encontra-se em fase de expansão, possuindo praias com aspecto semi-agreste, com zonas de pedras e vegetação junto ao mar, com destacado

valor ecológico e paisagístico. O balneário de Jacaraípe é o que apresenta maior taxa de crescimento, destacando-se como um dos mais procurados pela população de Vitória. Consolida-se a ocupação do balneário através da transformação de residências de veraneio em residências de caráter permanente. Desenvolve-se linearmente junto ao mar e é cortado pela rodovia ES 10. A densidade da cidade cresce violentamente nos meses de verão, ocasião em que a infra-estrutura existente se apresenta deficiente para atender a demanda. Junto à foz do rio Jacaraípe há restaurantes, bares e a beleza natural do sítio, que tornam o local o principal centro de animação do balneário.

Para este balneário já existe projeto em via de implantação, para tratamento paisagístico da orla, junto a praia e em vias de execução um plano de ordenamento do uso do solo.

O Planalto de Carapina passou por transformações mais intensas após a conclusão da rodovia BR 101, a implantação do Centro Industrial - CIVIT - e o terminal de Tubarão. Ao longo da rodovia, instalam-se indústrias de médio porte enquanto que, no distrito industrial, cuja implantação ocasionou mudanças significativas nas condições ambientais da área, as indústrias são ainda incipientes. Já estão sendo concluídos conjuntos residenciais, implantados pela INOCOOP-ES, apresentando aspectos monótonos e áridos, sem áreas verdes, visto a implantação ter obedecido ao arrasamento total do ambiente para após serem implantadas as unidades residenciais. Na área localizam-se também áreas de sub-habitação e o núcleo de prostituição de Carapebus. O Centro de Animação de Carapina, ainda em fase de implantação, constituir-se-á, possivelmente, no centro polarizador de comércio e serviços do município.

Neste planalto contribuem para o acervo do patrimônio histórico a Igreja de São João Batista e a casa da fazenda, ambas localizadas pró

ximas a BR-101; para o patrimônio natural, que possui maior importância, destaca-se a orla marítima com os balneários e o conjunto ecológico da bacia do rio Jacaraípe com as lagoas Capuba, Jacuném e o Mestre Álvaro.

6.1.3. NOVA ALMEIDA

Os jesuítas fundaram a aldeia de Santo Inácio dos Reis Magos, em 1580, junto a foz do rio Reis Magos. Destacou-se como uma das mais importantes aldeias de catequese do Estado. Implantada numa colina, onde se descortinam amplos visuais da foz do rio, do mar e da cadeia de montanhas, o conjunto dos Reis Magos compreende as edificações da Igreja de nave única, possuindo precioso retábulo que serve de enquadramento à uma pintura dos Reis Magos, a residência, que se desenvolve ao redor do claustro e, no entremeio, a torre sineira.

Em frente à edificação há uma praça, de forma retangular, ornada com palmeiras imperiais, com o cruzeiro no centro.

Ao redor da praça localizam-se as habitações e demais atividades desenvolvidas na aldeia, em edificações térreas que, possivelmente, apresentam condições arquitetônicas bem rudimentares. Essas edificações transformaram-se no tempo, sendo que, no século passado e início deste, caracterizavam-se pela técnica construtiva de taipa.

A aldeia dos Reis Magos possuía grande contingente de índios catequizados, sendo desativada após a expulsão dos jesuítas, quando grande parte retornaram às matas.

Saint Hilaire verificou no local uma população aproximada de 2.000 habitantes.

Nova Almeida hoje caracteriza-se como uma bucólica vila de pescadores, cuja principal atração turística da cidade, além da pesca e da paisagem natural magnífica, é o conjunto dos Reis Magos.

Dos balneários do município é o que apresenta maior índice de população nativa e as residências na maior parte são de caráter permanente.

No conjunto dos Reis Magos, as casinhas ao redor da praça, na maior parte de taipa, tendem a ser substituídas por sobrados ou residências de alvenaria. Os sobrados destoam das residências térreas de taipa mais integradas ao conjunto e mais próximas da tipologia das antigas habitações.

A vila de Nova Almeida desenvolve-se ao pé do morro onde está implantado o conjunto de Reis Magos, ao longo da via próxima a foz do rio Reis Magos, apresentando linhas predominantemente horizontais. A via junto ao rio é ornada por castanheiras e existem diversos quiosques para venda de peixes e frutas. Próximo da ponte, que a liga com o município de Fundão, o local de atracação das embarcações confere movimentação e colorido à praia.

A expansão dos loteamentos fez-se ao sul, junto a ES 10 e ao norte, já no município de Fundão, entre o rio Reis Magos e a ES 124 e em direção a Santa Cruz ao longo da ES 10, núcleo já ocupado e que apresenta baixa densidade.

6.1.4. QUEIMADO

Em 1848, aconteceu uma insurreição de escravos na vila de Queimado, episódio ligado à construção da igreja de São José. Os escravos da re

gião que participaram da edificação da Igreja, esperavam a alforria conforme lhes havia sido prometido pelo Frei Gregório de Bene. Atraídos pelo padre foram combatidos pelas tropas do Governo, culminando com o enforcamento dos líderes em frente à Igreja.

A igreja de Queimado localiza-se em zona rural, em sítio elevado numa pequena clareira. O acesso é dificultado pelas péssimas condições da estrada e pela falta de sinalização. A cobertura da igreja de Nave Única ruiu, assim como a torre e a parede posterior da Sacristia. Na frente da igreja prolonga-se um patamar com pequena escadaria e, aos fundos, localiza-se o cemitério.

A população da vila migrou maciçamente, restando atualmente uma população de menos de 100 pessoas na sede do distrito.

6.2.

INTERVENÇÃO NO ESPAÇO EDIFICADO

No município da Serra destaca-se um dos principais monumentos da região de Vitória, o conjunto dos Reis Magos, tombado e restaurado pelo IPHAN.

Além deste, existem outras edificações de valor histórico e cultural que devem ser preservadas.

6.2.1. EDIFICAÇÕES DE PRESERVAÇÃO INTEGRAL - Grau 1

- Edificações Isoladas Grau 1
- . Igreja de São Benedito, matriz da Serra;
- . Residência Borges Leão, na rua Major Pissara, nº 245;
- . Igreja de São João Batista, em Carapina;
- . Casa de Fazenda, em Carapina; e
- . Igreja de São José do Queimado, em Queimado.

6.2.2. EDIFICAÇÕES DE PRESERVAÇÃO INTEGRAL - Grau 2

- Edificações integrantes de conjuntos arquitetônicos

Recomenda-se a preservação das edificações listadas abaixo, que deverão permanecer com os volumes exteriores originais, podendo haver alterações do interior, visando melhor adaptação do uso.

- . Edificações na rua Major Pissara, n^{os} 83 e 138;
- . Edificação na rua Domingos Martins, n^o 210;
- . Sobrado na praça João Miguel, esquina com a rua Major Pissara;
- . Sobrado na rua Cassiano Castelo, n^o 22/28;
- . Residências na rua Cassiano Castelo, n^{os} 47/53; 125 e 135;
- . Residência na rua Getúlio Vargas, n^o 308; e
- . Residência na praça João Miguel, s/n^o.

(Ver mapa n^o 1, a seguir).

6.2.3. EDIFICAÇÕES DE PRESERVAÇÃO DE AMBIÊNCIA

Devem ser preservadas devido a relação de ambiência que possuem com as demais edificações a serem preservadas:

- . Edificações na rua Cassiano Castelo, nºs 7, 29, 83, 101 e 113;
- . Edificações na rua José dos Santos Neves, nºs 5, 11, 29, 35, 44, 59, 127, 128, 138, 148, 158, 166, 174, 182 e 190.

(Ver mapa nº 2, a seguir).

6.2.4. EDIFICAÇÕES LOCALIZADAS PRÓXIMAS A BENS CULTURAIS

Recomenda-se a limitação dos gabaritos de altura das edificações do centro de Nova Almeida, visando manter as características ambientais e paisagísticas da Vila e preservar os visuais do morro onde está implantado o conjunto dos Reis Magos.

Para a área central, segundo mapa anexo, recomenda-se a altura máxima para as edificações de 3(três) pavimentos ou 10m (dez metros) de altura.

E para as edificações no morro ao redor da praça e junto ao acesso a altura máxima de 1 pavimento (quatro metros), visando a não interferência no volume do convento. Observa-se atualmente um sobrado à esquerda do convento que modificou sensivelmente o aspecto geral do conjunto.

- NOVA ALMEIDA

O conjunto arquitetônico de maior destaque da região de Vitória é o dos Reis Magos em Nova Almeida. Este conjunto está sob a proteção do IPHAN, que executou a restauração da edificação há alguns anos, faltando, para concluí-la a restauração do altar-mor da igreja. Para a utilização do monumento surgiram propostas como a criação de um museu de arte regional e antropologia.

Para as residências do entorno da praça dos Reis Magos, recomenda-se como gabarito máximo das edificações 1 (um) pavimento ou 4m (quatro metros) de altura.

Quanto a tipologia não há necessidade de padronização, podendo haver maior liberdade de partido arquitetônico, notando-se porém que, para ser mantida a caracterização de conjunto, deve-se seguir determinados parâmetros, como por exemplo: os lotes deverão ser abertos, sem cercas ou qualquer outra espécie de isolamento, podendo o elemento verde ser usado em abundância. A área das edificações não deveriam ser superior a 180m², a cobertura de telhas de barro e os revestimentos deveriam ser de reboco liso e as cores utilizadas serem recomendadas no estudo paisagístico de ambiência do conjunto.

6.3.

INTERVENÇÃO NOS ESPAÇOS ABERTOS

6.3.1. ESPAÇOS ABERTOS INSERIDOS NA MALHA URBANA

O acesso à cidade da Serra é feito pela BR 101, através de duas vias troncais, que se encontram na praça João Miguel. Os principais espaços abertos da cidade são a praça da Bandeira, local onde está implantada a Igreja Matriz, a praça João Miguel, a rua Cassiano Ricardo e a rua Getúlio Vargas.

O traçado da cidade apresenta as ruas e os passeios estreitos e sem arborização, com exceção da rua Cassiano Ricardo que possui canteiro central arborizado com extremosas. As vias de trânsito comportam número limitado de veículos pela largura que possuem e não apresentam possibilidades de expansão, devido a preservação do casario existente. Recomenda-se um estudo da estrutura viária atual e futura, visando integrar a circulação viária com o mínimo possível de descaracterização do espaço urbano, procurando preservar o traçado original da cidade.

A praça da Bandeira está sendo remodelada pela Prefeitura Municipal, que executa o projeto de ajardinamento, arborização e melhoria do coreto existente.

A rua Getúlio Vargas, que liga a praça da Bandeira com a rua Major Pissara se caracteriza pela concentração de equipamentos sócio-culturais, sendo bastante larga, com uma pista utilizada por automóveis e outra para pedestres. Apresenta-se parcialmente arborizada, porém sem tratamento paisagístico adequado. Recomenda-se um projeto específico de paisa

gismo para esta rua, visando ambientá-la para uso predominante ao p_
destre . (Vide mapa nº 3).

PRAÇA REIS MAGOS

A praça dos Reis Magos constitui-se num dos principais espaços abertos de Nova Almeida. Retangular de 190 x 75 está gramada, apre_
sentando duas alas de palmeiras imperiais. Em frente à igreja está lo_
calizado o cruzeiro. O espaço do entorno da igreja não está tratado, fazendo-se necessário um projeto paisagístico global da área da praça, entorno da igreja e residências, bem como os acessos e encostas do mor_
ro, onde deveria ser feita a recuperação da cobertura vegetal.

No entorno da praça, poderá haver uma pequena rua calçada com pedras na_
turais, servindo de acesso às residências.

Recomenda-se o tombamento de todo o conjunto incluindo as residências no entorno da praça, que ficariam sujeitas à legislação de proteção a bens culturais; o morro do Convento; as palmeiras imperiais, sendo implantadas as que já caíram visando recompor a disposição original; e as residências no pé do morro que deverão ter o gabarito de altura limitado a três pavimentos.

7.

VIANA

7.1.

EVOLUÇÃO URBANA

Com a penetração através do rio Jucu, os jesuítas fundaram, próxima à montanha de Araçatiba, uma fazenda que abrangia grande extensão de terras. Era especializada na produção da cana-de-açúcar e possuía também um engenho para beneficiamento do açúcar que abastecia o colégio de Vitória. Com a expulsão dos jesuítas, a fazenda passou a ser administrada por coronéis, porém acabou caindo em estagnação. Em 1818, o conjunto da fazenda compreendia ainda Convento, residência e Igreja com duas torres, segundo descrição do príncipe Maximiliano Wied-Niewed, por ocasião de sua visita à província do Espírito Santo.

Em 1813, foi fundada a cidade de Viana, por intervenção do então Governador Francisco Alberto Rubim, com a vinda de 30 casais açorianos. A fundação da cidade marcou o início do povoamento do interior do Estado, e estabeleceu comunicação com Minas através da construção da estrada Vitória-Ouro Preto.

Outra fazenda de destaque, durante o século XIX é a de Belém, que pertenceu ao primeiro arcebispo da Província. O último remanescente do que foi a fazenda é a igreja de Belém, hoje em ruínas. A residência localizada anexa à igreja foi destruída ainda no século passado por um incêndio.

Viana apresenta crescimento muito lento desde sua fundação, não chegando a se expandir além da elevação, núcleo de fundação da cidade. Destaca-se, no ponto mais elevado, a igreja Matriz de Viana, implantada na praça Soldado Apolinário. A construção da igreja data de 1815, po

rêm foi praticamente destruída por um incêndio em 1848. A igreja constitui-se no principal marco visual da cidade. A cidade é cortada na periferia da atual ocupação pela BR 262 e pela via Ferroviária Federal. São remanescentes dos períodos anteriores de urbanização somente três exemplares de arquitetura civil: dois no centro da cidade e outro em zona rural. A Estação Ferroviária de Viana apresenta interessantes características arquitetônicas. A edificação possui elementos construtivos pré-fabricados, que teriam sido importados da Inglaterra. Semelhante a ela existem diversas estações ao longo da Ferrovia Leopoldina.

Das duas edificações, do século XIX, no centro da cidade, uma já se encontra relativamente descaracterizada. A outra edificação, em Bonito, próximo de Viana, constitui-se num casarão de fazenda do século passado, conservando as características arquitetônicas originais com poucas alterações, constituindo-se num dos melhores exemplares de arquitetura rural da região de Vitória.

A igreja de Araçatiba, último remanescente da antiga fazenda, está tombada e restaurada pelo IPHAN, fazendo-se necessárias algumas obras de manutenção. É utilizada para culto, pela população do pequeno distrito, cuja sede localiza-se ao pé da elevação onde está implantada a igreja.

A igreja de Belém ruiu parcialmente com a construção da BR 101, devido o corte do terreno ter sido realizado em área muito próxima à sacristia. Recomenda-se que seja realizado com certa urgência o estudo de viabilidade de restauração do templo, devido ao estado precário que se encontra. Sua deteriorização foi acelerada devido a lenda de que no seu interior estaria escondido um tesouro, onde foram feitas diversas escavações.

Predominam, na pequena elevação que se constitui Viana, as linhas horizontais das edificações implantadas ao longo das ruas tortuosas que obedecem a topografia do terreno. As vias são pavimentadas e possuem arborização esparsa, destacando-se o verde dos quintais e fundos de lotes. As edificações da área central são amplas e assobradadas, diminuindo em dimensões e padrão econômico na medida que se afastam em direção à periferia. A área ocupada pela cidade é limitada por uma zona plana de pradarias.

Viana possui características de vila pacata, com poucas atividades sócio-culturais. O principal atrativo são os bares, em pequeno número e pouco equipados. Apresenta-se deficiente o serviço de hotelaria e restaurantes. Está em fase de reorganização a banda de música da cidade. O coreto da praça da Prefeitura, demolido há alguns anos, foi um importante local para apresentações musicais e outras atividades.

Os dois principais espaços da cidade são a praça Soldado Apolinário, onde está implantada a Matriz e a praça da Prefeitura, em nível mais baixo, ligando-se visualmente à primeira.

Para a faixa de terra localizada à direita da rodovia, junto à montanha, faz-se necessário preservar as características paisagísticas, e limitar os gabaritos da altura, visando preservar os visuais da igreja.

Algumas elevações próximas à cidade estão sendo loteadas sem parâmetros urbanísticos e ecológicos adequados, o que poderá gerar problemas para o setor público por ocasião da implantação de equipamentos de serviços de infra-estrutura.

Viana é banhado pela bacia hidrográfica do rio Jucu, formada pelos rios Viana, Formate e Araçatiba. O rio Jucu no vale da Pedra Mulata a

...oso entre a pradaria verde de duas montanhas, des
... como ponto de elevado valor paisagístico. Recomenda-se a
...servação de toda a área e a criação de um parque natural no local.

7.2.

INTERVENÇÃO NO ESPAÇO EDIFICADO

As edificações a serem preservadas no município de Viana constituem-se em exemplares localizados na sede de Viana, e edificações da zona rural, em Bonito e Araçatiba.

Das edificações cadastradas está sob proteção do IPHAN somente a igreja de Nossa Senhora da Assunção, em Araçatiba. O cadastramento das edificações visa o tombamento e serve de subsídios a futuros programas de restauração e utilização.

7.2.1 EDIFICAÇÕES DE PRESERVAÇÃO INTEGRAL - Grau 1

- . Igreja Matriz de Viana, na praça Soldado Apolinário;
- . Residência da Família Balestrero, na rua Alvimar Silva;
- . Estação Ferroviária de Viana, na rua Coronel Vieira Pimentel, s/nº;
- . Casa de Fazenda, em Bonito;
- . Igreja de Belém, junto da BR 101 (Distrito de Araçatiba).

7.2.2. EDIFICAÇÕES DE PRESERVAÇÃO INTEGRAL - Grau 2

- . Sobrado de J. F. Pimentel, na rua Getúlio Vargas.
(Ver mapa nº 1, a seguir).

7.2.3. ÁREAS EDIFICADAS LOCALIZADAS PRÓXIMAS A BENS CULTURAIS

Recomenda-se a limitação dos gabaritos de altura para as áreas edificadas no centro de Viana, conforme mapa anexo, visando preservar as características paisagísticas da área central da cidade e preservar algumas vistas das principais edificações. Recomenda-se como gabarito máximo de altura para as edificações, dois pavimentos ou 7m (sete metros).

(Ver mapa nº 2 , a seguir).

7.3.

INTERVENÇÃO NOS ESPAÇOS ABERTOS

7.3.1. ESPAÇOS ABERTOS INSERIDOS NA MALHA URBANA

Os dois principais espaços abertos de uso coletivo são as praças Soldado Apolinário e a praça da Prefeitura, na área central da cidade. Encontram-se ajardinadas e tratadas, não havendo necessidade de intervenção nestes espaços. Recomenda-se o tratamento de área localizada junto à estação Ferroviária de Viana que se constitui num espaço aberto adequado à criação de uma pequena praça integrada à estação. É aconselhável que sejam tratados os acessos de pedestres juntamente com a arborização e ajardinamento.

7.3.2. ESPAÇOS ABERTOS NATURAIS

Recomenda-se a criação de um parque natural, no local denominado Pedra Mulata, onde o curso do rio Jucu cria um espaço de destacado valor paisagístico. É aconselhável que a área do parque abranja todo o vale formado pelas montanhas. Recomenda-se a preservação de faixas sanitárias ao longo dos rios: Jucu, Araçatiba, Formate e Viana.

7.3.3. IGREJA MATRIZ DE VIANA

Recomenda-se a demolição da caixa d'água localizada próxima à igreja que destoa das características paisagísticas do conjunto: igreja e pra

ça. Recomenda-se o controle das edificações na área periférica à praça visando manter o entorno da igreja completamente liberado.

7.3.4. ARAÇATIBA

Recomenda-se o tratamento do acesso à sede do distrito e reconstrução do pontilhão que se encontra em estado precário.

Tratamento paisagístico do espaço do entorno da igreja com a construção de pequena praça com coreto para festividades.

Demolição da caixa d'água e residência implantada em área muito próxima à igreja obstruindo parcialmente a fachada lateral e prejudicando as condições de ambiência com comprometimento das vistas do monumento.

7.3.5. BELÉM

Recomenda-se o estudo urgente da viabilidade de restauração da igreja de Belém devido ao estado precário em que se encontra. Se for passível de restauração, deverá ser pensada a implantação de infra-estrutura adequada à utilização. Localizada junto da BR 101, a igreja possui ótima acessibilidade.

8.

PATRIMÔNIO NATURAL

8.1.

AFLORAMENTOS ROCHOSOS E MORROS

A região da Grande Vitória apresenta topografia acidentada, onde os morros, afloramentos rochosos e elevações entremeiam-se a vales, mangues e canais. Os assentamentos humanos expandem-se geralmente nos vales e em ocupação mais recente também nos morros. A ilha de Vitória possui um extenso afloramento rochoso do período terciário, cuja área equivale a mais de um terço da ilha, atingindo em um de seus pontos máximos a cota 300; o restante da configuração espacial possui afloramentos rochosos menores formando pequenos vales, ou áreas maiores e planas resultantes de aterros.

Com a expansão da cidade e a necessidade de novos espaços, a ocupação dos morros tem sido uma alternativa à população de baixa renda, constituindo-se, na maior parte das vezes, em invasões. A ocupação é feita indiscriminadamente, salvo naqueles morros de propriedade privada.

A ocupação desordenada dos morros pode ocasionar graves consequências ambientais como:

- . A modificação da cobertura vegetal, em especial de bacias hidrográficas de pequena área e localizadas em solos de desagregação, logo acima de rochas cristalinas, como bacias formadoras dos cursos d'água, que desciam do maciço central da ilha de Vitória e Mestre Álvaro na Serra. Os riachos originários de pequenas bacias de grande declividade, quando têm retirada a cobertura vegetal das áreas do entorno, podem chegar a ter razões diminutas no período das estiagens, ou mesmo tenderem ao regime intermitente (desaparecimento da vertente durante a

maior parte do ano).

- . Nestas bacias, a erosão se verifica de maneira muito mais acentuada, onde grandes declividades em solos originários de imtemperismo rochoso causam deslocamentos ou massa, além de erosão superficial muito mais intensa. Além disso, as enxurradas passam a carrear quantidades maiores de partículas do solo, o que, frequentemente, ocasiona o entupimento dos sistemas de esgotos pluviais e ocasiona lama nas ruas da cidade baixa.
- . A retirada da cobertura vegetal, para exploração da madeira ou pela ocupação humana, elimina, em grande parte, o potencial paisagístico da montanha e seu virtual aproveitamento, para a utilização como área de lazer, pela população da cidade.
- . O desaparecimento da cobertura vegetal e o conseqüente desequilíbrio ecológico pode gerar sérios prejuízos econômicos, caso haja desarrafcamentos como, por exemplo, o acontecido em algumas encostas no Rio de Janeiro.
- . Outro importante fator de comprometimento na ecologia dos morros são os loteamentos executados em malha xadrez regular, onde são abertas vias geralmente perpendiculares às curvas de nível e superdimensionadas, ocasionando aumento da erosão e dificultando o acesso, devido ao fato de serem íngremes.

Os acessos às habitações, em morros com declividade inferior a 30%, deveriam ser feitos através de vias orientadas segundo as curvas de nível do terreno. Acima desta declividade os acessos deveriam ser feitos por escadarias.

- . Para um adequado planejamento da ocupação humana, é fundamental que seja feito um levantamento das disponibilidades sanitárias básicas de cada morro em particular. A necessidade sanitária primária é o abastecimento d'água. O maior problema atual da CESAN, em relação à distribuição de água, são as habitações localizadas em cotas altas. A água que sai das ETAS de Cobi e Vale da Esperança, à medida em que a rede de distribuição se afasta dos reservatórios, aumenta a perda de carga na linha, diminuindo, conseqüentemente, a disponibilidade de pressão nos encanamentos.

Para citar um exemplo, note-se que a água de distribuição que abastece Jardim da Penha (um dos pontos afastados da rede) não chega a alcançar 5m de altura d'água de pressão.

No caso específico dos morros, a situação é agravada pela própria topografia da região; a situação é de tal forma crítica que a CESAN é obrigada a instalar subelevatórias em vários pontos da cidade.

É necessária a realização de um estudo mais detalhado das disponibilidades máximas de pressão nos pontos finais da rede e nas áreas de influência de cada sub-elevatória (inclusive as projetadas no futuro), de modo a se poder fazer um mapa altimétrico de pressões máximas, o que possibilitaria determinar cotas acima das quais, a ocupação é inaceitável pela impossibilidade de serem servidas pela rede de distribuição d'água.

- . O segundo aspecto sanitário a ser considerado diz respeito à rede coletora de águas residuárias. Declividades muito elevadas ocasionam grandes velocidades na rede com o conseqüente desgaste das canalizações, o que obriga nestes casos a implantação de declividades artificiais, as quais exigem número elevado de poços de visita encarecendo sobremaneira a implantação da rede. Como declividade limitante para a rede de esgotos, costuma-se fixar o valor de 30%.

. Quanto ao aspecto do recolhimento do lixo urbano, é norma atual da Prefeitura Municipal de Vitória que a coleta de lixo só se processe em ruas urbanizadas, isso é, aquelas que possibilitem o tráfego dos caminhões coletores.

Sendo assim, é conveniente que a ocupação se realize em ruas urbanizadas. No caso da ocupação dos morros, em declividades muito acentuadas, que não possibilitem o acesso de veículos, recomenda-se a instalação de *containers* recolhedores, com capacidade de coleta semanal.

É necessário um estudo mais aprofundado, para dimensionar seu volume e localização.

8.1.1. OCUPAÇÃO DOS MORROS

Uma lei municipal determina o limite máximo de ocupação a cota 50. A falta de fiscalização faz com que ela não seja respeitada. As ocupações são, na sua maior parte, invasões e processam-se de forma espontânea e muito rápida.

A lei é simplista, na medida em que não leva em consideração os aspectos particulares de cada morro, tais como: disponibilidade de infraestrutura sanitária, condições ecológicas mínimas, acessos, potenciais paisagísticos e cobertura vegetal.

A fixação de cotas limites de ocupação, para cada morro, a determinação de uma declividade limite, que permita a edificação, a fixação do tamanho de lote, o controle de densidade e a manutenção parcial ou as vezes total da cobertura vegetal são medidas necessárias, não somente para conservar estas características de paisagem, mas também para manter

o equilíbrio ecológico e evitar futuros problemas na implantação dos serviços de infra-estrutura, que são geralmente mais onerosos em topografia acidentada.

Outro aspecto que tende a modificar a paisagem urbana é a implantação de edifícios altos em áreas próximas dos morros ou nos mesmos. Esse tipo de assentamento é viável, se for realizado com baixa taxa de ocupação e, portanto, maior liberação do solo, manutenção da cobertura vegetal natural e preservação de determinados cones visuais do ambiente.

Portanto, faz-se necessária uma limitação de gabaritos de altura e o estudo de um tipo de assentamento que vise manter as características paisagísticas e que se integre mais harmonicamente ao contexto urbano. Algumas vias de relativa importância na malha urbana têm seu cone de visão orientado (isto é, o fim da rua ou mesmo a mudança de direção) para esses afloramentos e a implantação de edifícios altos tende a destruir esses cones de visão, como se pode observar, por exemplo, na rua Ferreira Coelho.

Para se realizar uma proposta efetiva de ocupação e preservação dos morros, é necessário o levantamento das condições ecológicas de cada morro em particular. Além disso, é necessário a confecção de mapas básicos de pressões máximas na rede de distribuição de água, de declividades limitantes e mapas da cobertura vegetal. A superposição destes mapas, aliada às condições ecológicas, paisagísticas e de acesso, podem fornecer subsídios básicos para um plano de ocupação ordenada dos morros.

8.1.2. MACIÇO CENTRAL

É a principal elevação da cidade, ocupando mais de um terço da área da ilha. A cobertura vegetal do morro foi muito destruída, principalmente na face Leste e no cume, local onde foram instaladas as antenas de T.V.. Conserva ainda as matas da parte Norte e Oeste, sujeitas a desaparecerem com os loteamentos, que estão sendo executados no local. A face Sul e parte da face Leste estão ocupadas além da cota 50, cota máxima permitida por lei.

No Plano de Lazer para a Região de Vitória, foi proposta a criação de um parque para toda a área acima da cota 50, em zonas ainda não ocupadas, e no limite das edificações nas áreas já ocupadas. Propõe-se o estudo para a recuperação de zonas desmatadas através da criação de bosques artificiais; e a implantação de dois núcleos de equipamentos de recreação, um próximo do bairro Fradinhos e outro junto das antenas de televisão; melhoria do acesso existente com a criação de belvederes, e um novo acesso pelo bairro Fradinhos. Nas zonas de encostas com declividades muito acentuadas, será necessária a recuperação florestal, que é facilitada devido a existência de manchas com floresta virgem. Próximo do bairro Fradinhos e do morro do Cabral, sugere-se a implantação de dois pomares.

São referentes à fiscalização, as cotas limites da ocupação e legislação que já existem e não são respeitadas. A Leste do Maciço, nos bairros Fradinhos e Jucutuquara, ainda há possibilidade de propor um tipo de assentamento, que vise controle da ocupação, da mesma forma que ao Norte, na área denominada de Contorno, cuja ocupação começa a processar-se atualmente através da execução de loteamentos. Nesta parte Norte, o Maciço conserva grande parte da cobertura vegetal natural.

PARQUE MACIÇO CENTRAL

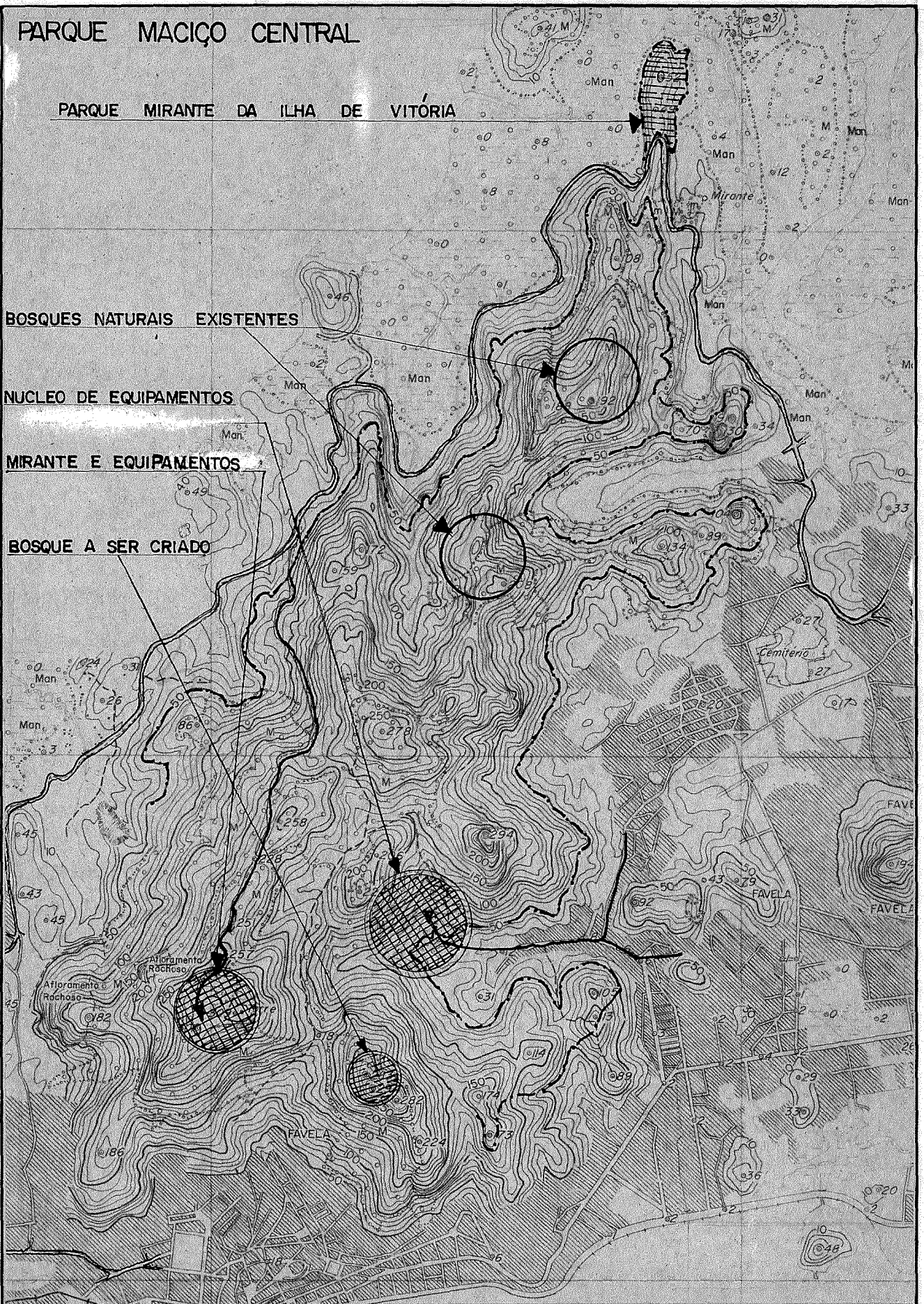
PARQUE MIRANTE DA ILHA DE VITÓRIA

BOSQUES NATURAIS EXISTENTES

NUCLEO DE EQUIPAMENTOS

MIRANTE E EQUIPAMENTOS

BOSQUE A SER CRIADO



MACIÇO CENTRAL

Nº 1

ÁREA: 500 ha (APROXIMADAMENTE)

ESCALA: 1/2500

8.1.3. MESTRE ÁLVARO

Localizado ao Norte da Aglomeração, no município da Serra, destaca-se por ser o morro de maior dimensão da região, constituindo-se num marco de orientação visível dos mais diversos pontos da Grande Vitória. Foi amplamente retratado pelos visitantes estrangeiros, que estiveram na província, dentre os quais, Tereza da Baviera e Saint Hilaire. Este morro é o que, até hoje em dia, guia os pescadores em alto mar.

Pelo Decreto-Lei Estadual nº 3.075 de 09 de agosto de 1976, uma área de aproximadamente 3.240 ha. foi declarada como da reserva biológica do Mestre Álvaro. Atualmente estão sendo realizados levantamentos plani-altimétricos, visando demarcar os limites da reserva, e está sendo feito o levantamento da flora pelo Instituto Estadual de Florestas IEF. Como os estudos ainda não foram concluídos, nos deteremos em alguns aspectos paisagísticos e algumas propostas para as áreas do entorno do morro.

A parte do morro compõe o cenário de fundo da cidade da Serra e para ela convergem as perspectivas de diversas ruas, possuindo a cobertura vegetal praticamente destruída, existindo pequenas plantações de abacaxis e outras culturas. A face Leste também teve seu perfil alterado com a destruição da cobertura vegetal, possuindo diversos afloramentos rochosos. A face Sul permanece com grande parte da cobertura vegetal original, e possui as trilhas de acesso ao cume; compreende ainda um sítio arqueológico pré-cerâmico, e na face Oeste um abrigo sobre rochas. No pé do morro existem duas vilas: Pitanga e Laranjeiras.

Para estas vilas são necessárias a regulamentação do uso do solo e orientação da expansão, visando a preservação do morro.

Entre o morro e a estrada de ferro da Vale do Rio Doce, existe uma área de, aproximadamente, 100 ha com cota inferior a 10; apresentando algumas elevações com cota variando entre 20 e 30. Numa delas foi implantada uma estação rebaixadora da ESCELSA. Próximo à ferrovia existe uma pequena área com mato, que vem sendo destruída pela retirada de areia do local. Mais a Oeste, a área apresenta-se de grande valor paisagístico com árvores de porte, pedras e um pequeno córrego, que fazem parte de uma fazenda. Essa área poderia ser anexada à reserva do morro, devido as condições paisagísticas de excepcional valor que possui, e transformada em área de camping. A residência existente poderia ser transformada em restaurante e integrada aos demais equipamentos de infraestrutura. Na área plana, poderia ser construído um jardim botânico e zoológico, que coletasse os espécimes existentes no Estado ou em outras regiões e que estão sujeitos a extinção. Além de se constituir num acervo de estudo para os estabelecimentos educacionais e de pesquisa existentes na Aglomeração. Cabe dizer que o Estado não possui jardim botânico ou zoológico e, por outro lado, a integração de ambos resultaria na criação de um Centro Ecológico, integrado à reserva biológica do Mestre Álvaro, que deverá ter áreas de preservação restrita. O jardim botânico poderia comportar um horto para reprodução de espécimes, que viriam atender aos programas de paisagismo propostos no Plano de Lazer para a região de Vitória, no Plano de Patrimônio Ambiental Urbano e demais projetos elaborados pelas Prefeituras Municipais.

8.1.4. PENEDO

Localizado em ponto estratégico da baía de Vitória, no estreitamento do bairro São João, constitui-se no principal marco de paisagem natural da baía, devido a sua forma, dimensão e perfil, possui elevado valor paisagístico. A parte oeste do morro está sendo completamente desfigurada, devido a retirada de material para a implantação do Porto de Capuaba. A face Sul também já foi completamente alterada.

O tombamento do morro se faz necessário, porém não é suficiente. Sua preservação só será garantida, se medidas mais eficientes forem tomadas, como a paralização das obras no local.

Este morro é um dos mais importantes elementos do patrimônio natural, o principal marco da baía de Vitória, além de fazer parte da memória capixaba. Sua destruição é irreversível, e as obras efetuadas no local o estão alterando de forma definitiva.

8.1.5. OUTEIRO DA PENHA

Localizado no município de Vila Velha, junto da baía de Vitória, destaca-se pela implantação do Convento da Penha no seu cume, um dos principais monumentos históricos do Espírito Santo. É visível de diversos pontos da Aglomeração e destaca-se também como ponto mirante, onde se descortinam amplos visuais.

A cobertura vegetal do morro foi parcialmente reconstruída na década de 50 e o acesso de automóveis melhorado. As condições de conservação

ção deste outeiro são boas e estão sob os cuidados do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Observa-se, para este morro, o caso de recuperação da cobertura vegetal em espaço de tempo relativamente curto.

No presente Plano, são estudados os gabaritos das edificações no entorno do outeiro em Vila Velha e em Vitória, e as edificações da Reta da Penha, cuja perspectiva é orientada para o Convento da Penha, a fim de que sejam preservadas as visuais principais deste importante monumento histórico e natural. Próximo ao outeiro, existe uma obra embargada pelo IPHAN, visando evitar que a medida se repita. Propõe-se a limitação dos gabaritos de altura (vide propostas - Vila Velha), que deverão ser regulados pela Prefeitura ou servir de subsídios ao Plano Diretor.

8.1.6. MORRO JABURUNA

Localizado em frente ao Outeiro da Penha, destaca-se pelas dimensões compondo a paisagem da entrada da baía de Vitória. O presente plano propõe a ocupação somente na face oeste e parte da face sul, em cotas inferiores a 50, e declividades inferiores a 30% conforme mapa em anexo (Vila Velha - mapa nº 2).

8.1.7. MORRO DO MORENO

Localizado próximo ao morro Jaburuna, na Praia da Costa, está sujeito as mesmas recomendações feitas ao Morro Jaburuna. No mapa de preservação de áreas naturais de Vila Velha, estão delimitadas as áreas recomendadas à utilização, e aquelas que devem ser preservadas como áreas verdes, de aconselhável à utilização devido às declividades acentuadas que apresentam e pela existência de afloramentos rochosos.

8.2.

LAGOAS

As principais lagoas da região da Grande Vitória são a de Jacuném, Capuba e Carapebus no município da Serra e a de Jabaeté no município de Vila Velha.

8.2.1. LAGOAS CAPUBA E JACUNÉM

Na região entre Carapina e Serra, existe um complexo limnográfico que provavelmente se originou de uma transgressão marinha, seguida por uma regressão, que deve ter acontecido nos fins da era mesozóica e início do período quaternário. Essa entrada e posterior retração do mar originou algumas lagoas que formam um ecossistema bastante rico. Há duas lagoas principais, ao norte a Lagoa Capuba e mais ao sul a Lagoa Jacuném. O rio Jacaraípe e seu afluente rio Cacu não são senão emissores dessas lagoas até o oceano e chegam ao litoral no balneário de Jacaraípe.

Hoje em dia há duas ameaças maiores à preservação dessa região, que são a tomada d'água para abastecimento do CIVIT (e a futura transformação de lagoa em reservatório, veja-se referência no capítulo das captações de água da CESAN), e a implantação do distrito industrial de Carapina.

Devem ser tomadas medidas de prevenção e proteção ambiental principalmente no que diz respeito à pesada poluição química de uma cidade industrial, pois dejetos químicos nas lagoas e na foz do rio Jacaraípe seriam inaceitáveis mormente se nos ativermos ao fato de ser o balneário de Jacaraípe um dos pontos turísticos mais frequentados da região.

O Decreto Lei nº 420 de 09 de outubro de 1973 cria zonas de turismo em toda a região litorânea como segue:

Art. 1 - Parágrafo II - Litoral do Estado, abrangendo desde o rio Itabapoana até o limite com o Estado da Bahia, 6km (seis quilômetros) para o interior.

O Decreto visa preservar áreas de forma a se evitar sua degradação ecológica, paisagística e de posse e objetiva ainda a consolidação e expansão do turismo em todo o litoral do Estado.

As lagoas da região de Vitória estão incluídas nesta faixa, e portanto por Lei, deverão ser preservadas.

As áreas alagadiças das lagoas formam sistemas ecológicos de características próprias e possuem alta produtividade, além de serem de difícil ocupação devido aos altos investimentos que demandariam. É necessário um estudo minucioso, delimitando áreas de preservação e de ocupação ordenada dos vales úmidos das lagoas.

A vocação das lagoas, devido à beleza natural que possuem, está ligada ao turismo e lazer, atividades compatíveis e asseguradoras da preservação. O acesso às lagoas pode ser feito pelo rio Cacu de barco, ou pela estrada que liga Jacaraípe ao distrito industrial de Carapina.

A implantação dos equipamentos deveria ser controlada por órgão competente, permitindo somente aqueles de infra-estrutura ao turismo e lazer. Poderiam ser selecionadas zonas para camping, ser organizados passeios de *pirogas*, esporte aquáticos e outras atividades não depredativas.

Hoje é bastante sensível a poluição das lagoas ocasionadas pelos dejetos industriais, agradava pelo fato da água da lagoa de Jacunên ser utilizada p/abastecer o bairro de .

8.2.3. LAGOA CARAPEBUS

Mais ao sul, existe a lagoa de Carapebus, junto ao balneário de mesmo nome. Possui seu acesso ao mar fechado por dique de areia e pedras e não apresenta grande volume de água, porém pode ter seu contorno normal alterado em época de chuvas.

Junto da lagoa, próximo à colônia de férias da Polícia Militar de Minas Gerais, foi implantado e criado um pequeno bosque artificial na faixa de areia existente. O Plano de Lazer para a região de Vitória propôs a preservação da Lagoa, abrangendo toda a área de cota inferior a 10, mais uma faixa de terra, também de cota inferior a 10, em direção ao norte, localizada entre uma pequena elevação e o mar. A proposta constitui-se na criação de um parque com área aproximada de 13 ha. Nele poderiam ser instalados equipamentos com zonas para camping e outras atividades que suprissem a demanda de recreação dos moradores do balneário e demais turistas. A área possui somente vegetação rasteira, porém pode receber espécimes de porte, como os existentes no pequeno bosque que poderá ser ampliado.

O acesso atualmente é feito pelo balneário de Carapebus, futuramente será ligado também por Bicanga.

8.2.4. LAGOA JABAETÉ

Esta lagoa localiza-se na bacia do rio Jucu, ao sul da aglomeração, com acesso pela ES 388. Difere das outras lagoas por não estar localizada na orla e não existirem assentamentos humanos no entorno, constituindo-se em área ainda não explorada.

É aconselhável que seja preservada uma área no entorno, prevendo a implantação de um parque para futuro aproveitamento turístico, preservan

do assim as condições ecológicas da lagoa e garantindo seu potencial de água.

8.2.5. LAGOAS DO MUNICÍPIO DE VILA VELHA

A região litorânea a partir da barra do rio Jucu, abrangendo Ponta da Fruta e estendendo-se em direção a Guarapari, apresenta pequenas lagoas interioranas sem ligação com o mar. Dentre elas destacam-se a lagoa Vermelha e Tapera. Localizadas entre a Rodovia do Sol e o mar, a uma distância de 150 a 200m do litoral, faziam parte de um ecótipo de floresta secundária de tabuleiras da qual podem ser encontrados ainda pequenos trechos. Com a derrubada da floresta, formou-se capoeira baixa na região próxima às lagoas.

Toda a orla marítima da qual as lagoas fazem parte está passando atualmente por um rápido processo de transformação através de novos loteamentos, que são realizados sem qualquer cuidado ambiental, destruindo a cobertura vegetal, os morros e elevações, retificando e aterrando cursos d'água, e aterrando algumas lagoas menores.

Com a inexistência de cobertura vegetal, as águas de chuva carregam mais material sólido para as lagoas, o que pode apressar bastante seu processo de extinção, que em condições naturais é muito lento.

8.3.

ILHAS

A região de Vitória possui inúmeras ilhas, destacando-se como a de maior dimensão a ilha de Vitória, onde foi implantada a Capital. A baía de mesmo nome a separa do continente possuindo maiores dimensões ao Sul, onde se situam o porto e o centro urbano, apresenta um alargamento a Oeste e Noroeste e reduz-se a um canal de pequena largura e profundidade ao Norte.

As características físico-espaciais da ilha têm sido alteradas no decorrer do tempo através de sucessivos aterros que visavam a incorporação de novas áreas urbanizáveis; desta maneira as ilhas do Príncipe, do Boi, da Fumaça, do Frade (ligação por ponte) e diversas outras Ilhotas foram anexadas à ilha de Vitória.

As ilhas são de base rochosa e algumas apresentam ainda intensa cobertura vegetal. Quanto à retirada da cobertura vegetal das ilhas, valem as mesmas considerações que foram feitas para os morros, com o agravante de que a recuperação ecológica dos ecossistemas isolados pela água das comunidades de sucessão e clímax do continente é muito mais difícil. Veja-se o exemplo da pequena ilha de Krakatoa, no Pacífico, na qual a sucessão ecológica vem se processando de uma forma extremamente lenta.

Além disso, o abastecimento de água das ilhas é enormemente dificultado, o que torna mais inviável a sua ocupação.

Pela localização, condições ecológicas e paisagísticas, as ilhas se constituem em considerável potencial paisagístico e de lazer. Esta deveria ser, portanto, a sua principal utilização.

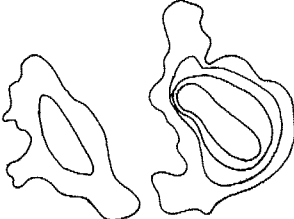




É também fato comprovado que muitas ilhas apresentam comunidades exóticas as quais têm reduzida distribuição geográfica, como certas ilhas sem as quais seria impossível a reprodução e o crescimento de aves aquáticas. É necessário um detalhado estudo das condições ecológicas de

cada ilha em particular, para uma idéia mais precisa da sua situação, visando delimitar áreas de preservação integral e orientar a ocupação para cada caso.

A ilha do Príncipe, já urbanizada e com ocupação mais antiga, teve sua configuração físico-espacial alterada com a implantação do novo terminal rodoviário, na zona do aterro. As ilhas do Boi e do Frade estão sendo urbanizadas, atualmente, com predominância de uso residencial unifamiliar. Na primeira, destaca-se o hotel do SENAC num dos pontos de cota mais elevada, e na parte leste junto da praia, o conjunto residencial Village D'Ille, que apresenta uma implantação desarmônica. A ilha da Fumaça por ser de propriedade particular ainda não foi ocupada. Tem-se constatado a tendência à privatização das praias das ilhas, o que não é desejável, visto a qualidade e beleza paisagística que apresentam. A elas deveriam ter acesso todas as camadas da população. Faz-se necessário um plano de ordenação e preservação das ilhas a ser elaborado junto com os Planos Diretores Urbanos.

Para as demais ilhas e ilhotas localizadas ao longo da costa e na baía de Vitória foram catalogadas e tecidas recomendações quanto à levantamentos a serem executados e medidas de preservação da paisagem, da flora e da fauna. Algumas possuem edificações, outras encontram-se desabitadas, porém em seu conjunto fazem parte do patrimônio natural da região e portanto deverão ser protegidas, visto atualmente não existir nenhum plano ou lei que regula sua ocupação. Devido à localização e ao potencial que apresentam, elas deverão ser enquadradas nos Planos Diretores Urbanos e passar à concessão dos Municípios, que deverão legisla-las. Algumas deverão ser preservadas integralmente visando manter as condições ecológicas que apresentam, outras poderão ser utilizadas para turismo e lazer através de programas integrados com a baía de Vitória.

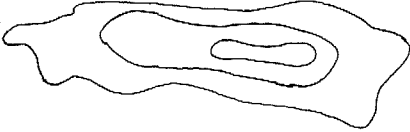

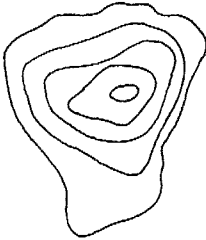


ILHAS - VITÓRIA

LOCALIZAÇÃO	CONFIGURAÇÃO	ÁREA (APROX.)	EDIFICAÇÕES	COBERTURA VEGETAL	LEVANTAMENTOS/ RECOMENDAÇÕES
1) GALHETA DE FORA E GALHETA DE DENTRO Junto da Ilha do Boi.		1,76 ha 3,16 ha	Não possuem edificações.	Vegetação rasteira, composição rochosa.	Preservação e utilização p/turismo e lazer, sendo desaconselhada a sua ocupação e privatização.
2) ILHA URUBU Baía de Vitória		0,2 ha	Possui somente farolite p/navegação.		Preservação Integral.
3) ILHA DO BODE Inserido na Ilha de Vitória através do aterro do Suã.		1,10 ha	Possui edificação de madeira.	Parcialmente desmatada; possui espécimes de porte.	Preservação integral, não deveria ser ocupada. Recomenda-se utilização orientada p/lazer.
4) ILHA DO PATO Junto do canal da Baía norte-Camburi.		1,12 ha	Não possui edificação.	Pequeno porte, rasteira. Composição rochosa.	Preservação integral.
5) ILHA RASA Próxima à Ilha do Frade.		0,6 ha	Não possui edificações.	Pequeno porte-rasteira. Composição rochosa.	Preservação integral.


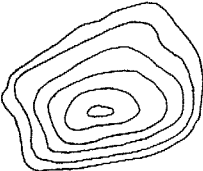
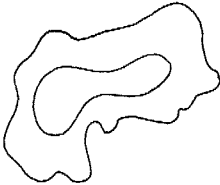


ILHAS - VITÓRIA

continuação

.2.

LOCALIZAÇÃO	CONFIGURAÇÃO	ÁREA (APROX.)	EDIFICAÇÕES	COBERTURA VEGETAL	LEVANTAMENTOS/ RECOMENDAÇÕES
6) ILHA DA GAL Baía de Vitória em frente ao bairro Santo Antonio.		4,5 ha	Existe uma edificação em alvenaria próxima da praia, em bom estado de conservação.	Apresenta cobertura natural com grande variedade de espécimes de porte.	Levantamento da flora e fauna e recomendação à preservação integral, conservação integral da flora e fauna.
7) ILHA DA PÓLVORA Baía de Vitória em frente ao bairro Santo Antonio.		1 ha	Praticamente toda a ilha é ocupada, destacando-se pelas dimensões e localização o Hospital de Tuberculosos.	Foi completamente alterada em função da ocupação.	
8) ILHA DA FUMAÇA Baía de Vitória, junto da Av. Beira Mar, ligada a Ilha de Vitória.		5,72 ha	Existe um ancoradouro na parte sul, uma edificação na parte mais elevada e diversas junto do acesso, estas últimas em processo de deterioração.	Manutenção parcial da cobertura vegetal c/espécimes nativos e exóticos.	Levantamento da flora e fauna. OBS: Esta ilha é de propriedade particular. Poderiam ser recuperadas as edificações junto ao acesso e utilizadas p/ fins sociais.
9) ILHA DO SOCÓ Praia de Camburi		0,45 ha	Não possui edificações.	Não possui cobertura vegetal, constituição rochosa.	Preservação Integral.
10) ILHA DOS URUBUS Inseridas na Ilha de Vitória através do aterro do Sua.		0,72 ha	Não possui edificações.	Parcialmente destruída, configuração rochosa.	Preservação e utilização como espaço de lazer, integradas a área residencial do aterro.

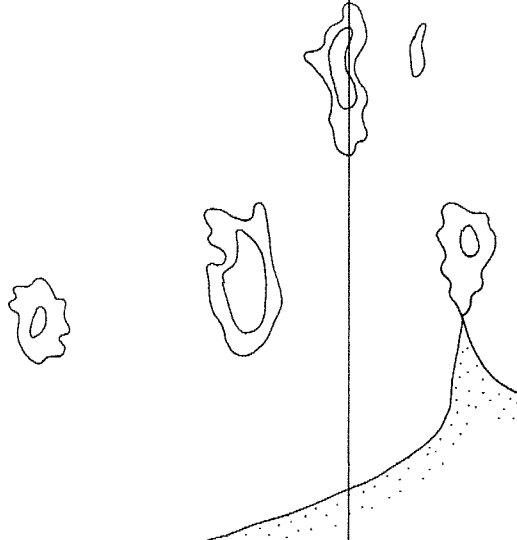
ILHAS - VILA VELHA

LOCALIZAÇÃO	CONFIGURAÇÃO	ÁREA (APROX.)	EDIFICAÇÕES	COBERTURA VEGETAL	LEVANTAMENTOS/ RECOMENDAÇÕES
1) ILHA DAS POMBAS Baía de Vitória		1,6 ha	Pequena edificação de alvenaria com equipamentos de margrafia e farol de auxílio à navegação.	Mantém parcialmente a cobertura vegetal.	Levantamento da flora e fauna existente, recomenda-se a preservação integral.
2) ILHA DAS CABRAS Baía de Vitória, próxima do morro Jaburuna.		4,0 ha	Sem ocupação.	Mantém a cobertura vegetal sem alteração.	Levantamento da flora e fauna, recomenda-se a preservação integral.
3) ILHA DA BALEIA Entrada da Baía de Vitória.		3,65 ha	Não possui edificações, somente sinalização p/navegação.	Possui alguns espécimes de vegetação de porte e o restante vegetação rasteira.	Preservação integral.
4) ILHA DO TATI		0,91 ha	Sinalização p/navegação.	Vegetação de pequeno porte.	Preservação integral.
5) ILHA DO PAPAGAIO Inserida na Ilha de Vitória através do aterro da Praia do Suã.		0,8 ha	Não possui edificação.	Alguns espécimes de médio porte e vegetação rasteira.	Preservação e utilização como área de lazer.

ILHAS - VILA VELHA

continuação

.2.

LOCALIZAÇÃO	CONFIGURAÇÃO	ÁREA (APROX.)	EDIFICAÇÕES	COBERTURA VEGETAL	LEVANTAMENTOS/ RECOMENDAÇÕES
<p>6) ILHAS DA PRAIA DA COSTA</p> <p>Praia da Costa</p>	 <p>Área variando entre 0,10 ha e 2,0ha.</p>		<p>Não possuem edificações.</p>	<p>Não possuem vegetação pois são ilhas de composição rochosa, é interessante observar que uma possui a forma de um sapo.</p>	<p>Preservação integral; na medida do possível estas ilhas não deverão receber qualquer espécie de edificação e deveriam ser consideradas de uso público para fins de lazer e recreação. A ilha que está ligada à Praia da Costa é muito utilizada pelos banhistas.</p>

8.4.

ÁREAS COSTEIRAS E MANGUEZAIS

As regiões de interação entre os rios e os mares constituem-se não só em zonas de transição propriamente dita, mas em ecossistemas com características próprias, algumas delas muito importantes para a vida do homem. Para que se tenha uma idéia da importância do assunto, deve-se saber, por exemplo, que a plataforma continental, ou seja, as regiões do mar próximas às costas, que são as águas que mais sofrem as influências das interações rios - oceano são responsáveis por mais de 80% da pesca mundial. O rio carrega quantidade de nutrientes orgânicos e minerais que, muitas vezes, são superiores às das águas do mar, os ambientes estuarinos estão situados entre as áreas mais pesqueiras do mundo. Embora esses ecossistemas tenham fatores como temperatura e salinidade muito mais variáveis que as regiões do alto-mar, as condições de alimentação são tão melhores, que a região é toda coberta de vida.

Saiba-se, por exemplo, que as regiões de mangues e brejos costeiros chegam a ter uma produtividade ecológica de (10 - 25) gramas de biomassa seca/m²/dia enquanto que as terras de agricultura mais avançada da Europa hoje em dia só produzem (3 - 10) gramas de biomassa seca/m²/dia. Ou seja, essas regiões têm potencial energético, de interesse em termos de nutrição, para alimentar muitas pessoas. É interessante notar o exemplo do estuário do rio Mandejo, na Espanha, onde a atividade de pesqueira e de cultura de ostras e mexilhões, tem interesse econômico muito grande. No Espírito Santo podemos notar belíssimos exemplos de regiões estuarinas como o estuário do rio Piraquê-Açu em Santa Cruz ou os manguezais da baía norte de Vitória, estuário do rio Santa Maria da Vitória, e o estuário do rio Jucu, em Vila Velha. A produção de vida é impressionante, pois como há muitos nutrientes que circulam rapidamente pelo mecanismo das marés, o fitoplâncton é bastante rico, e pela proximidade entre as camadas autotróficas e heterotróficas os consumidores (Zooplâncton, crustáceos, moluscos, peixes, etc.) também tem populações muito ricas. Nestas regiões se desenvolvem os estágios larvais de muitos peixes, que servem de base à pirâmide trófica explorada

pela pesca costeira; nelas também as populações de fitoplâncton (responsáveis pela maior parte de produtividade primária nos ecossistemas aquáticos) atingem altas densidades por vários fatores físicos e biológicos, como a diminuição da dispersão de suas populações pelo efeito fotoamortecedor das águas de interação rio-oceano (estabilidade fótica), alta capacidade do ecossistema de retenção de mariscos, grande concentração e movimentação rápida de nutrientes.

Além disso, há uma camada foto-sintetizante bentônica (algas) muito rica, que em muitas partes do mundo, como Japão ou China é bastante usada na alimentação humana.

Do exposto, conclui-se que uma exploração racional dessa produtividade, além de ter efeitos sociais positivos na economia, evita ainda, pela própria importância que acaba se revestindo, os desastres ecológicos que acontecem quando o homem interfere no ambiente para *sanear* os manguezais. A ecologia dos alagadiços costeiros é uma das mais ameaçadas no Espírito Santo. Dos 850km² de área de mangues originais, hoje dispomos de menos de 100km². Os mangues estão sendo sempre drenados por várias razões, como especulação imobiliária, aterros de lixo, para evitar focos de mosquitos e outras. Já disse um grande conservacionista americano que o homem tem dificuldade em compreender a função orgânica de todos os sistemas que ele não construiu. Aparentemente os mangues podem parecer regiões sem importância, insalubres e focos de doenças. Entretanto, à medida em que vamos destruindo os mangues e poluindo os rios, podem gerar efeitos colaterais não visíveis em futuro próximo, mas que com o correr dos anos podem trazer sérias consequências à vida do próprio homem como:

- . a pesca costeira pode diminuir sensivelmente;
- . as populações das comunidades aquáticas que dependem direta ou indiretamente de nutrientes trazidos pelos rios (o plancton, as algas, as lagostas, os camarões, os crustáceos, moluscos e peixes menores) podem também sofrer mudanças sensíveis;
- . converter úteis estuários em esgotos abertos ou depósitos de lixo (como pretende a Prefeitura Municipal de Vitória) pode trazer sérias consequências a saúde das pessoas nas praias (como Camburi, onde chegam as águas do estuário do rio Santa Maria da Vitória pelo canal da Passagem, desagradouro natural das águas que vêm dos mangues da baía norte de Vitória);
- . eliminando-se o efeito amortecedor dos manguezais, pode acontecer maior penetração de água salgada nos lençóis freáticos costeiros, tornando a água salobra;
- . o loteamento indiscriminado de nossas regiões costeiras (como as praias de Santa Cruz e Nova Almeida ou os manguezais da baía norte de Vitória), sem uma assessoria ecológica, podem trazer danos de monta, irrecuperáveis para o ambiente e influenciando decisivamente na qualidade de vida do próprio homem;
- . estudos taxionômicos, biológicos e ecológicos são importantes, como¹ por exemplo, na região de Camargue, na França, uma grande região pantanosa no delta do rio Ródano que é uma reserva ecológica de grande interesse científico, pois lá pesquisadores podem compreender cada vez mais os mecanismos da vida, mesmo quando ela se forma de maneira tão exótica e complexa como os manguezais. No Espírito Santo por exemplo, o Museu de Biologia Prof. Mello Leitão de Santa Tereza tem, na região do mar estuarina do rio Piraquê-Açu, sítios onde se realizam estudos de biologia e ecologia marinha. Nesse aspecto desejá-ríamos citar os estudos sobre plancton, moluscos, crustáceos e algas

que foram realizados pelo Instituto de Biologia da UFRJ no estuário do rio Piraquê-Açu, no citado museu, os quais poderiam ser utiliza dos talvez como ponto de partida para o trabalho a ser desenvolvido pelos pesquisadores da UFES, que é citado na parte que tratamos dos manguezais da baía norte de Vitória;

- . interesse de aproveitamento para o lazer e turismo; ao contrário do que se possa imaginar, as regiões dos manguezais ou estuário podem proporcionar lazer às comunidades humanas quando são realizados projetos bem planejados, como por exemplo: passeios de barco nas águas dos manguezais da baía norte de Vitória, ou mesmo mirantes turísticos são propostas viáveis para uma melhor integração homem-natureza. O homem se satisfaz quando pode entrar em contato com ambientes naturais não poluídos, veja-se o crescente êxodo de fins de semana das populações urbanas para o campo ou para as praias. Quando poluímos e/ou alteramos danosamente o ambiente, perdemos cada vez mais o potencial de lazer oferecido por ele;
- . além da importância ecológica destaca-se, na área, um legado cultural importante, visto apresentar relevância arqueológica, onde foram catalogados 18 sambaquis, um sítio pré-cerâmico e 2 sítios cerâmicos, segundo levantamento efetuados pelo arqueólogo CELSO PEROTA.

Encontram-se também as ruínas de uma fazenda jesuíta, junto da estrada de Carapina, e o canal dos escravos aberto no século XVII, que ligava as fazendas jesuíticas do norte com as do sul. Na década de 50 o canal foi dragado pelo DNOS;

- . os manguezais do Espírito Santo são habitat da *Rhizophora Mangle* (mangue vermelho), árvore cujo lenho é de ótima qualidade para queimar e cuja casca é rica em tanino, utilizado nos cortumes. Além disso, a madeira branca dos mangues é muito utilizada para o fabrico de tamancos. Nos mangues encontra-se ainda a taboa, vegetal com o qual se confeccionam esteiras e colchões;

a poluição dos rios pode também trazer sérias consequências às comunidades estuarinas e ao homem que vive no litoral ou de seus produtos. A bacia do rio Santa Maria da Vitória tem áreas agricultáveis onde é intenso o uso de biocidas sintéticos; a bacia do rio Jacaraípe recebe todo o efluente industrial da CIVIT; o estuário do rio Riacho vai sofrer todo o despejo da fábrica de celulose da Aracruz; os manguezais do município de Vila Velha (rio Marinho e Aribiri) estão muito comprometidos pela poluição de esgotos domésticos e resíduos industriais. Alguns manguezais da baía apresentam ocupação humana onde as habitações avançam sobre a água em forma de palafitas, possuindo acessos em corredores de madeira semelhantes ao dos alagados na Bahia. Nesses locais a situação sanitária é bem comprometida.

Nos mangues do município de Vila Velha, já foram bastante alteradas as condições originais, resultando em perda significativa de área; em alguns pontos reduzindo-se a um estreito canal como o mangue da Praia da Costa. Nas épocas de chuvas, março e setembro, os mangues saem de seus cursos e alagam áreas consideráveis, acrescida da dificuldade de escoamento das águas que apresenta este município.

No estuário do rio Santa Maria da Vitória, na baía norte de Vitória, forma-se um imenso complexo ecológico, o qual por dois motivos principais tem ameaçada sua integridade: a especulação imobiliária de uma firma que pretende lotear grande parte dos mangues e a construção de um aterro sanitário para despejo do lixo do município de Vitória. Realizar aqueles intentos sem uma assessoria ecológica poderá ocasionar danosas consequências. Além das características ecológicas destacam-se as qualidades paisagísticas de rara beleza, a vegetação abundante, as pequenas ilhotas e os canais. A área como um todo não apresenta condições favoráveis à ocupação e caso houver, além de alterar todo um sistema ecológico dos mais importantes da aglomeração, demandaria a instalação de uma infra-estrutura bastante onerosa ao poder público. A área apresenta algumas zonas passíveis de ocupação junto do Campus

Universitário, em Goiabeiras, e uma faixa ao longo da estrada de Carapina, da BR 101, e da via férrea. Seria aconselhável a ocupação destas zonas com baixa densidade e parcelamento em forma de chácaras onde poderia ser desenvolvida a atividade horti-granjeira.

Quatro pesquisadores do Departamento de Geociências da UFES (PEREIRA, J.S.; FUNDÃO, D.N.; NATALI, M. L. e HELMAR, J.L.), estão propondo à Fundação Jones dos Santos Neves um levantamento de produtividade da aquela região para aproveitamento econômico. Sua proposta visa dimensionamento de sítios para exploração de pesca econômica de crustáceos, moluscos e peixes e é altamente recomendada, uma vez que se pode no futuro, ativar a criação de camarões, lagostas, algas, mariscos, moluscos e outros. Se viabilizado, este projeto, poderia proporcionar um aproveitamento ecológico e econômico do mangue, compatível com seu valor natural.

Este levantamento poderia contar com a assessoria do Departamento de Oceanografia da USP (ao qual uma das pesquisadoras está vinculada), com o apoio técnico de CPRM (Cia. de Pesquisa de Recursos Minerais - filiada ao DNAEE-MME) para estudos hidrológicos e do Departamento de Ecologia do ICB-UFMG, para análises de água. Neste levantamento deverão ser pesquisados parâmetros básicos para produtividade (ph, salinidade, OD, temperatura, populações, etc), estudo de circulação de correntes e qualidade das águas estuarinas e a ele poder-se-ia incluir numa próxima etapa pesquisas sobre qualidade das águas da baía de Vitória e regiões costeiras para projetos de controle de poluição e aproveitamento econômico.

Recomenda-se também o levantamento fundiário da área, visando um diagnóstico mais completo da problemática da preservação e ocupação ordenada. Faz-se necessário traçar uma poligonal delimitando as áreas a

serem preservadas para a manutenção das condições de flora e fauna, es tudos científicos, pesquisas de produtividade e delimitação das áreas passíveis de ocupação ordenada.

ANEXO - ALGUMAS PROPOSTAS:

TRATAMENTO DE ESPAÇOS ABERTOS
ALGUMAS PROPOSTAS

O principal elemento de um jardim deve ser a harmonia. Um largo ou praça, situados no meio urbano, deverão procurar essa harmonia através da integração dos elementos da praça com as edificações e as ruas do entorno.

O centro urbano de Vitória possui alta densidade e intenso fluxo de veículos e pedestres. Apresenta vegetação escassa com deficiência de ventilação e aeração, que é dificultada pela existência de edifícios altos à beira-mar que impedem a brisa marítima, e pela montanha, que dificulta a circulação dos ventos provenientes do continente. O clima quente contribui mais ainda para tornar o centro urbano um ambiente desagradável para quem nele transita.

Em geral, nota-se nas praças a deficiência de arborização adequada, falta do elemento água, falta de traçado harmonioso e falta de equipamentos adequados.

- PAVIMENTAÇÃO

Observa-se uma pavimentação grotesca e excessiva, geralmente não aproveitando as pedras naturais da região. Recomenda-se a utilização de pedra natural que poderia ser em lajotas de granito ou similares. Em

ruas de menor circulação as pedras poderão ser intercaladas com vege
tação arbustiva de pequeno porte, gramíneas, cascalho fino ou areia.
Os caminhos poderiam ser executados com placas de pedras naturais, e
integradas com outros elementos como areia grossa e fina, cascalho,
seixos rolados e gramíneas.

- ARBORIZAÇÃO

Deveriam ser arborizadas todas as ruas do centro urbano visando a melhoria da ventilação, atenuando a poluição e temperatura, através das sombras. Recomenda-se a escolha de espécimes de pouca altura ou o uso de um sistema de podas adequadas. Onde não haja interferência com a rede elétrica, recomenda-se espécimes de maior porte. Poderia ser adotado o critério de escolha alternada de tipos de árvores para cada via, caracterizando-as assim pela vegetação, como por exemplo: alameda dos ipês, ladeira dos Ibiscos e outras.

A arborização de porte costuma ser representada, nas praças, apenas pelos Flamboyants e Castanheiras, enquanto que existe no ecótipo local, uma gama variadíssima de árvores que apresentam riqueza muito grande na textura, cor, forma, floração, porte, transparência, frutificação, etc. A vegetação de pequeno porte, que pode proporcionar ao jardim ornamentação e concentração de massa verde, apresenta-se muito rica na região e deveria ser mais explorada.

- A ÁGUA

Em relação ao elemento água, ele deveria, no ambiente do jardim, proporcionar a possibilidade de matar a sede e arrefecer o calor das pessoas. Além disso a água se constitui num elemento paisagístico de vital importância. Pode ser também explorada a diferença de níveis de água de modo a se formarem pequenas quedas que produzam sons agradáveis.

Os bancos poderiam ser feitos de pedra natural e de madeira, procurando uma total integração com os outros elementos componentes do jardim. É importante equipá-los com coletores de lixo em material, forma e número adequados. O mesmo se aplica a telefones públicos, bancas de

revistas e livros que poderiam ser executados com elementos naturais como madeira roliça, palha, bambu, e outros.

Pontes e cercas podem ser também inseridos de forma que possam proteger de maneira não agressiva os elementos do jardim. Pode ser pensada a utilização da madeira, pedra, bambu, troncos e outros (as grades de ferro fundido apresentam-se extremamente agressivas).

TRATAMENTO DE CALÇADÕES, ESCADARIAS E PASSEIOS

Os calçadões deverão ser pavimentados com pedras características da região, onde deverá ser cuidado o escoamento das águas. O tratamento deverá estender-se às escadarias que se encontram integradas a eles, carentes em tratamento de pavimentação. O elemento verde poderá ser inserido na forma de canteiros ou floreiras e deverá ser feito cuidadoso estudo de composição harmonizando as diferenças de porte, cor, textura e floração.

Os equipamentos a serem instalados deverão ter estudo minucioso na escolha de desenho e material, por exemplo os bancos de madeira, mais agradáveis para sentar e integram-se de melhor forma que os de concreto, as luminárias poderão ser de acrílico ou cristal recomendando-se que tenham altura relativa à escala do pedestre. Recomenda-se o estudo da programação visual dos letreiros e luminosos que agridem de forma violenta as ruas; padronização das placas indicativas e de nome das ruas, instalação de caixas de coleta de lixo e telefones públicos, pequenos serviços, banca de revistas, de livros e bancas de floristas.

As escadarias poderão ser pintadas em diversas tonalidades (atualmente há padronização do cinza) de cores neutras, que seriam adequadas; poderão ser criados canteiros ou floreiras nos espaços ociosos, embelezando-os com vegetação, como por exemplo, a escadaria da rua Cleto Nunes. Poderão ser tratadas as fachadas dos prédios mais antigos, integrando-os na paisagem.

Por ocasião da ampliação dos passeios recomenda-se a arborização ade
quada, pavimentação, sinalização (cuidado criterioso na escolha de
desenho), e ambientação dos pontos de ônibus.

PRAÇA DA CATEDRAL

A Catedral está implantada no Largo que liga a ladeira Baltazar, rua Dionísio Rosendo, rua José Marcelino e Escadarias S. Diogo e Cerqueira Lima. A fachada principal é voltada para a rua Pedro Palácios. A massa edificada da catedral, com formas neo-góticas, destaca-se no espaço, emoldurada, nos fundos, pelo verde da montanha. O Largo constitui-se num dos principais espaços de uso público da cidade pela sua localização, escadarias e pelas vistas da cidade que pode ser apreciada do local. Tem sido subutilizado como espaço-potencial que se constitui. Apresenta-se excessivamente pavimentado, sem arborização e possui pequeno Jardim com gradis de ferro excessivamente altos. O espaço durante o dia é praticamente tomado pelos automóveis. Desta forma pensou-se em integrar este Largo às escadarias e demais espaços de uso coletivo do entorno, propiciando assim um melhor aproveitamento de sua potencialidade, e melhoria das condições paisagísticas e ambientais do centro urbano.

Propõe-se para o local:

Eliminação dos estacionamentos no largo e na rua José Marcelino e Erothildes Rosendo. O acesso de automóveis às residências destas vias, poderá ser feito com lajotas de pedra entre gramíneas, exclusivo aos moradores da rua.

As escadarias S. Diogo e Cerqueira Lima deverão ter raspadas a pintura das pedras visando recuperar a textura e cor naturais. Os guarda-corpos poderão ser pintados nas cores sêpia, ocre ou mesmo verde musgo e os suportes das lâmpadas pintados de cores discretas. As luminárias poderão ter globos de vidro.

Deverão ser demolidas as grades de entorno da Catedral e todo o espaço deverá se transformar num jardim harmônico. Recomenda-se a criação de zonas de sombra, com árvores de porte e bancos constituindo-se em recantos p/paradas mais prolongadas.

A vegetação arbustiva ornamental deverá estar integrada com zonas de água, grama e pedras. Os caminhos no interior do jardim podem ser de seixo rolado ou lajotas de pedra entremeadas c/gramíneas. Ao longo da ladeira Baltazar poderão ser plantadas árvores, estendendo-se até o largo, criando perspectiva para a via e oferecendo zonas de sombra p/os automóveis.

PRAÇA MISAEL PENA

Com a transferência do terminal de ônibus para a Ilha do Príncipe, o terminal da Misael Pena está desativado e o largo onde está implantado permanece vago. As vias também sofreram mudanças no fluxo de veículos, que assume caráter de trânsito local liberando o espaço do largo.

Da edificação existente poderão ser reaproveitadas algumas paredes e a estrutura da cobertura. A idéia é manter uma cobertura onde possam ser desenvolvidas atividades variadas como por exemplo: instalação da copa de um bar com mesas ao ar livre ambientado c/castanheiras, utilização para exposição de artesanato, pintura, fotografia e outras atividades.

Um tablado de madeira, ligado à área de cobertura, ampliaria a área útil p/exposições e possibilitaria apresentações musicais, de teatro infantil e de teatro amador. As zonas verdes deverão comportar espécimes de porte, de preferência com florescência como acácias, ipês, flamboyants e outras. A vegetação ornamental poderá ser abundante compondo áreas c/variação de espécimes e coloração, a grama e as pedras são indispensáveis como complemento do jardim.

Os passeios podem ser de lajotas de pedra entremeadas com grama nas calçadas externas, seixo rolado p/os caminhos secundários do jardim e de acesso privado às residências. No interior do jardim podem ser também utilizados caminhos de areia e/ou cascalho fino.

É aconselhável que as mesas e cadeiras do ar livre sejam executadas em madeira e poderá haver uma pequena cerca de madeira ou bambu separando a calçada da zona de Bar.

Devido à localização da Praça, próxima ao Parque Moscoso, que possui ampla área verde, e pela configuração viária que apresenta, propõe-se zonas verdes de repouso, porém com ênfase às atividades de caráter dinâmico que aí possam ser desenvolvidas.¹

¹Atualmente já existe projeto de reaproveitamento desta área, realizado pela Fundação Jones dos Santos Neves em posse da Prefeitura Municipal de Vitória.

Historicamente, a relação dos habitantes com a água foi muito intensa, constituindo-se a área junto à baía, de meados do século XIX até a década de 40, como a mais dinâmica da cidade. A atividade portuária do início do século propiciou o aparecimento de zonas de comércio, praças, largos e intensa vida cultural nesta área.

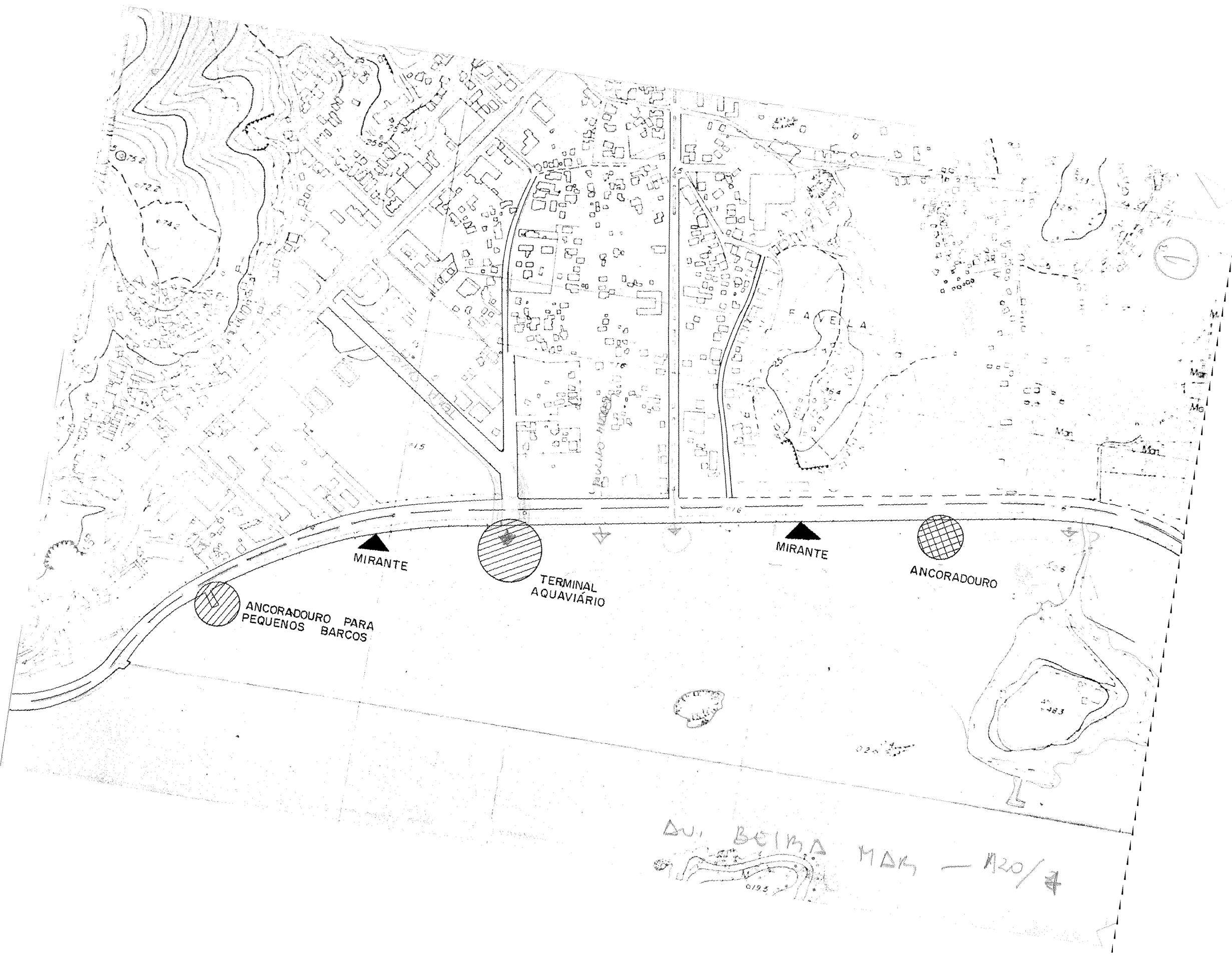
A construção do porto na década de 40 rompeu com a integração que existia entre a cidade e a baía, formando uma barreira física e visual devido aos amplos armazéns, guindastes e pátios de depósitos.

Na área da esplanada, existem dois pontos de integração visual, que se constituem nas praças Pio XII e Getúlio Vargas, separadas da baía pela Av. Beira Mar. Visando recuperar, embora parcialmente, a integração da cidade com a baía, propõe-se a criação de pontos de convívio social ao longo da Av. Beira Mar, do centro da cidade até o bairro Bento Ferreira.

Poderão ser criados mirantes com quiosques, trapiches para atracar pequenas embarcações e também para a pesca amadora. Recomenda-se, para a execução destes pontos de convivência o tratamento paisagístico com arborização e pavimentação dos passeios do longo da Av. Beira Mar. O largo São João, em frente ao Penedo, deverá ser tratado e integrado à avenida.

A baía de Vitória, nesta área, apresenta condições paisagísticas excepcionais que devem ser preservadas e valorizadas. Destacam-se o Penedo, os morros Jaburuna e da Penha, a Ilha da Fumaça, e diversas outras pequenas ilhas.

A faixa de terra entre a Av. e o mar, embora estreita, pode se tornar em importante ponto de integração da cidade com a baía. O croquis, a se guir, ilustra algumas atividades que podem ser desenvolvidas no local.



MIRANTE

TERMINAL
AQUAVIÁRIO

MIRANTE

ANCORADOURO

ANCORADOURO PARA
PEQUENOS BARCOS

DU. BELMA MAR - 1120/4

CAPELA NOSSA SENHORA DAS NEVES E FRONTISPÍCIO DO CONVENTO SAO FRANCISCO

A Capela faz parte do Convento São Francisco e sua construção data de 1774. Em estilo colonial, com planta em forma de cruz grega, apresenta pequenas dimensões. Atualmente encontra-se em completo abandono e necessita ser restaurada. Apresentam-se mais deterioradas as esquadrias, na fachada lateral direita e nos fundos, o revestimento das paredes e o forro.

A restauração dessa pequena capela deverá ser vinculada a uma proposta de utilização. Propõe-se para o local, a implantação de um pequeno museu de arte sacra, visto estar anexa ao Convento e à Curia Metropolitana e também pelo fato de existir acervo. O estudo detalhado de utilização deverá ser feito juntamente com a proposta de restauração, devendo ser considerada a função social de tal proposição.

O frontispício também encontra-se em péssimo estado de conservação, necessitando reparos no reboco, pintura. limpeza e tratamento do entorno.

Para o conjunto fazem-se necessárias as seguintes medidas:

- . tratamento paisagístico do largo em frente ao Frontispício;
- . restauração do Frontispício;
- . restauração da Capela Nossa Senhora das Neves e
- . criação de Museu de Arte Sacra na Capela Nossa Senhora das Neves.

PARQUES DA BARRA DO JUCU E PONTA DA FRUTA

BARRA DO JUCU

Recomenda-se a preservação da foz do rio Jucu, através da conservação de uma faixa de cobertura vegetal ao longo do rio, que corre próximo ao mar, numa extensão de, aproximadamente, 2.500m, formando uma estreita faixa de vegetação e areia de, aproximadamente 150m de largura. A área não é adequada à ocupação, pondo em risco todo o ecossistema da foz do rio. Recomenda-se o tombamento do morro da Barra, que se destaca como mirante, marco visual e importante monumento do patrimônio natural. O morro possui composição rochosa em toda a extensão, com alguma vegetação de porte na face oeste. Possui uma pequena praia de areia, local onde os pescadores da Barra guardam suas redes e canoas. Uma das pontas rochosas do morro é amplamente utilizada para pesca amadora. A praia da Barra possui ondas fortes onde é praticado o surf. Além da faixa de areia, destacam-se os pitangais, que correm rente ao solo, numa extensão de, aproximadamente, 3km e a vegetação de médio porte, típica de restinga. O mar é piscoso e existe em alguns pontos pequenos recifes com vegetação aquática.

Além da faixa de marinha, que possui 33m de largura, recomenda-se a preservação de uma faixa de praia, com 100m de largura, visando a proteção dos pitangais e outras espécies vegetais. As lagoas existentes também deverão ser objeto de preservação, visto a alteração que se processa na área com os novos loteamentos que estão desfigurando completamente a paisagem, alterando a flora existente e retificando parcialmente as lagoas. Seria necessário desenvolver um tipo de assentamento

mais harmônico com o meio-ambiente, que viesse a considerar todos os condicionantes ecológicos.

A preservação do rio também faz-se necessária, devido a riqueza ecológica e paisagística que possui. A proposta de criação de um parque natural no local, contribuiria para a preservação, além do que poderá se constituir em importante ponto de lazer e turismo.

(ver mapa, a seguir).

PONTA DA FRUTA

A vila de Ponta da Fruta apresenta desenvolvimento lento, o que permitiu a conservação de suas características naturais. As ruas de areia correm tortuosas ao longo da praia e as edificações são, na maioria, de madeira ou alvenaria, pequenas, e com considerável quantidade de vegetação nos lotes. Na vila, destaca-se o morro onde está implantada a pequena igrejinha, localizado numa ponta rochosa que avança para o mar. Este morro constitui-se num dos principais marcos de paisagem e ponto mirante da rodovia do Sol, no percurso Guarapari-Vitória. Dele avista-se ampla extensão de mar, praia e continente.

Recomenda-se o tombamento do morro, em toda a extensão. Para a Vila recomenda-se que não seja construída uma via ao longo da praia, visando manter as características de paisagem natural com o mínimo possível de alteração. Recomenda-se a densificação da arborização existente junto a praia onde poderão ser colocados alguns bancos. Na ponta próxima do morro, existem alguns restaurantes e bares, atraindo considerável número de pessoas, principalmente durante o verão. Se houver ampliação deste tipo de equipamento ao longo da praia, recomenda-se a utilização de elementos naturais p/as edificações, como por exemplo, a palha, o bambu, a madeira e outros.

A faixa de areia deverá ser preservada numa largura mínima de 50m e não deverá receber equipamentos, constituindo-se, essencialmente, em área de praia.

Para o morro recomenda-se a densificação da vegetação existente em toda a face oeste. O acesso, atualmente utilizado para veículos, poderia ser transformado em alameda pavimentada com pedras naturais, com bancos para paradas intermediárias, e de acesso exclusivo ao pedestre.

Poderá ser ampliada a área de jardim, junto à igrejinha, es
tendendo-se até as pedras, próximas ao mar, bastante utilizadas para
a pesca amadora. As poucas edificações existentes poderiam permanecer
no morro, desde que não alterassem as condições paisagísticas do mes
mo, sendo desaconselhável a possibilidade de novas construções no lo
cal. Para a praia, da parte norte, que se estende até a Barra do
Jucu, valem as mesmas recomendações que foram propostas para aquela
vila.

(Ver mapa, a seguir).

PAISAGISMO – CROQUIS

